

Mariléia Sell

IDENTIDADES DE GÊNERO EMERGENTES NA FALA-EM-INTERAÇÃO NA
NEGOCIAÇÃO DA ESTERILIZAÇÃO

Monografia apresentada à
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
como requisito parcial para a obtenção do título
de mestre em Linguística Aplicada

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Ostermann

São Leopoldo

2007

Mariléia Sell

IDENTIDADES DE GÊNERO EMERGENTES NA FALA-EM-INTERAÇÃO NA
NEGOCIAÇÃO DA ESTERILIZAÇÃO

Monografia apresentada à
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
como requisito parcial para a obtenção do título
de mestre em Linguística Aplicada

Aprovada em dezembro de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Daniela Riva Knauth – PPG Antropologia UFRGS

Profa. Dra. Beatriz Fontana – Letras UNISINOS

Profa. Dra. Ana Cristina Ostermann – orientadora

Aos/às participantes da pesquisa

AGRADECIMENTOS

Assumindo a idéia construcionista de que aprendemos a ser quem somos através do/a outro/a, quero lembrar e agradecer àqueles/as que participaram de forma mais efetiva no meu processo de aprendizagem durante o período do Mestrado.

Agradeço à CAPES, que tornou o Mestrado uma possibilidade real.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UNISINOS, especialmente à Profa. Dra. Ana Maria de Mattos Guimarães pela sua acessibilidade, prontidão e, sobretudo, competência na coordenação do curso. Agradeço também à Valéria pela sua presteza, organização e disponibilidade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial às Profas. Dras. Daniela Riva Knauth e Ceres Gomes Victora, pela acolhida e pela oportunidade de tantas aprendizagens.

Às professoras do PPG, em especial à Ana Cristina Ostermann, Maria Eduarda Giering e Rove Chishman, pela acolhida e pela proposição de tantos debates.

Agradeço aos/às colegas de Mestrado pelo compartilhar de idéias, pela ajuda, pela amizade, pela presença.

À banca de qualificação, formada pela Profa. Dra. Marlene Teixeira, pela Profa. Dra. Sílvia Benetti e pela Profa. Dra. Ana Cristina Ostermann, que se dispuseram a lançar um olhar interessado sobre a minha pesquisa e que contribuíram com sugestões, comentários e apreciações.

Ao Grupo de Pesquisa Fala-em-Interação, o FEI, e ao Grupo de Bolsistas da Profa. Dra. Ana Cristina Ostermann, pelos momentos preciosos de discussão, que deixarão muita saudade.

À Profa. Dra. Beatriz Fontana, por ter me mostrado, ainda na Graduação, as infinitas possibilidades da Linguística Aplicada e por ter sido a responsável pelo meu ingresso na área. Também por sempre apostar em mim.

À Profa. Dra. Ana Cristina Ostermann por ter me aceito como sua orientanda e por ter se disposto a co-construir a presente pesquisa. Por sua disponibilidade, acessibilidade, competência e seriedade. Por estar sempre apostando e dando andamento para o meu crescimento acadêmico. Por ter me ensinado a fazer ciência e, sobretudo, por ter confirmado, pelas suas atitudes e exemplos, que a grandeza reside na humildade e não na soberba.

À amiga Aline Jaeger, que tornou essa trajetória um empreendimento compartilhado, mais seguro e mais feliz. Agradeço pela imediata aliança, pela amizade, pela ajuda, pelo exemplo, pela força, pelo estímulo, pelos aprendizados. Fico pensando sobre o que discutiremos a partir de agora, no Café de sempre!

À amiga Cristiane Maria Schnack, pela sua disponibilidade em ajudar, ouvir e partilhar. Agradeço pela oportunidade de tantas trocas e aprendizagens, entre uma cuia de chimarrão e outra.

À Maria Luiza da Cunha Sedrez, Secretária Municipal de Educação Esporte e Lazer de São Leopoldo, por me dar a honra da convivência e da aprendizagem constante como sua assessora e amiga e por tornar possível a equação impossível das horas de trabalho e estudo.

À amiga Dirlei Caldeira Furlan, pelas palavras, pela compreensão, pela amizade e pelo privilégio da convivência.

À Escola Municipal de Ensino Fundamental Edgard Coelho, minha grande “escola da vida”, especialmente à amiga Jussara Simone Escobar Lino, por continuar nosso projeto de escola, quando me senti compelida a trilhar outros caminhos.

À Bina, por permitir o acesso ao seu trabalho, por confiar no meu fazer ciência e por me confirmar que o serviço público pode oferecer muita qualidade. Ao grupo de profissionais do posto de saúde onde realizei minhas pesquisas, pela colaboração e acolhida.

Aos/Às pacientes que autorizaram a minha presença nas consultas, por terem me dado algo tão precioso. Esta pesquisa é dedicada a vocês.

Agradeço à toda minha família, que anonimamente me deu suporte e entendeu minhas ausências, especialmente ao meu pai Cláudio Afonso Sell e à minha mãe, Dóris Sell, que me ensinaram que nada é impossível, talvez a lição mais importante da minha vida.

Ao meu marido, Eliézio Alves Pereira, pelas inúmeras tigelas de mingau trazidas até o computador nesse longo inverno. Agradeço o apoio, o entusiasmo, o companheirismo, a paciência, o amor e o cuidado que demonstra por mim.

RESUMO

A concepção de identidade pós-estruturalista, não mais entendida como estática, pré-discursiva e natural, e não mais centrada nos argumentos do déficit, dominância e diferença, postula que existem inúmeras possibilidades identitárias que emergem em contextos socioculturais situados e de forma negociada (BUCHOLTZ e HALL, 2005; WENGER, 1998; ECKERT e McCONNELL-GINET, 1992; OSTERMANN, 2003, 2006; BUTLER, 1999, 2003; SPEER, 2005). As pessoas aprendem a fazer parte de um grupo social dentro das comunidades de prática (WENGER, 1998; LAVE e WENGER, 1991), através das práticas compartilhadas e negociadas, principalmente na fala-em-interação, aprendendo, portanto, a ser homem e mulher, o que é um processo contínuo e por toda a vida. Trancar a pessoa em categorias fixas e binárias acaba por retirar-lhe a agentividade no mundo (BUTLER, 1990 e 1993), limitando-a às determinações biológicas e culturais. A grande narrativa (CAMERON, 2005) que posiciona homens e mulheres como categorias universais, sofre, na perspectiva pós-estruturalista, um deslocamento, uma vez que não há uma essência ontológica nas identidades de gênero, mas construções sociais diversas, performadas pelos/as agentes a cada nova interação e em diferentes contextos. Através da microanálise de dados naturalísticos da fala-em-interação, de inserção etnometodológica (COULON, 1995) e sob o recorte teórico-metodológico da Análise da Conversa (SACKS, 1982; WOUFFITT, 2005; HUTCHBY e WOUFFITT, 1998), da Análise das Categorias de Pertença (SACKS, 1992; SILVERMAN, 1998; PSATHAS, 1999) e da Sociolinguística Interacional (OSTERMANN, 2003; GUMPERZ, 1982; GOFFMAN, 1995), esta pesquisa investiga como os/as pacientes se orientam para o uso de categorizações sobre o que entendem ser homem e ser mulher durante o evento da consulta psicológica, pré-requisito legal na negociação da esterilização no Brasil, vinculado ao Programa Nacional de Planejamento Familiar. Além disso, a pesquisa busca averiguar que tipos de atividades são relacionadas aos papéis sociais de homem e de mulher e como as identidades de gênero são negociadas e ratificadas (ou não) entre os/as participantes na e através da interação.

Palavras-chave: fala-em-interação; linguagem; identidades; gênero; corpo; saúde da mulher

ABSTRACT

The poststructuralist conception of identity, no longer seen as static, pre-discursive and natural, nor centered in the arguments of deficit, dominance and difference, proposes that there are several identities negotiated in situated sociocultural contexts (BUCHOLTZ and HALL, 2005; WENGER, 1998; ECKERT and McCONNELL-GINET, 1992; OSTERMANN, 2003, 2006; BUTLER, 1999, 2003; SPEER, 2005). People learn to be part of a social group within communities of practices (WENGER, 1998; LAVE and WENGER, 1991), through shared and negotiated practices, mainly in interaction, thus learning to be females and males within a continuous and life-long process. Locking up a person in fixed and binary categories ends up removing their agency in the world (BUTLER, 1990, 1993), restricting them to biological and cultural determinations. The big narrative (CAMERON, 2005) that positions men and women as universal categories suffers a shift within the poststructuralist perspective, since there is no ontological essence in gender identities, but diverse social constructions, performed by the agents in each new interaction and within different contexts. It is through the microanalysis of naturalistic data of talk-in-interaction, through an ethnomethodological insertion (COULON, 1995) and under the theoretical and methodological approaches of Conversation Analysis (SACKS, 1982; WOOFFITT, 2005; HUTCHBY and WOOFFITT, 1998), Membership Categorization Analysis (SACKS, 1992; SILVERMAN, 1998; PSATHAS, 1999) and Interactional Sociolinguistics (OSTERMANN, 2003; GUMPERZ, 1982; GOFFMAN, 1995) that this research study investigates how patients wishing to go through sterilization processes orient themselves to the use of categorizations about what they understand it means to be a woman and to be a man. The data comes from psychological consultations, which constitute one of the legal requirements for sterilization in Brazil, according to the National Program of Family Planning. This paper also examines what types of activities are related to the social roles of women and men and how gender identities are negotiated and ratified among participants in and through the interaction.

Key words: talk in interaction; language; identities; gender; body; women's health

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. O CORPO LINGÜISTICAMENTE GENERIFICADO: A PALAVRA COMO INSTÂNCIA CRIADORA E LEGITIMADORA DE IDENTIDADES DE GÊNERO E REALIDADES SOCIAIS.....	16
1.1 Diferenças sexuais na linguagem: os argumentos do déficit, da dominação e da diferença.....	16
1.2 Identidades em devir: uma visão pós-estruturalista e situada sobre gênero e linguagem.....	22
1.3 As políticas do corpo: a produção e reprodução de identidades de gênero nos discursos da esterilização.....	24
2. APROXIMAÇÃO TEÓRICO-ANALÍTICA: O ACESSO AOS MÉTODOS UTILIZADOS PELOS/AS FALANTES PARA CONSTRUIR A ORDEM SOCIAL.....	30
2.1 A construção das identidades como um empreendimento negociado na interação....	31
2.2 Fala-em-interação: a maquinaria que permite visualizar a ordem nos eventos mais corriqueiros.....	32
2.3 Pertencer ou não pertencer: identidades negociadas através da ação de categorizar.....	39
2.4 Sociolingüística Interacional: pistas que significam a ordem social.....	45
3. DADOS NATURALÍSTICOS: MÉTODOS DE COLETA E ANÁLISE.....	52
3.1 Métodos de coleta de dados.....	52
3.2 Métodos de análise dos dados.....	58
4. A CONSTRUÇÃO DA MORALIDADE E DAS IDENTIDADES DE GÊNERO: UMA NEGOCIAÇÃO DINÂMICA E LOCAL.....	60
4.1 “Tudo é incerto neste mundo hediondo, mas não o amor de uma mãe” (James Joyce).....	61
4.2 “A gente tá sendo direita”: O corpo feminino como <i>modus operandi</i> da construção social e negociação local da virtude.....	73
4.3 “A pessoa fica um pouco preocupada, né”: a (re)construção discursiva do homogêneo masculino.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95
APÊNDICE 1.....	103
APÊNDICE 2.....	104

INTRODUÇÃO

(1)[23/11/2006;0-532]

421 ERNEST: (1) às vez não pensa be↑m não sei se é porque ela é mulher
422 ou o que é que: XX (.) já[::: XXX]

(2) [23/11/2006; 0-503]

191 NEREIDA: que homem é machista ↑né como sempre @@ .hh (sempre tem)
192 as mania ↑deles

As falas acima, que fazem parte do corpus desta pesquisa, remetem a crenças estereotipadas e concepções do senso comum sobre o que caracteriza o ser homem e o ser mulher. Ernest e Nereida são aspirantes à cirurgia da vasectomia e da laqueadura, e nas suas falas trazem concepções de gênero. A reificação nas falas mundanas é que torna essas concepções naturais, normais, dadas. Nessa perspectiva, o estudo apresentado é um exercício de análise e interpretação desse processo que liga qualificadores às categorias de gênero. O que move a pesquisa é o desejo de entender como as identidades de gênero são negociadas através da linguagem de forma relacional (BUCHOLTZ e HALL, 2005), observando o balanço entre a agentividade individual e o determinismo das estruturas sociais (BUCHOLTZ, 1999).

Falas e ações que vêm de longe, muitas vezes endossadas pelo discurso científico, procuram estabelecer diferenças entre os corpos masculinos e femininos, possivelmente com o propósito de justificar as diferenças de papéis sociais e, assim, legitimar uma agenda política de poder do homem sobre a mulher (GALLAGNER e LAQUEUR, 1987). Como a base dessa diferenciação dos corpos é biológica e o parâmetro da normalidade é o corpo masculino, é retirada, nessa ótica, a importância cultural no processo de construção identitária. A ciência, nos séculos XVIII, XIX, XX e XXI buscou obstinadamente localizar as diferenças sexuais, auscultando ossos, cabelos, cérebros, hormônios, para “descrever de forma essencial as diferenças sexuais, das quais todas as outras brotam” (JAKOB ACKERMANN, apud GALLAGNER e LAQUEUR, 1987). A teoria evolucionista de Charles Darwin prevê que a natureza estabeleceu as diferenças de desenvolvimento cultural, intelectual e físico e

que essa hierarquização enquadra em lugares específicos as categorias de seres humanos. Assim, o evolucionismo tomou como natural que os homens, em virtude de sua razão natural de superioridade, dominassem as esferas públicas do governo e do comércio, ciência e saber. Já para as mulheres, criaturas de sentimento, era natural que realizassem seu destino como mães e conservadoras do costume na esfera confinada do lar. As desigualdades sociais eram, portanto, baseadas em leis naturais (GALLAGNER e LAQUEUR, 1987).

Refazendo o caminho da pesquisa em Linguagem e Gênero, pode-se identificar três estágios distintos nos estudos feministas (SPEER, 2005; OSTERMANN, 2003; BUCHOLTZ, 1999; BUTLER, 1990, ECKERT e McCONNELL-GINET, 1992; BUCHOLTZ e HALL, 2003, 2005). Os estudos iniciais sobre linguagem e gênero datam de 1922, no trabalho de Otto Jespersen. Esse estudo, por centrar sua atenção nas variações lexicais entre a fala de homens e mulheres, acaba por reforçar o sexismo e a inferioridade feminina. Nas décadas de 70 e 80, na chamada segunda onda dos estudos feministas, a linguagem é compreendida como um fenômeno de oportunidades desiguais para homens e mulheres. Ao apontar noções de déficit, dominação e diferença¹, esses estudos acabam, também, reforçando o dualismo e distanciando-se da idéia de gênero e diferenças como algo construído e reproduzido nas práticas interacionais. Ao tratar a linguagem como um recurso para acessar as superestruturas (sociais e cognitivo-psicológicas) e não um tópico ou performance (BUTLER, 1990), acabam promovendo uma idéia essencialista sobre identidades, concebendo-as como existentes pré discursivamente.

A partir da década de 90, na terceira onda dos estudos feministas, as pesquisas ampliam essa visão polarizada, dando forma ao que é chamado de teoria feminista pós-estruturalista (BUCHOLTZ, 1999), também chamada por Butler (1990) de teorias Queer ou teorias relacionais. Esse movimento teórico adota a perspectiva de que os corpos são o espaço de inscrição da história, destacando a linguagem como uma “prática corporeificada”, que Bourdieu (1998) chama de *habitus*: uma série de disposições que inclinam agentes a agir e reagir de determinadas formas. Essas disposições, para Bourdieu, são adquiridas através do processo de socialização e representam hábitos de ser no mundo, meios de orientar física e psicologicamente o eu para o mundo.

¹ Na retomada teórica dos estudos sobre linguagem e gênero, no capítulo 1, apresento um detalhamento maior sobre essas perspectivas.

Assumindo a linguagem como prática corporeificada, não se pode mais conceber as identidades de gênero como apriorísticas. As identidades de gênero não aparecem descoladas de atravessamentos constitutivos como raça, etnia, sexualidade, classe social, escolaridade, nacionalidade e outras dimensões sociais, que são trazidas para as relações intersubjetivas. Essa assunção entra em colapso epistemológico com teorias que querem depurar as identidades de gênero em duas grandes polaridades cristalizadas: homem e mulher. Filiando-se à perspectiva pós-estruturalista (BUCHOLTZ e HALL, 2005; BUTLER, 1990) acerca da constituição identitária, essa pesquisa abandonará qualquer concepção “natural” de identidades, aceitando a idéia de que elas são intrinsecamente sociais e construídas.

Dada a problemática em se conceber identidades de gênero de forma binária, assume-se, por conseguinte, o que Bucholtz (1999) chama de identidade como “miríade de possibilidades”. Essas identidades refratadas são ativamente negociadas nas “comunidades de prática” (WENGER, 1998; LAVE e WENGER, 1991). Nas comunidades, os/as participantes assumem uma variedade de identidades, cuja relevância varia de momento para momento, o que torna cada vez mais difícil sustentar categorias fixas de identidades de gênero. É nas comunidades de prática que as identidades são confrontadas, negociadas, transgredidas, aceitas, refutadas, reificadas, através de processos de resistência ou alinhamento. Nessa perspectiva dinâmica “são os/as agentes humanos/as, em seu mútuo engajamento num amplo espectro de atividades que criam, sustentam, desafiam e às vezes mudam a sociedade e suas instituições, inclusive gênero e linguagem”² (ECKERT e McCONNELL-GINET, 1992, p. 462).

Ainda nessa configuração não estática, pode-se reafirmar o pensamento de Eckert e McConnell Ginet (1992, p. 462), de que gênero é um processo histórico de construção de relações de poder. A construção identitária como processo parece contemplar a idéia de identidades abertas a reformulações e recriações, incompletas, sempre em devir, o que também depõe contra concepções de gênero essencialistas. Para trazer essa idéia para um plano mais concreto, basta evocar a transformação social que ocorreu nas últimas décadas e que trouxe a mulher para esferas mais visíveis: o trabalho fora do lar e o acesso à educação, por exemplo.

² “It is the mutual engagement of human agents in a wide range of activities that creates, sustains, challenges, and sometimes changes society and its institutions, including gender and language”.

Todas as pessoas pertencem a uma ou a várias comunidades de prática ao longo da vida e nelas emergem diferentes aspectos identitários. Nessas comunidades há um esforço de compartilhar conhecimentos, significar o mundo e o cotidiano de forma coletiva e engajada. Wenger (1998) aponta três características centrais que identificam uma comunidade de prática: “engajamento mútuo, empreendimento negociado e repertório de recursos acumulados ao longo do tempo”³ (p. 126). É sempre importante lembrar que os processos invisíveis de construção de identidades se dão através da linguagem, que não é entendida, aqui, como veículo do pensamento, mas como *ação*.

Focalizar as interações face a face de homens e mulheres que constroem e negociam suas identidades pode ser, então, útil para entender a construção das identidades de gênero como um processo dinâmico e sensível aos diferentes contextos e eventos. O evento interacional específico desta pesquisa é o da avaliação psicológica. Trata-se de uma consulta terapêutica em que homens e mulheres buscam o atestado de sanidade mental para pleitearem a cirurgia de vasectomia e laqueadura pelo Programa de Planejamento Familiar no Sistema Único de Saúde. Na consulta, a psicóloga tem por objetivo checar as dez funções do ego (JASPERS, 2000)⁴, o que é feito através de perguntas que têm o propósito de “revelar” essas funções mentais.

O procedimento, por seu caráter irreversível, exige que os postos de saúde e hospitais cumpram uma série de exigências. A lei de nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, trata do planejamento familiar, trazendo o que o regula, bem como as penalidades. Homens e mulheres que se submetem à esterilização voluntária devem ter idade superior a 25 anos ou terem dois filhos/as vivos/as. A esterilização cirúrgica como “método” contraceptivo só pode ser efetivada mediante consentimento expresso do/a pretendente e, em caso de união conjugal, do casal. Pessoas com dificuldade de discernimento em função do uso de drogas e álcool ou por estados emocionais alterados não têm sua manifestação de vontade considerada. A esterilização em pessoas consideradas incapazes só pode ocorrer mediante autorização judicial. Destaca-se, no conteúdo da lei, o registro de que o planejamento familiar não tem

³ “...mutual engagement, a negotiated enterprise, and a repertoire of negotiable resources accumulated over time”.

⁴ As dez funções do ego que são checadas para avaliar a sanidade mental são: atenção, sensopercepção, inteligência, memória, pensamento (produção, curso e conteúdo), orientação (auto e alopsíquica), linguagem, conduta, consciência, afeto (modulação afetiva). O tipo de questionário para realizar essa checagem pode variar de profissional para profissional.

comprometimento com a questão do controle demográfico⁵ e que as pessoas devem ser esclarecidas sobre a irreversibilidade da intervenção. A lei garante o acesso a todos os métodos cientificamente seguros e disponíveis, sendo que as pessoas devem ser orientadas sobre essa variedade, antes de optarem pela esterilização.

Por ser o ambiente psicoterapêutico, os/as pacientes que buscam o serviço acima mencionado negociam permanentemente a sua sanidade, buscando enquadrar-se discursivamente naquilo que acreditam ser normal e também em orientação à terapeuta. A pesquisa, porém, atentar-se-á para as questões de gênero que emergem nessas interações situadas. O corpo (aspecto biológico), espaço empírico sobre o qual incide a cultura, tem um sexo (ou mais de um, no caso dos/as hermafroditas), o que o enquadra quase que automaticamente a uma vasta gama de categorias de gênero (elementos construídos social e culturalmente). Essa correlação, embora de cunho cultural, é comumente associada à biologia dos corpos, como já foi dito. A ciência, ao mapear a “química da alma”, ou seja, os comportamentos, (FAUSTO, 2000), acaba por generificar os corpos. Um exemplo desse mapeamento é o peso “comportamental” que os hormônios, tanto masculinos quanto femininos, assumiram para explicar como homens e mulheres funcionam.

Os/As pacientes são confrontados/as de forma bem concreta com sua corporeidade biológica no evento da consulta, quando optam por alterar funções biológicas reprodutivas de forma definitiva⁶. Ao lidarem com sua realidade biológica e falarem sobre sua vida sexual durante a consulta, os/as pacientes evocam qualificadores para designar as categorias homem e mulher.

Dentro da panorâmica exposta, a pesquisa busca responder às seguintes questões: a) quais e em que momentos os/as pacientes fazem descrições sobre o que é ser homem e mulher e que atividades são relacionadas a essas categorias?, b) como as próprias identidades de

⁵ O uso da negativa pode servir como uma estratégia de antecipação de críticas sobre a realização indiscriminada de cirurgias para esterilização, prática que é acusada por Rohden (2001), Minella (2005) e Scavoni (2003).

⁶ Embora as cirurgias possam ser reversíveis, o procedimento não é garantido e é oneroso para o sistema de saúde. Pesquisas apontam que cerca de ¼ das mulheres se arrependem de ter feito laqueadura. As razões mais apontadas são: vontade de ter outro filho, problemas menstruais, problemas sexuais, separações e novos casamentos (MINELLA, 2005).

gênero são negociadas durante o evento? e c) como a psicóloga se orienta para as questões de gênero e como se constrói como profissional no gênero⁷ consulta terapêutica?

Para guiar a investigação será observado o uso de categorias de pertença (SACKS, 1992; SILVERMAN, 1998; PSATHAS, 1999) pelos/as interagentes na atividade da fala-em-interação, para negociarem identidades de gênero. O olhar sobre as atividades/falas de forma microanalítica possibilita ver as recorrências e regularidades *da* e *na* fala. As recorrências são, neste trabalho de pesquisa, o critério de seleção para fins de análise.

A arquitetura do trabalho consiste, além desta Introdução, de quatro capítulos principais e um capítulo de Considerações Finais. O capítulo 1 apresenta uma revisão bibliográfica sobre a constituição de identidades de gênero, perfazendo uma linha histórica e cronológica até chegar aos estudos pós-estruturalistas, que rompem com concepções apriorísticas de identidade e defendem a situacionalidade e a emergência de diferentes aspectos identitários nas interações. Essa perspectiva assume as identidades de gênero profundamente atravessadas por outros aspectos tais como etnia, escolaridade, situação econômica, entre outros, problematizando, assim, a análise isolada das categorias de gênero. Esse capítulo também faz uma breve retomada do histórico das discussões e surgimento da vasectomia no Brasil. O capítulo 2 desenvolve as linhas teórico-analíticas que norteiam a pesquisa, dentre as quais a Etnometodologia, a Análise da Conversa, a Análise das Categorias de Pertença e a Sociolinguística Interacional. O capítulo 3 trata da metodologia empregada para a coleta, transcrição e análise dos dados desta pesquisa. O capítulo descreve ainda a incursão etnográfica no cenário pesquisado. O capítulo 4 traz as análises das recorrências encontradas nos dados. As análises procuram atentar para a construção e emergência de diferentes aspectos identitários entre os/as interagentes e, principalmente, para as características que são evocadas como sendo típicas de homens e mulheres. Por fim, nas Considerações Finais, proponho algumas reflexões sobre o processo de socialização que é constitutivo das múltiplas identidades, tendo como base as análises da pesquisa e possíveis pontos transversais e convergentes com outras áreas afins.

⁷ Para entender essa noção, pode-se levar em conta duas orientações principais, (CHARAUDEAU, 2004): aquela voltada para os textos, denominada de “gêneros textuais”, e aquela voltada para as condições de produção do discurso, os “gêneros do discurso”. Mondada (1998), enquadra a consulta terapêutica como um gênero, por ter regularidades específicas e diferentes de outras consultas.

1. O CORPO LINGÜISTICAMENTE GENERIFICADO: A PALAVRA COMO INSTÂNCIA CRIADORA E LEGITIMADORA DE IDENTIDADES DE GÊNERO E REALIDADES SOCIAIS

“Homens são de Marte, mulheres são de Vênus”

(John Gray, 1997)

1.1 Diferenças sexuais na linguagem: os argumentos do déficit, da dominação e da diferença

Crenças do senso comum, endossadas por produtos culturais que se tornam *best sellers*, reificam a idéia de que homens e mulheres se comunicam e usam a linguagem de maneiras diferentes. Se os homens são de Marte e as mulheres são de Vênus, como diz o título de um livro que pretende elucidar as diferenças entre homens e mulheres para que eles/elas se entendam melhor, justifica-se que sejam essencialmente diferentes⁸. Como habitantes de planetas diferentes, encontram dificuldades de comunicação, pois não dividem o mesmo repertório lingüístico, a mesma biologia e tampouco são socializados dentro dos mesmos padrões culturais.

Estereótipos ligados ao uso da linguagem por homens e mulheres acabam sendo instrumentos de poder, interferindo no posicionamento social desses homens e mulheres e adquirindo uma função prescritiva e normativa. No senso comum, só para ilustrar, há a crença de que mulheres falam mais, fofocam, são submissas, escutam mais, falam de trivialidades, enquanto os homens seriam mais assertivos, lógicos, falariam de negócios, carros, esporte (SPEER, 2005).

O primeiro estudo acadêmico que atentou para as relações entre gênero e linguagem foi do lingüista Otto Jespersen, em 1922 (OSTERMANN, 2003; SPEER, 2005). Sua assunção central era de que havia uma variação lexical entre homens e mulheres. Dentre as diferenças assinaladas por Jespersen está a de que as mulheres seriam mais polidas e refinadas que os homens. Elas também seriam menos inventivas e teriam um repertório lexical menor que o

⁸ Observa-se que, ao “tentar elucidar ‘diferenças’”, a obra pressupõe (naturaliza) a própria existência das diferenças.

dos homens. Além disso, elas estariam inclinadas ao uso de hipérboles e advérbios de intensidade, falariam mais rápido que os homens e frequentemente interromperiam suas falas. Esse estudo foi criticado pelas feministas como sexista, por assumir a inferioridade feminina como apriorística e não como um fenômeno de desigualdade de oportunidades.

A partir desse primeiro estudo, pesquisadores/as na área de gênero e linguagem, na Sociolinguística, abordaram as diferenças linguísticas entre homens e mulheres em três abordagens: do déficit, da dominância e da diferença. A retomada dessas abordagens interessa, sobretudo, por apresentar um retrospecto histórico e colocar em perspectiva os estudos mais recentes, chamados de pós-estruturalistas, sobre gênero e linguagem e que são adotados nesta pesquisa.

O enfoque do déficit, cuja principal proponente é Robin Lakoff, em 1973, (OSTERMANN, 2003; SPEER, 2005) se propõe a analisar as disparidades linguísticas no uso da linguagem pelas mulheres e como elas são representadas na linguagem. Na perspectiva de Lakoff, a fala das mulheres seria mais frívola, pessoal e emocional. Para ela, as mulheres buscariam mais a confirmação e a aprovação através de perguntas no final das suas colocações⁹, hesitações e falas não assertivas. Elas apresentariam insegurança, incerteza sobre o que estariam dizendo e falta de auto-estima. Segundo Lakoff, essas diferenças poderiam ser explicadas pela socialização das mulheres em um status de subordinação ao homem. Nesse sentido, mulheres seriam inferiores não porque seriam naturalmente deficientes, mas porque teriam sido treinadas assim e acabariam por refletir e perpetuar seu papel secundário na sociedade.

A principal crítica à obra de Lakoff, embora reconhecida como um marco nos estudos de gênero e linguagem (SPEER, 2005), é a assunção de que a linguagem das mulheres é uma variante deficiente da norma “neutra” dos homens. O trabalho de Lakoff admite a idéia implícita de que há algo de errado com o uso da linguagem usada pelas mulheres e de que elas deveriam falar como os homens, reforçando, assim, estereótipos. Outra crítica refere-se à acuidade metodológica e empírica, pois estudos posteriores colocaram em dúvida alguns usos linguísticos tidos como tipicamente femininos.

⁹ As chamadas tag questions. Ex.: “As pessoas estão cada vez mais nervosas, não estão?”

O enfoque da dominação, que tem como uma de suas proponentes a pesquisadora Dale Spender, em 1980 (OSTERMANN, 2003; SPEER, 2005), enfatiza a mulher dominada pelo homem na sua fala, tanto na quantidade da fala, quanto no controle dos tópicos. Ela argumenta que as mulheres precisam se expressar numa linguagem que não é a delas. Um exemplo disso seria a construção do significado da maternidade como um preenchimento na vida da mulher. Essa representação, segundo Spender, pode ser verdade para muitas mulheres, mas nem sempre o processo de significação ocorreria dessa forma idealizada, o que geraria um sentimento de inadequação naquelas que vivenciam a maternidade de forma diferente. Elas passariam a suspeitar da sua própria experiência como válida e real, uma vez que essa forma de viver a maternidade não estaria contemplada, nomeada e legitimada lingüisticamente. Para Spender, “a linguagem determina os limites do nosso mundo e constrói nossa realidade”¹⁰.

A perspectiva que coloca a dominação como eixo central de análise, parece concordar com o que Bourdieu (2003) chama de “a ordem das coisas”, quando se refere ao mundo generificado.

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça (2003, p. 18).

Outro argumento de Spender recai sobre o uso genérico do masculino para designar tanto homens quanto mulheres, o que acabaria por tornar as mulheres invisíveis¹¹. Ela aponta que a sexualidade é definida em termos masculinos. Enquanto os homens aparecem representados como potentes e viris, as mulheres são ninfomaníacas ou prostitutas. Ela se opõe às pesquisas que sugerem que a mulher é mais falante, sugerindo que numa sociedade patriarcal, silêncio seria a atitude mais desejada para as mulheres. Spender acredita que a mudança lingüística e a social é um processo dialético.

¹⁰ “...it is language which determines the limits of our world, which constructs our reality” (1980:139, apud SPEER, 2005).

¹¹ Bourdieu (2003) afirma que, tanto na percepção social quanto na linguagem, o gênero masculino se mostra como algo não marcado, de certa forma neutro, ao contrário do feminino, que é explicitamente caracterizado como presente ou ausente.

Spender desafiou a tendência lingüística de separar a forma e a função da linguagem (observada em Lakoff). Para ela, ambas são parte do mesmo processo de silenciamento da mulher, o que a levou a ressaltar a importância de as mulheres expressarem seus pontos de vista e experiências e resistir ao poder masculino.

A crítica ao trabalho de Spender aponta como problemático o determinismo lingüístico, ignorando variáveis como classe, raça, escolaridade, que poderiam, em algumas circunstâncias, mudar a lógica do controle masculino. Bourdieu também é criticado por desconsiderar os eventos discursivos situados, que poderiam reorganizar as estruturas macro através do que Butler (1993) chama de performatividade. Para a autora, os/as interlocutores/as negociam suas identidades a cada interlocução, *apesar* das estruturas sociais que impõem limites.

A lógica da diferença, comumente associada às pesquisas de Deborah Tannen, acaba facilmente sendo transformada em manuais prescritivos para homens e mulheres, a fim de evitar conflitos de comunicação. Esse parece ser o caso da obra “You Just Don’t Understand! Men and Women in Conversation”, de Tannen (1980). Publicações mais recentes e meramente ilustrativas, como é o caso dos livros “Homens são de Marte e Mulheres são de Vênus”, de John Gray (1997), “Por que os Homens fazem Sexo e as Mulheres fazem Amor”, de Allan e Bárbara Pease (2003), e, do mesmo casal de autores, “Por que os Homens Mentem e as Mulheres Choram?” (2003), surgem como solucionadores das diferenças “inerentes” e “cientificamente comprovadas” entre homens e mulheres, prometendo, ao fim e ao cabo, pacificar a sua coexistência problemática. Assim como Lakoff e Spender, Tannen argumenta que homens e mulheres teriam diferenças, mas jeitos igualmente válidos de se comunicarem. Esses estilos seriam resultantes da socialização diferente por que passariam meninos e meninas. O resultado dessa socialização diferente seria, para Tannen, equiparável a dialetos diferentes. A autora sustenta que a diferença de estilos poderia gerar desentendimentos e tensões, pois homens e mulheres desenvolveriam diferentes percepções das mesmas situações e maneiras diferentes de se comunicarem.

O trabalho de Tannen, assim como de outras autoras que sustentam o enfoque da diferença, é criticado pelo apoio à idéia conservadora do senso comum de que homens e mulheres são essencialmente diferentes. O modelo de duas culturas, invocado por Tannen, mostra-se problemático por manter e reproduzir diferenças de gênero no nível interacional e

não reconhecê-las no nível estrutural, assumindo a relação entre homens e mulheres como simétrica (SPEER, 2005).

Para Ostermann (2003 e 2006), Speer (2005), Bucholtz (1999), Butler (1990 e 1993), Eckert e McConnell-Ginet (1992), Bucholtz e Hall (2003 e 2005) os estudos sobre déficit, dominância e diferença compartilham um entendimento essencialista de identidades de gênero. Homens e mulheres são tratados/as como dois grupos homogêneos. Para as autoras, esses estudos servem para perpetuar noções dualistas de gênero e reforçar o determinismo biológico, ao invés de atentar para gênero como um construto social. Elas ainda apontam a falha desses enfoques em não mostrarem como as diferenças de gênero e sexo são construídas como naturais. Dito de outra forma: a crítica recai sobre o fato de esses estudos não estarem atentos aos processos culturais que incidem sobre os corpos biológicos e são naturalizados nesse *locus* da cultura (BOURDIEU, 2003). As estruturas macro sociais são também tomadas como existentes aprioristicamente e como determinantes das ações dos/as falantes, retirando-lhes, assim, a agentividade.

Outro problema dessas abordagens, para as autoras citadas anteriormente, é que a linguagem é tratada como algo secundário: um recurso analítico que reflete o mundo e o que está na mente das pessoas. Ao tratar a linguagem como um recurso que reflete o mundo ou os estados internos da mente, a atenção central se volta para as descrições do mundo e da mente, ao invés de para a atividade sendo realizada pelos/as interagentes, sempre situada e contextualizada nas “comunidades de prática” (WENGER, 1998; LAVE e WENGER, 1991).

As comunidades de prática são os espaços em que os/as membros/as aprendem a fazer parte de um grupo social, através das práticas compartilhadas e negociadas, principalmente nas trocas verbais. Essas trocas verbais, ou seja, a fala-em-interação entre os/as membros/as, é instância privilegiada de construção, elaboração, reificação, refutação das identidades. A fala, nesse sentido, é um evento colaborativo que está sempre vinculado à ação, às práticas.

Conforme apontado por autoras como Eckert e McConnell-Ginet (2002) e Ostermann (2003), torna-se relevante observar as práticas locais de uma comunidade para entender como a linguagem interage com gênero. As comunidades de prática são agregações de pessoas que compartilham os jeitos de fazer coisas, jeitos de falar, crenças, valores, relações de poder.

Membros/as podem fazer parte de várias comunidades de prática simultaneamente ao longo da vida.

Ao tomar o conceito de comunidades de prática é preciso abandonar assunções adotadas em estudos sobre gênero e linguagem e que normalmente isolam a categoria gênero de outros aspectos da identidade social e relações. A exemplo do que sugerem Eckert e McConnell-Ginet (1992), é preciso pensar na prática e olhar localmente¹² as relações de gênero e linguagem, pois elas são ressignificadas nas diferentes comunidades e as manifestações lingüísticas, longe de serem fixas, também variam conforme o contexto. Pensar na prática significa, para as autoras, focar no processo histórico de construção de categorias de gênero e relações de poder. Nesse sentido abre-se a possibilidade de olhar para “gênero” a partir da categoria “verbo”, dado o seu caráter ativo e dinâmico¹³ (p. 462).

Ainda, os estudos com enfoque em déficit, dominância e diferença, não tomam a linguagem como ação social e se contradizem quando reclamam que a linguagem não pode ser vista fora do contexto, mas colam, eles mesmos, palavras e formas lingüísticas a significados generificados. Isso se aplica, por exemplo, às “tag questions”, que são tomadas sempre como o veículo da insegurança feminina, ignorando o uso e a relação dos/as interlocutores/as. Dessa forma, não seria a forma lingüística da “tag question” o problema, mas o contexto sexista em que a forma é usada. É também problemático o uso de expressões genéricas como “linguagem patriarcal”, por exemplo, por se desconsiderar a produção local de significados lingüísticos e de gênero.

Outra crítica a essas abordagens sobre déficit, dominância e diferença, é direcionada à primazia da perspectiva do/a analista sobre a dos/as participantes. O uso acentuado de dados criados e não naturalísticos¹⁴ incorre no risco de contemplar as pressuposições dos/as autores/as sobre fala e sexismo, o que pode caricaturizar o que acontece na prática. É como se o/a pesquisador/a já soubesse o que vai encontrar, antes de coletar e analisar os dados, o que

¹² Think Practically and Look Locally.

¹³ “Gender becomes a dynamic verb”.

¹⁴ Dados naturalísticos são aqueles coletados diretamente no mundo, com o objetivo de ver as coisas como elas aconteceriam sem a presença do/a pesquisador/a.

contradiz um dos pressupostos básicos da Análise da Conversa: o da não-motivação¹⁵ (SACKS, 1992).

Há também o problema de definir o que é sexista na linguagem descontextualizada, pois não há a orientação para o que os/as falantes estão fazendo e nem tampouco sobre a negociação do que é considerado sexista em diferentes contextos. A descontextualização assume a linguagem como algo transparente, capaz de permitir o acesso à realidade que reside abaixo e por detrás da fala. Essa posição mais cognitivista aloca a fala como refletora da realidade, ao invés de um instrumento de construção da realidade.

A aproximação não relativista nos estudos sobre déficit, dominância e diferença, serve, então, para apoiar teorias pré-estabelecidas sobre o controle masculino da linguagem. É como dizer que os resultados vêm antes dos dados, impossibilitando, assim, que os dados sirvam como recurso para novas percepções sobre a relação entre gênero e linguagem.

Para superar uma visão essencialista é preciso suspender a idéia de que gênero é uma categoria dualista, existente *a priori* e fora da linguagem, e explorar os múltiplos meios pelos quais gênero e diferenças de gênero são construídas, orientadas e usadas na linguagem. Essa perspectiva de identidades em constante reformulação e negociação é apresentada na próxima seção.

1.2 Identidades em devir: uma visão pós-estruturalista e situada sobre gênero e linguagem

“Ser é tornar-se.”

(Hegel, 2002)

O paradigma das diferenças e binarismos sexuais, apresentado na seção anterior, começou a ser desafiado pelo pensamento pós-moderno, ou pós-estruturalista. Pesquisas dentro dessa nova perspectiva se deslocaram do enfoque essencialista, que trata identidades de gênero como fixas e residentes no/a falante individual, para uma visão construcionista, que concebe gênero como um construto social complexo e fluido, localizado na interação. Sob

¹⁵ O olhar não-motivado (SACKS, 1992) se refere àquele olhar que não busca confirmar hipóteses do/a pesquisador/a e que se deixa surpreender pelos dados.

uma perspectiva construcionista, as identidades de gênero não estão prontas, perfeitas ou completas, elas são, ao contrário, ativamente construídas em contextos situados (BUTLER, 1993).

A teoria da performatividade (BUTLER, 1990, 1993) questiona a distinção entre sexo (aspecto biológico) e gênero (elementos culturais e sociais construídos sobre o corpo biológico), promovendo um colapso desse binarismo ao sustentar que ambos, sexo e gênero, são socialmente construídos. Para Butler, gênero e sexo são categorias mutuamente reforçadas. A noção de heterossexualidade, para ela, depende da idéia de que o mundo é ‘naturalmente’ dividido em dois, e só dois, sexos. Sendo assim, a idéia da heterossexualidade, assim como de sexo, é uma produção discursiva. Foucault (1972) já se orientava para essa realidade discursiva ao dizer que discursos nada mais são que práticas sistemáticas que formam os objetos de que se fala.

Butler afirma que precisamos, em nossa vida cotidiana, continuamente alcançar a “naturalidade” de gênero através da performatividade, ou seja, através das ações. Gênero, assim, é alcançado através de “uma repetida estilização do corpo” (BUTLER, 1990), o que torna problemática a existência de gênero independentemente de sua expressão. Butler lembra, porém, que a escolha dos aspectos de gênero apresentadas ao mundo não são deliberadas, mas, muitas vezes, alcançadas através da sanção social e do tabu. A agentividade é, nessa ótica, delimitada pela repetição ou pela intertextualidade. Dito de outra forma, os/as falantes não criam significados novos cada vez que falam sobre gênero ou fazem gênero, mas fazem referência a “textos”¹⁶ preexistentes.

Embora a limitação dos discursos macro sobre homens e mulheres possa parecer determinante, Butler (1990) defende que as pessoas podem usar os mesmos discursos com novos propósitos, ressignificando-os, resistindo-lhes. Esse balanço entre as estruturas macro e a agentividade é que se torna um ponto importante, senão central, na teoria da performatividade. Como exemplo dessa apropriação e reformulação de discursos/textos existentes para produzir novos significados, Butler (1990) menciona as práticas das *Drag Queens*. A repetição paródica das normas de gênero pelas *Drags* revela a estrutura de gênero

¹⁶ Texto é, aqui, compreendido como discurso.

em si. Para Butler, as *Drags* não imitam um original, mas a noção generalizada de um original, o que configuraria a prática das *Drags* como a paródia de uma paródia.

A linguagem, assim como outros sistemas simbólicos, e seus significados não é fixa, mas fluida e com fronteiras porosas, borradas. A possibilidade de ressignificar os significados, contemplada na prerrogativa da agentividade, problematiza a relação entre fala e seus efeitos. Palavras podem perder seu poder de ofensa e, recontextualizadas, tornarem-se politicamente desafiadoras. Um exemplo disso é a palavra *queer*¹⁷, que foi incorporada e ressignificada pelos estudos feministas pós-estruturalistas. De ofensiva, a palavra passou à subversiva, quando reivindicada por algumas feministas para nomear a sua teoria¹⁸. Dada essa natureza volátil e opaca da palavra, fica cada vez mais difícil desvinculá-la do seu contexto imediato, sob riscos de análises artificiais, o que advoga a favor de microanálises dos eventos de fala para que se perceba como as identidades de gênero são negociadas na seqüencialidade da fala.

A próxima seção retoma a trajetória das discussões acerca da esterilização no Brasil. Essa retomada busca facilitar a compreensão dos processos de construção e naturalização de identidades de gênero através dos discursos autorizados da medicina, ou para, nas palavras de Bourdieu (1998), “demonstrar os processos que são responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em natural” (p. 08).

1.3 As políticas do corpo: a produção e reprodução de identidades de gênero nos discursos da esterilização

Como as identidades, na visão pós-estruturalista, não são mais naturais, existentes pré discursivamente, fixas e estáveis, elas estão, assim, constantemente sendo negociadas, reificadas, contestadas, nos diferentes contextos sociais e, mais especificamente, em cada interação. O corpo, que é a instância onde a cultura se inscreve e que é o espaço que pode corporeificá-la (BOURDIEU, 1998), é alvo, então, de todo um sistema de monitoramento executado via discurso, via linguagem.

¹⁷ Queer significa esquisito, estranho, raro, ridículo, excêntrico e era usado como um manifesto homofóbico.

¹⁸ Teóricos/as Queer, para LOURO (2001), colocam-se contra a normalização. É a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, o que a torna transgressora e perturbadora. Uma perspectiva queer é uma visão crítica dos discursos sobre sexualidade que normatizam uns e marginalizam outros. Um dos alvos das teorias queer é a construção da heteronormatividade como o jeito “correto” ou único de estruturar o desejo.

Esse complexo sistema que vai registrando no corpo os traços culturais e tornando-o uma “realidade sexuada” (BOURDIEU, 1998, p. 18) é tão pulverizado, automatizado e naturalizado que não mais se lhe atribui agentes. A ordem das coisas, segundo Bourdieu (1998), se encarrega de fazer o mundo funcionar dentro de normas culturais totalmente arbitrárias, que vão se tornando naturais.

O discurso médico, que alcançou grande influência e poder a partir do século XIX, buscava a diferença entre os corpos masculinos e femininos para justificar o lugar que homens e mulheres ocupavam na sociedade (GALLAGNER e LAQUEUR, 1987). Inúmeros tratados médicos procuraram explicar a inaptidão da mulher para o trabalho fora do lar e a atividade intelectual, com base em estudos de crânios. A medicina sustentava que o excesso de estudo ou trabalho físico masculinizava¹⁹ a mulher (ROHDEN, 2001). Também desenvolveu complexas teorias que explicavam a função primordial da mulher: a procriação. O tamanho da pélvis era a prova da natureza de que a mulher só se realizaria na maternidade: seu papel social mais importante e sem o qual sua existência não teria justificativa.

A medicina auscultou os corpos para encontrar diferenças, pois seriam elas a explicar as naturezas e comportamentos “intrinsecamente” diferentes de homens e mulheres. Os médicos, munidos do saber científico, “apenas” traduziam para a sociedade aquilo que a natureza deixou registrado nos corpos humanos (ROHDEN, 2001). O importante a ressaltar é que o parâmetro de avaliação era o corpo masculino, a partir do qual se media o feminino como desviante. Não obstante o corpo da mulher era comparado ao de uma criança ou de seres primitivos, que teriam estacionado no seu processo evolutivo (SCHIEBINGER, 1987).

A mulher era, também, constantemente associada, na literatura médica dos séculos XVIII e XIX, à fraqueza, histeria e predisposição à lascívia, precisando, portanto, da tutela de um homem para protegê-la de si mesma e do mundo (SCHIEBINGER, 1987). Os médicos tornaram-se, nesse contexto, prescritores da moral social e tomaram espaços midiáticos para divulgar suas idéias (ROHDEN, 2001).

¹⁹ Note-se que essa concepção pressupõe como dado a existência de atividades essencialmente masculinas, que não são adequadas para as mulheres e que alterariam a sua feminilidade.

Como a medicina atribuía muita importância ao corpo feminino por ser considerado desviante, diferente e, portanto, passível de estudo e controle, não foi sem grandes contratempos que se instalou o debate acerca da esterilização feminina. Aliás, os/as considerados/as desviantes, como negros, mulheres e homossexuais, é que são estudados/as, o que ajuda a confirmar o mito do desvio, como apontam Eckert e McConnell-Ginet (1992).

O médico italiano Abel Parente, radicado no Brasil, divulgou, em 1893, uma técnica que impedia a concepção através de raspagem das paredes do útero e injeções (ROHDEN, 2001). A Sociedade de Higiene do Brasil e a Academia Nacional de Medicina se manifestaram contrários à prática da esterilização, associando-a à prostituição e a doenças mentais. “O excesso de prazer e a ausência da finalidade reprodutiva seriam prejudiciais ao indivíduo e à sociedade” (ROHDEN, 2001, p. 157).

Em uma concepção de sociedade na qual a mulher é percebida como incapaz de controlar sua sexualidade e é, ao mesmo tempo, a guardiã da honra e da família, só há lugar para a condenação de um método seja qual for que possibilite desvincular o ato sexual da concepção e da família (ROHDEN, 2001, p. 157).

Apesar dos argumentos da comunidade médica, que considerava a esterilização um insulto à moral e uma ameaça à sanidade mental das mulheres, os juristas não condenaram Abel Parente. Os defensores do método julgavam a procriação ilimitada como imoral e não a prática sexual. O método era defendido como “profilaxia” (ROHDEN, 2001, p. 193) individual e social. Individual por evitar a sobrecarga do corpo da mulher com múltiplas gravidezes e social por evitar o inchaço social de miseráveis, delinquentes, sífilíticos, alcoólatras.

Durante todo o debate entre médicos e juristas, a mulher foi objeto da discussão e não protagonista de suas vontades.

Referências a alguma possibilidade de esterilização masculina são completamente ausentes. Se alguém, apesar de todas as ressalvas, tiver de se submeter a algum meio de impedir a concepção, parece claro ser esse alguém a mulher e não o homem (ROHDEN, 2001, p. 197).

A relação homem e mulher era acionada, como lembra Rohden, quando o médico e o marido negociavam entre si a esterilização da mulher.

O que viria a ser um protótipo da lei brasileira que regulamenta a esterilização nos tempos de hoje previa que as mulheres só poderiam ser esterilizadas depois de terem “cumprido sua carga reprodutiva” (ROHDEN, 2001) ou, nas palavras de Napoleão (apud ROHDEN, 2001), depois de terem pago seu tributo de sangue à sociedade. Elas não podiam optar pela esterilização (e ainda não podem) sem terem sido mães, colando a maternidade como identidade natural da mulher e problematizando a posse pela mulher do seu corpo e do seu desejo.

A medicina mostrava interesse em estudar mulheres que abdicavam do papel de mãe e esposa em prol da profissão, como se essa opção fosse uma patologia a ser tipologizada e medicada. Como já foi dito antes, essa desvinculação da maternidade e dos espaços domésticos era automaticamente associada à “natural” inclinação das mulheres aos apetites sexuais. A recusa consciente da maternidade, como lembra Scavoni (2004, p. 48) e Rohden (2001), pela contracepção ou aborto, “significava muito mais do que negá-la como fatalidade biológica, mas também a possibilidade de conquistar a emancipação” ou indicava, ainda, uma “reapropriação da subjetividade” (MINELLA, 2005, p. 11).

É importante para esta pesquisa que não se reduza o “uso ideológico do corpo sexuado” (ROHDEN, 2001) como um manifesto androcêntrico, pensado estrategicamente, mas como um processo complexo e atravessado de (re)construções identitárias situadas localmente e, portanto, não tão monolíticas e engessadas como se poderia pensar. A crítica ao universalismo, como aponta Scavoni (2004), de determinadas categorias analíticas feministas, encontrou seu contraponto na afirmação da alteridade.

O feminismo contemporâneo²⁰ foi a principal corrente a influenciar a trajetória do conceito de saúde reprodutiva no Brasil, reclamando para as mulheres a (re)apropriação do próprio corpo. O lema da autonomia das mulheres sobre as decisões que dizem respeito ao seu

²⁰ As teorias feministas podem ser historicamente delimitadas em três grandes fases ou ondas, como também são chamadas, a) a fase universalista ou das lutas igualitárias por direitos, b) a fase das lutas de afirmação das diferenças e da identidade, ou da mulher-sujeito e dos direitos específicos e c) a fase pós-moderna ou relacional, na qual homens e mulheres se posicionam com suas respectivas identidades e contextos sociais. Nessa nova fase os modelos universais de dominação são mais questionados e abre-se a possibilidade de modelos baseados na multiplicidade dos sujeitos (SCAVONI, 2004).

corpo foi encabeçado pelas feministas desde a década de sessenta. Nessa reivindicação estão, ainda, o acesso a contracepção e aborto livres e gratuitos²¹.

Após a Conferência do Cairo, de 1994, o conceito de saúde reprodutiva passou a ser incorporado pelos organismos internacionais e foi redefinido como “pleno bem-estar físico, mental e social que não consiste apenas em ausência de doenças” (SCAVONI, 2004, p. 49). O Brasil regulamentou a prática de esterilização²² em 12 de janeiro de 1996, através da lei de número 9.263, como medida para garantir o planejamento familiar. Nesse mesmo ano, conforme pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde, a taxa de fecundidade da mulher brasileira já havia baixado de 4,1 para 2,5 filhos (MINELLA, 2005). Isso se deveu, em grande parte, à disseminação da esterilização feminina, a partir da década de 1980. Segundo Minella, essa “queda cirúrgica da fecundidade”²³ (p. 64) reflete o status da esterilização como o método²⁴ mais utilizado, até mais que o contraceptivo oral. Atualmente o Brasil ocupa o oitavo lugar entre os vinte países que mais se utilizam da esterilização feminina²⁵ como método de contracepção. O país fica atrás de quatro países asiáticos e três latinoamericanos.

A maior crítica, no que tange às políticas de planejamento familiar no contexto brasileiro, é a sua vinculação a um controle de natalidade de cunho demográfico (MINELLA, 2005 e SCAVONI, 2004). Scavoni alerta que as políticas de esterilização atendem às exigências dos países credores de reduzir o crescimento demográfico brasileiro, no quadro dos planos de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional.

²¹ O direito ao aborto é uma das principais bandeiras das feministas brasileiras. No Brasil, o aborto é considerado crime, desde o Código Penal de 1940, salvo em casos de gravidez resultante de estupro e de risco a vida da gestante. Há ainda dois permissivos legais, passíveis de análise pelo Congresso Nacional, quanto à autorização do aborto: situação de risco à saúde da mulher e comprovação de má formação fetal grave e irreversível. Estatísticas indicam que cerca de 1 milhão e 400 mil abortos são feitos anualmente no país (SCAVONI, 2004).

²² A ligadura de trompas, nas mulheres, pode se dar de diferentes maneiras, a) laparotomia ampla (feita durante a cesariana), b) laparoscopia (esterilização feita com endoscópio através da barriga), c) minilaparotomia periumbilical (esterilização realizada através de pequena incisão abaixo do umbigo realizada imediatamente após o parto e e) minilaparotomia (cirurgia realizada através de pequena incisão acima do osso púbico), independente do parto. A vasectomia, nos homens, é uma cirurgia que interrompe os dois condutos deferentes (a via que transporta os espermatozoides dos testículos até as vesículas seminais). A ejaculação passa a não conter espermatozoides, eliminando a possibilidade de gravidez (SCAVONI, 2004).

²³ Estatísticas da BEMFAM (1997) apontam que 40% das brasileiras casadas estão esterilizadas e 21% utilizam a pílula. Apenas na região sul do país prevalece o uso da pílula sobre a esterilização.

²⁴ O uso da palavra método é problemático em sua concepção, pelo caráter irreversível do processo de esterilização.

²⁵ Embora a pesquisa fale mais da esterilização feminina, por ser a mais comum, o número de homens que fazem vasectomia também sofreu aumento. De 0,8%, em 1986, passou para 3,0%, em 1996 (BEMFAM, 1997).

Outra crítica está relacionada à naturalização da esterilização como parte do ciclo reprodutivo da mulher e a medicalização do corpo. Essa medicalização promoveria, segundo Minella (2005), um certo “desligamento da mulher com seu corpo”. Ainda, num contexto de desigualdades sociais e de incentivo à esterilização, Scavoni (2004) e Minella (2005) questionam a escolha pela esterilização como um ato puro da vontade. A dúvida recai justamente sobre essas condições sociais que poderiam estar atuando na escolha da esterilização.

2. APROXIMAÇÃO TEÓRICO-ANALÍTICA: O ACESSO AOS MÉTODOS UTILIZADOS PELOS/AS FALANTES PARA CONSTRUIR A ORDEM SOCIAL

Neste capítulo apresento os principais referenciais teórico-analíticos sobre construções identitárias de gênero na fala-em-interação utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. É importante lembrar que essas escolhas possibilitam um ajustamento das lentes sobre o objeto de estudo, ou seja, elas permitem um olhar mais sistematizado sobre o fenômeno interacional que é, nesta pesquisa, o evento da consulta psicológica, que tem por objetivo avaliar a sanidade mental dos/as aspirantes à vasectomia e laqueadura pelo Programa de Planejamento Familiar do Sistema Único de Saúde.

Como foi apresentado no capítulo 1, a concepção pós-estruturalista de identidade sofre um deslocamento das categorias fixas e monolíticas para categorias fluidas, construídas na interação com os/as outros/as e, portanto, sempre em devir. Essa perspectiva assume a construção de identidades como um fenômeno intrinsecamente social, promovendo a intersubjetividade como central nesse processo (BUCHOLTZ e HALL, 2005).

Embora estejamos acostumados/as a nos inserir em categorias sociais amplas, e nos damos conta disso quando, por exemplo, preenchemos formulários, é preciso lembrar que essas categorias amplas, quer sejam de homem, mulher, pai, mãe, criança, professor/a, têm diferentes nuances, não podendo ser empacotadas como homogêneas. A noção de categorias atravessadas por múltiplos fatores, como raça, escolaridade, nacionalidade e outros, problematiza as concepções de identidade adotadas nos primeiros estudos sobre linguagem e gênero²⁶. Eckert e McConnell-Ginnet (1992) lembram que não se pode olhar para identidades de forma isolada, descolada dos inúmeros aspectos da identidade social e das relações, e nem supor que as identidades têm o mesmo significado em diferentes comunidades ou que as manifestações lingüísticas deste significado sejam universais.

Os processos invisíveis de construção de identidade se dão, na verdade, através do uso da linguagem, que não é entendida, aqui, como neutra e nem tampouco reduzida a veículo do pensamento, mas é assumida como ação. Identidades são produzidas na interação e, mesmo

²⁶ No capítulo 1 faço uma descrição das perspectivas teóricas que estudam a relação linguagem e gênero sob os aspectos do déficit, da dominância e da diferença. Essas perspectivas assumem, em sua epistemologia, a identidade como algo essencial, pronto, apriorístico, o que é desconstruído na perspectiva pós-estruturalista.

que a fala seja uma ação colaborativa²⁷, a negociação da minha identidade com o/a outro/a pode ser um processo de resistência, de diferenciação e não necessariamente de alinhamento²⁸. Essa construção das diferentes identidades acontece durante toda a vida, em diferentes comunidades de prática em que estejamos inseridos/as (BUCHOLTZ e HALL, 2003).

2.1 A construção das identidades como um empreendimento negociado na interação

As interações cotidianas sofrem uma ressignificação importante a partir da década de 70 e passam a ser compreendidas como estruturadoras da ordem social e não um subproduto social, desorganizado e caótico. Estudos nas áreas da Lingüística, Sociologia e Antropologia começam a investigar as interações face a face e quebram paradigmas importantes no que tange à relevância de se estudar as falas corriqueiras, mundanas e comuns (SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, 1974; GOFFMAN, 1955/ 1999).

A idéia da análise da interação face a face como estruturadora da ordem social é central e a importância de estudá-la se justifica por ser a conversa o principal meio de interação social, segundo Silvermann (1998). Para Goodwin (1990), a maioria dos arranjos sociais acontece *na e pela* interação face a face, que é uma ação coordenada e negociada e que distingue os seres humanos de outros animais. Qualquer ação corriqueira como, por exemplo, fazer compras, realizar uma consulta médica, participar de uma entrevista de emprego, requer dos/as participantes uma demonstração constante do que estão fazendo e daquilo que esperam que o/a outro/a faça.

Ao contar uma piada, o/a contador/a espera uma reação do/a ouvinte, além da própria suspensão da tomada de turnos²⁹, da mesma forma que a narração de um evento trágico também conta com a expectativa de uma reação por parte de quem escuta e por parte de quem

²⁷ A colaboração é necessária para que se estabeleça a comunicação, mas o termo não é sinônimo de afiliação ou concordância com o/a outro/a. Colaboração é entendida aqui como uma atividade que exige de ambas as partes envolvidas o cumprimento de regras conversacionais para que o feito da conversa seja alcançado.

²⁸ A resistência ou negação de determinada identidade pode ser notada através da indexicalização lingüística que o/a falante faz para se “colar” a outro grupo social, com o qual gostaria de se afiliar. Essa resistência pode estar relacionada a questões de poder, *status* social e reconhecimento.

²⁹ Por turno de fala pode-se entender a vez de falar. Esse turno é negociado na interação e pode ser obtido de diversas formas. O/A falante pode se auto-selecionar, pode ser escolhido pelo/a outro/a através de um direcionamento de olhar, gesto ou ainda através de um vocativo, entre outras formas (SSJ, 1974).

conta. Narrar uma história é trabalho daquele/a que narra, mas é, também, uma ação colaborativa por parte dos/as envolvidos/as na interação. O/A contador/a de histórias precisa obter e reter o piso conversacional, para o que ele/ela normalmente faz um prefácio anunciando a história e despertando o interesse dos/as ouvintes. Esses prefácios podem ser algo do tipo “você nem sabem o que aconteceu hoje...”. Os/as ouvintes, por sua vez, precisam sinalizar a escuta, emitindo sinais do tipo “uhum”, “mm”, enquanto a história é contada.

Sacks (1992) alerta, porém, que essas obrigações morais, ou seja, reações esperadas por parte do/a ouvinte, podem ser reconfiguradas, dependendo do significado que o/a ouvinte lhes atribui. Por exemplo, quando alguém diz que quer se matar e o/a outro/a ri, essa reação, conforme Sacks, deve ser entendida não como uma forma de negar ajuda, mas como uma transformação do significado de a) eu vou me matar e b) eu quero sua ajuda, para uma brincadeira. Sendo assim, dentro do escopo de respostas a uma brincadeira, o/a ouvinte cumpriu seu dever social e moral de prover uma resposta adequada. Essa ressignificação é uma maneira de lidar com o dilema moral e solucioná-lo e, como sugere Sacks (1992), de encontrar racionalidades escondidas atrás de atos aparentemente irracionais.

Considerando, então, a relevância de se estudar e analisar a fala-em-interação como instância de gerenciamento da ordem social e como atividade coordenada e mutuamente monitorada pelos/as atores/as sociais (HERITAGE e WATSON, 1980), a pesquisa se vale de três perspectivas teórico-analíticas que contemplam essa noção: a) Análise da Conversa (SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, 1974; SACKS, 1992; SILVERMAN, 1998; POMERANTZ e FEHR, 1997; OSTERMANN, 2006); b) Análise das Categorias de Pertença (SACKS, 1992; SILVERMAN, 1998; PSATHAS, 1999) e c) Sociolinguística Interacional (GUMPERZ, 1982; 1982/2002; 1999; GOFFMAN, 1955, 1959, 1974).

As perspectivas acima mencionadas são descritas neste capítulo e, embora estejam separadas para fins didáticos, estão interrelacionadas.

2.2 Fala-em-interação: a maquinaria que permite visualizar a ordem nos eventos mais corriqueiros

Harvey Sacks sistematizou o estudo da conversa em 1963, e suas constatações trazem um melhor entendimento sobre muitas situações interacionais cotidianas. Seus métodos continuam sendo utilizados por estudiosos/as do mundo todo. Ele conseguiu algo aparentemente paradoxal: analisar eventos corriqueiros com complexidade e alto nível de detalhamento. Sua produção, que terminou com a morte trágica e prematura em 1975, só foi organizada e publicada em forma de livro em 1992. Antes disso, as transcrições de suas palestras³⁰ circulavam de forma artesanal entre os/as interessados/as em estudar a conversa. Com a publicação do artigo “A Simplest Systematics for the Organization of Turn-Taking for Conversation” por Sacks, Schegloff e Jefferson, em 1974 (doravante referido como SSJ, 1974), são lançadas as bases para a Análise da Conversa, como a conhecemos até os dias de hoje.

Os estudos de Sacks revelam que as interações são altamente organizadas, e que há, por parte dos/as participantes, todo um esforço para manter a inteligibilidade ou, como ele diz, todo um trabalho para ser ordinário. O entendimento de Sacks é de que a fala revela uma maquinaria, que torna viável a comunicação entre as pessoas. Para Sacks, os/as falantes se entendem porque a organização social (ou a ordem social) é observável dentro das estruturas das conversas mais triviais. Se a cada interação os/as falantes tivessem de inventar um sistema, as interações seriam caóticas. Sacks usa o exemplo das regras no trânsito como metáfora para explicar as regras da conversa. O fluxo das pessoas, no trânsito, é coordenado por um sistema de regras estabelecidas socialmente e que torna possível o tráfego. Por serem regras pré-estabelecidas e não recriadas a cada nova ação, é que as pessoas conseguem se locomover ordenadamente. Essas regras, contudo, não são rígidas, mas atualizadas a cada nova tomada de turno.

Sacks enfatiza a importância de a pesquisa social se ocupar da produção dessa maquinaria que permite a produção de qualquer evento interacional. Ele estava interessado na série de movimentos (a máquina) que produz a conversa, ou seja, na seqüencialidade das regras, técnicas, procedimentos, métodos e regularidades que podem ser usadas para gerar o aspecto ordeiro que achamos nas conversas. Aliás, Sacks estudava os procedimentos formais da fala, ou seja, aquilo que permite que as pessoas façam aquilo que fazem. Nas palavras de

³⁰ “Lectures”.

Wooffitt (2005), esse estudo atentaria para “a estrutura ou a arquitetura, que pode ser formalmente descrita com base na relação entre as ações que nossas falas performam”³¹ (p. 6).

Para exemplificar a ordem presente nas interações mais triviais podemos refletir sobre a conversa telefônica, estudada por Sacks quando de sua investigação no Centro de Prevenção de Suicídio de Los Angeles. As ações nas quais os/as interagentes estão engajados/as são ordenadas, sistemáticas e ligadas ao turno de fala anterior. No caso da conversa telefônica, quando o telefone toca, levantamos o gancho do aparelho e dizemos “alô”. O “alô” é parte de uma categoria que Sacks (1992) chama de “objetos pareados”, ou “pares adjacentes”, ou seja, ao toque do telefone cabe a ação pareada do “alô”.

Essa norma interacional, que é fruto dos métodos cotidianos dos/as membros/as, serve como um roteiro que acionamos inconscientemente para não quebrar as expectativas interacionais. Quando quebradas essas expectativas, como por exemplo ao não providenciar uma resposta ao toque do telefone, o/a falante é responsabilizado/a pela não realização da ação esperada e é necessário um certo esforço para reestabelecer a ordem da conversa. O toque do telefone é, assim, a primeira parte de uma ação pareada. A segunda parte é a providência do “alô” por parte do/a endereçado/a.

Outro exemplo de ação pareada é a seqüência convite/resposta. A resposta pode ser o aceite ou a recusa ao convite, sendo que a resposta preferida ao convite normalmente é o aceite³². Enquanto o aceite é feito de forma objetiva, sem hesitações e logo após o turno anterior, a recusa normalmente é feita de forma mitigada, indireta e com bastante carga morfológica (POMERANTZ, 1984). Uma característica intrínseca dos pares adjacentes (ou ações pareadas) é que a primeira parte abre as possibilidades para a ocorrência da segunda parte e, ao mesmo tempo, restringe o escopo da resposta.

A Análise da Conversa deflagra algo chamado de “sistema de tomada de turnos”, que, grosso modo, é responsável pela organização das ações nas quais os/as falantes estão

³¹ A structure, an architecture, which can be formally described by reference to the relationship between the actions our utterances perform. (tradução livre minha)

³² Isso, contudo, não é uma regra fixa e dentro da organização de preferência pode ser que a resposta preferida seja a recusa. O convite pode ser um ritual conversacional ou um desejo de ser educado/a. É preciso, portanto, analisar a seqüência convite/resposta de forma situada para ver, dentro de um escalonamento de preferências, qual seria a resposta preferida.

engajados/as. O sistema revela, entre outros aspectos, o local de Relevância para a Transição entre Falantes³³, ou seja, a sinalização para o/a interlocutor/a quando acontece a transição de falantes. Essas sinalizações de transição podem acontecer de diferentes maneiras: a) entonação de voz; b) comportamento não verbal, como o direcionamento do corpo; c) alocação do/a outro/a numa seqüência de ações pareadas, entre outras.

O artigo de SSJ (1974, p. 700 e 701) apresenta as principais características estruturais do sistema de tomada de turnos, listados a seguir. A exemplo daquilo que as características revelam, o modelo de tomada de turnos é “localmente gerenciado, administrado pelas partes e interacionalmente controlado” (SSJ, p. 696). Hutchby e Wooffitt (1998) comparam o modelo de tomada de turnos a um modelo econômico, em que o turno conversacional representaria um bem, distribuído de forma sistemática entre os/as falantes.

- 1) alternância de falantes re-ocorre ou, pelo menos ocorre: as ações seqüenciais não vêm isoladas e a maioria tem a expectativa da resposta (POMERANTZ e FEHR, 1997)
- 2) cada falante fala por vez: o monitoramento da ação ocorre através da escuta da fala do/a outro/a
- 3) ocorrência de falas sobrepostas são comuns, mas breves, pois um/uma dos/das falantes acaba cedendo o turno ao/à outro/a
- 4) transição de turnos sem pausa ou sobreposição de fala são comuns para manter a fluidez da interação
- 5) técnicas de alocação dos turnos são usadas pelos/as falantes e podem variar, tais como, a) dirigir uma pergunta à outra parte; b) auto-seleção; c) direcionamento do olhar; d) ser alocado/a através de uma ação pareada, entre outras
- 6) os mecanismos de reparo são acionados para lidar com erros na tomada de turnos ou quando ocorrem outras violações das expectativas interacionais
- 7) a ordem e o tamanho dos turnos de fala não são fixos, mas localmente negociados
- 8) a duração e o conteúdo da conversa não são dados, eles variam conforme a orientação dos/das participantes
- 9) a distribuição dos turnos de fala é local e situadamente negociada
- 10) o número de participantes, o número de unidades de turnos e sua continuidade ou descontinuidade não são definidas a priori.

³³ Transition Relevance Place: tradução emprestada de Ostermann (2006).

O próximo excerto serve para ilustrar o funcionamento do sistema de tomada de turnos, explicitado acima. A fala é retirada do *corpus* desta pesquisa, que olha para as interações entre psicóloga e pacientes (homens e mulheres) que estão negociando seu atestado de sanidade mental como pré-requisito para a obtenção da vasectomia ou laqueadura, pelo Programa de Planejamento Familiar (BRASIL, 1996).

É importante situar, ainda, o contexto dessa fala, que ocorre em ambiente institucional não formal. Para Drew e Heritage (1992) existem as instituições formais e as não formais. A consulta médica, sessão terapêutica ou encontro de negócios, por sua estrutura interacional menos rígida, ainda que orientada a uma tarefa específica, seriam exemplos de interações menos formais. Já as interações formais têm como característica um aspecto cerimonial mais rígido: audiências judiciais, entrevistas acadêmicas ou de emprego, entre outras.

Ainda para Drew e Heritage (1992), baseados no sistema de tomada de turnos em conversas espontâneas e cotidianas, não é a natureza do ambiente que define a institucionalidade da fala, mas sim como a fala é organizada na interação, levando-se em conta a tomada de turnos, a elaboração do turno, a escolha do registro, entre outros aspectos. Dito de outra forma, não é o local da interação que determina se uma fala é institucional ou não, mas as ações das pessoas, que podem ou não se orientar para a instituição.

Como lembram Hutchby e Wooffitt (1998), um/uma dos/as interagentes em contextos institucionais normalmente está numa posição discursiva de maior poder, de modo a limitar a ação de seus/suas participantes. Essa noção não empacota, no entanto, as ações dos/as participantes como se fossem ações causais de uma relação hierárquica pré-existente. Na Análise da Conversa, as relações de poder são analisadas de acordo com a orientação mútua dos/as interagentes para os papéis sociais de cada um/uma.

Ainda sobre poder, a perspectiva foucaultiana parece dialogar com a idéia de situacionalidade da Análise da Conversa ao estabelecer que o poder não é uma entidade fixa e unilateral, mas algo volátil, permanentemente negociado entre os/as atores/as sociais (FOUCAULT, 1987). Para Bourdieu (1998), a negociação do poder está diretamente relacionada com o saber, ou com o que ele chama de “capital simbólico”. Nessa perspectiva pode-se inferir, então, uma assimetria entre o saber profissional da psicóloga (no caso desta pesquisa) e o saber laico dos/as pacientes, como se pode observar a seguir.

(3) [29/11/2006; 0-384]³⁴

- 148 BINA:³⁵ preocupação com o quê seu jacob?
 149 JACOB: preocupação quanto a::::: quanto a o: o: o: a
 150 cirurgi::a,=
 151 BINA: =°uh[um]°
 152 JACOB: né↑ se ela se (2) se ela não (.) não pode causá
 153 algum proble::ma=
 154 BINA: =uh[u:m]
 155 JACOB: [né]↑ (1) (devido) o órgão sê:: o órgão
 156 principal né >no caso< (2) do homem né↑ (.)°da
 157 reprodução° (.) que a pessoa fica um pouco
 158 preocupada né↑ mas
 159 (2)
 160 BINA o senhor disse que é o órgão da reprodução >tá
 161 mas< a vasectomi↑a é pra não se reproduzir mais=
 162 JACOB: =sim [xx]
 163 BINA: preocupação então não seria com a reprodução↑
 164 (1)
 165 JACOB: tá [é que xx xxx]
 166 BINA: tem me[do de-]
 167 JACOB: [talvez] eu tenha falado mal não me
 168 expressei bem né↑ (.) preocupação é:: todo homem-
 169 é o órgão que:: é:: no caso da da relação↓
 170 BINA: uh[um]
 171 JACOB: [x a] relação é uma coisa importante pro ser
 172 humano né↑
 173 BINA: uh[um]
 174 JACOB: [a] relação sexual↓
 175 BINA: uhum
 176 JACOB: então o medo é de talvez ocasioná algum
 177 proble:::ma né↑
 178 (3)
 179 BINA: de brochá? medo de brochá?
 180 JACOB: é:

Na interação estão envolvidos/as Bina, a psicóloga, e Jacob, o paciente. Na seqüência de turnos Bina solicita que Jacob explique o motivo da sua preocupação, tópico que acaba se estendendo das linhas 148 a 180. A primeira pergunta de Bina, na linha 148, Jacob começa a elaborar o motivo da sua preocupação, que só fica evidente na linha 180, depois de a psicóloga fazer a formulação³⁶ “de brochá, medo de brochá”? (linha 179) e um reparo anterior “preocupação então não seria com a reprodução” (linhas 160 e 161).

³⁴ As convenções de transcrição adotadas para este estudo estão na seção de apêndices. Elas encontram-se publicadas em Schnack, Pisoni e Ostermann (2005).

³⁵ Os nomes de todos/as os/as participantes, bem como de logradouros, cidades ou outros aspectos que pudessem denunciar a identidade dos/as envolvidos/as nesta pesquisa, foram alterados.

³⁶ Formulação (WATSON, 1997) é uma ação de síntese/explicação daquilo que foi trazido à conversa em turnos anteriores.

Os turnos de fala são distribuídos de forma a manter a seqüencialidade da interação, ou seja, o engajamento mútuo na elucidação da preocupação de Jacob. A seqüência interacional mostra que ambos estão atentos às falas do/a parceiro/a e demonstram isso por intermédio da produção do turno seguinte, sempre produzido com base no turno anterior do/a parceiro/a de fala, constituindo o que SSJ (1974) chamam de “ação de constante ajuste ao/à interlocutor/a”. Além de duas perguntas diretas de Bina, “preocupação com o quê seu Jacob” (linha 148) e “medo de brochá?” (linha 179), ela elabora vários turnos de fala com o “uhum” (linhas 151, 154, 170, 173, 175), que se constituem como turnos de fala³⁷ e são um convite para que Jacob continue falando sobre sua preocupação. Além de conceder o turno a Jacob, o “uhum” sinaliza que Bina está escutando Jacob e está, portanto, envolvida na ação. As marcas lingüísticas do “uhum” poderiam também significar desinteresse da terapeuta (SILVERMAN, 1998), mas isso não se comprova quando Bina demonstra a escuta ativa³⁸, ao providenciar as formulações já mencionadas.

Como as elaborações de Jacob parecem não convencer Bina, o que ela sinaliza nas linhas 160, 161, 163 e 179, Jacob providencia bastante carga morfológica (linhas 155 a 158 e 167 a 169), hesitações (linhas 149 e 165), falas alongadas (linhas 149, 150, 155, 168, 169) e silêncios, que seguem à pensamentos não concluídos por parte de Jacob (linhas 152, 156, 159 e 178), para se explicar³⁹.

Jacob se orienta para a categoria social de Bina, ou seja, ratifica sua responsabilidade de perguntar e se alinha com a sua própria categoria, que é a de prover respostas. Pode-se dizer que a interação é uma resposta estendida à pergunta inicial de Bina, ou seja, é uma seqüência orientada para a ação pareada pergunta/ resposta.

³⁷ São considerados turnos de fala desde palavras e frases a enunciados não lexicais como o caso do “uhum” ou “mm”.

³⁸ Escuta ativa (MONDADA, 1998; HUTCHBY, 2000) é uma atividade terapêutica que implica na escuta atenta da terapeuta para ajudar na solução do problema do/a paciente.

³⁹ A necessidade de providenciar maior carga morfológica pode ocorrer por o/a falante ter elaborado a resposta despreferida, ou ainda por questões de relações de poder implicadas na interação. Normalmente as pessoas em posições sociais inferiores precisam falar mais e aqueles/as que gozam de um status social mais privilegiado têm o direito de falar menos ou nada. Exemplo interessante disso é o padre no confessionário: além da relação assimétrica entre aquele (o uso do genérico masculino se explica por ser essa uma atividade negada às mulheres pela Igreja Católica) que está intermediando a relação do/da fiel com deus (também no genérico masculino, porque deus é apresentado unicamente na sua face masculina pela Igreja), por se tratar de alguém autorizado a isso, é também aquele que escuta os pecados dos/as outros/as, que se colocam numa situação de vulnerabilidade e fraqueza perante a fortaleza do encarregado de intermediar o perdão divino.

Fica bastante evidente, no excerto, de que a ação é um empreendimento negociado de co-participação para que o objetivo interacional seja alcançado, apesar da assimetria entre os/as participantes. Chegar à razão do medo de Jacob demandou 32 turnos de fala, talvez, em parte, pela natureza delicada do temor do paciente: o de perder a virilidade. Observa-se também que a psicóloga não antecipa esse temor por parte de Jacob: não põe “palavras em sua boca”. Ela “trabalha” junto com ele na tentativa de que ele mesmo expresse a razão de seu medo.

2.3 Pertencer ou não pertencer: identidades negociadas através da ação de categorizar

A Análise das Categorias de Pertença⁴⁰ (doravante MCA) é outro trabalho pioneiro de Harvey Sacks, que contribui para entender o evento da fala-em-interação como instância privilegiada de negociação da vida social. O propósito de Sacks (1992) é tentar entender quando e como os/as membros/as fazem descrições, procurando, com isso, descrever o aparato através do qual as descrições são produzidas⁴¹. Esse aparato remete à idéia de maquinaria operando por trás da ação de categorizar. Ou ainda, é uma espécie de matriz geradora, que possibilita aos/às membros/as fazerem descrições.

Para explicar a noção de aparato de categorias de pertença, Sacks propõe o clássico exercício de descrição em que as identidades dos/as envolvidos/as são apagadas. “X chorou. Y pegou-o”⁴². Sacks indaga o porquê de estarmos inclinados a “ouvir” que X é um bebê e não um/uma professor/a, por exemplo, e, ao assumir que X é um bebê, por que pensamos que Y é um adulto e, provavelmente, a mãe do bebê?⁴³ (SACKS, 1992).

Além de ouvirmos a história acima do modo como Sacks sugere, também acreditamos que ela seja uma descrição do que aconteceu, sem termos, de fato, visto as circunstâncias do evento. O objetivo de Sacks é, então, construir o aparato que permite aos/às falantes e ouvintes a ação de categorizar. Assim como na Análise da Conversa, Sacks está interessado em ver a operacionalização de um sistema que é, nesse caso, entender como nós “ouvimos” a

⁴⁰ Membership Categorization Analysis (SACKS, 1992).

⁴¹ A MCA, a exemplo da Análise da Conversa, também prioriza a visão êmica.

⁴² “The X cried. The Y picked it up”. (tradução livre minha)

⁴³ É importante ressaltar que há, no exemplo usado por Sacks, uma “tendência” normativa de ver o/a adulto que pega o/a bebê como mãe e não como pai. Essa relação entre categoria e atividade deixa implícitas assunções de que a mulher é a que “naturalmente” cuida de criança (e não o homem).

história de X e Y da maneira como a ouvimos. Os mecanismos acionados para fazer essa leitura são o eixo de interesse de Sacks.

Sacks (1992) acredita que ouvimos a história com base na inferência de que as categorias “bebê” e “mãe” pertencem a uma coleção, que inclui também outras categorias como avô, avó, filha, filho, e que chamamos de “família”. Enquanto a coleção família pode incluir várias categorias, outras categorias são mais propensas a serem construídas de forma binária, como é o caso de gênero (homem e mulher) e raça (negro e branco)⁴⁴.

Quando lemos o mesmo acontecimento em jornais diferentes, como exemplifica Silverman (1998), é possível ver como cada um utiliza diferentes categorias para descrevê-lo. Essas identificações têm implicações sobre o que colamos às pessoas e a seus comportamentos. Por exemplo, ao pinçar determinadas características para descrever uma mulher, eu revelo como eu a vejo e como construo as identidades de gênero. Eu posso focar seus atributos físicos, sua profissão, seu estado civil, entre outros aspectos.

Estudos feministas (CAPPS, 1999; FALUDI, 1991; BUTLER, 1993; SPEER, 2005; BUCHOLTZ e HALL, 2005, ECKERT e McCONNELL-GINET, 1992) apontam que muitas vezes as mulheres são descritas pelo seu estado civil, número de filhos/as, aparência física. Capps (1999) analisa, por exemplo, como as desordens psicológicas são “coladas” à categoria social “mulher” através de ações colaborativas emergentes no curso da interação social. Essa descrição que remete à insanidade e irracionalidade, conforme a autora, tem significado de controle social e é amplamente encontrada na literatura médica, desde sua instituição até os dias de hoje⁴⁵.

⁴⁴ Sacks (1992) nos dá um exemplo de categorias inesperadas formando uma coleção. É o caso de “criança” e “cachorro”, que são categorias não permitidas em um determinado condomínio. Nessa situação elas formam uma coleção, fato que nos alerta para a necessidade de olharmos os eventos de forma situada, pois as categorias e as coleções (conjunto de categorias com as quais estabelecemos afinidades de pertencimento) não são fixas e disponíveis num catálogo de etiquetas que colamos às coisas para descrevê-las.

⁴⁵ Temos inúmeros exemplos sobre como é construída a irracionalidade feminina, que é normalmente atribuída à questão hormonal. O caso talvez mais explícito é a TPM (tensão pré-menstrual), que é aceita e ratificada pela própria legislação brasileira, que confere atenuantes à mulher infratora durante os dias de TPM. O interessante é constatar que nem todas as sociedades reconhecem a TPM e que mulheres que passam a viver em sociedades onde ela “existe”, passam a apresentar os sintomas. Esse processo é amplamente estudado pela Antropologia e é chamado de “culture bound syndromes” (HUGHES, 1996; SCHEPER-HUGHES, 1992).

Ainda sobre qualificadores atribuídos à categoria social “mulher”, Faludi (1991), estuda a construção do sexismo na linguagem através da representação da mulher e sua genitália como sobremesas ou tipos de comida. Na sua pesquisa, ela aponta a função social da metáfora de transmitir mensagens codificadas. Para a autora, a metáfora não só é um meio de estruturar sistemas conceituais, mas um meio de estruturar a língua e a identidade.

Embora todo esse repertório de identidades possa de fato se aplicar a uma mulher, a escolha de alguns aspectos (e não de outros) revela aquilo que quero, circunstancialmente, tornar relevante. Por isso, ao descrever alguém e colocar essa descrição em negociação, posso estar dando pistas de mim mesmo/a, pois exponho o meu modo de ver o mundo e as pessoas. Quem ouve minhas descrições avalia questões do tipo “que pessoa faria esse tipo de descrições?”.

Sacks identifica algumas regras no processo de categorização, que são importantes para uma compreensão mais ampla da MCA. A primeira regra é a da economia, ou seja, a inteligibilidade da descrição é alcançada através do uso de uma única categoria. No caso das categorias “mãe” e “bebê”, não é necessário saber detalhes sobre como é essa mãe e esse bebê, pois é possível estabelecer uma referência adequada.

A segunda regra que Sacks identifica é a da consistência, que prevê que uma vez que uma categoria (violinista) de determinada coleção (concerto) é usada para categorizar um/uma membro/a da população, então outras categorias da mesma coleção podem ser usados/as em outros/as membros/as da população (trompetista, flautista, etc) (PSATHAS, 1999). Sacks (1992) lembra que uma categoria (bebê, por exemplo) pode pertencer a mais de uma coleção (estágio da vida ou família, por exemplo). A categoria “bebê” pode ainda ser usada para expressar bem querer (situações românticas) ou crítica a alguém que não teve um comportamento considerado adequado para a faixa etária de adolescente ou de adulto/a.

Sacks (apud SILVERMAN, 1998) alerta para a discriminação social de determinadas categorias. Assim, se algum/a membro/a de alguma categoria social faz algo do tipo “estuprar uma mulher branca”, então isso será visto como algo que qualquer membro/a daquela categoria faça. Dito de outra forma, todos/as os/as membros/as dessa categoria "pagam" pela ação de um/a membro/a por estarem vinculados/as uns/umas aos/às outros/as.

Para resolver a ambigüidade que esses diferentes pertencimentos podem ocasionar, Sacks sugere um corolário de regras de consistência⁴⁶. Ao ouvirmos duas categorias (bebê e mãe), nós as colocamos e ouvimos em relação à sua coleção (família), que é também vista como um time, além de vermos uma categoria em relação à outra. A mãe não é, assim, a mãe de outro/a bebê, mas daquele/a que ela pegou. Essa maneira de ouvir é o que Sacks chama de “a máxima para a organização duplicativa do ouvinte”⁴⁷. As categorias “mãe” e “bebê”, além de fazerem parte de um time, constituem também um par de posições, com direitos e obrigações mútuas (SACKS, 1992; GOFFMAN, 1959). Nesse sentido, para Sacks, o/a bebê tem o direito de ser alimentado/a, mas, talvez, a obrigação de não chorar o tempo todo. Outros casos em que se estabelece esse tipo de relação entre os pares, que são chamados por Sacks de “pares relacionais padronizados”⁴⁸ são, por exemplo, marido-mulher, namorado-namorada⁴⁹, esposa-esposa, namorado-namorado, terapeuta-paciente, adulto/a-criança.

Várias atividades são relacionadas a determinadas categorias de pertença. Se sabemos a categoria⁵⁰ de alguém (bebê, por exemplo) podemos inferir os tipos de atividades em que poderá se engajar (chorar, por exemplo). Da mesma forma, ao identificar a atividade da pessoa (chorar), nós procuramos encaixar aquela atividade em categorias sociais específicas (bebê). Sacks (1992) se refere a esse processo de atividades que implicam categorias como “atividades ligadas a categorias”⁵¹. Em razão desse mecanismo é que, provavelmente, Sacks teria sugerido na história “X chorou e Y o apanhou” que X é um bebê e o Y é a mãe do bebê.

É importante lembrar, segundo Sacks (1992), que a ação de “chorar” não é exclusiva aos/às bebês e que um/a adulto/a pode ser chamado de bebê, eventualmente⁵². Em razão dessa

⁴⁶ Consistency rule corollary.

⁴⁷ The hearer’s maxim for duplicative organization.

⁴⁸ Standardized relational pairs.

⁴⁹ Insiro pares relacionais homossexuais, embora não estejam contemplados na obra de Sacks, pois esta pesquisa pretende justamente questionar as implicações heteronormativas que circulam como “naturais”.

⁵⁰ Embora para Silverman (1998) identidade e categoria sejam sinônimos, afilio-me à noção de identidade como uma atividade e não uma categoria. Butler (1993) define identidade como uma prática e uma performance ativamente construída, ao invés de pré-existente. Os/As atores/as sociais assumem uma variedade de identidades, por isso seria mais adequado usar a palavra no plural, conforme Butler (1993).

⁵¹ Category-bound activities (CBAS).

⁵² Ao chamar um/uma adulto/a de bebê, ele é posicionado numa categoria muito abaixo da sua, o que normalmente significa um rebaixamento, uma crítica. Da mesma forma, um adolescente pode ser premiado por alguma atitude tida como “adulta”.

não rigidez é que se torna crucial olhar para as situações de forma local e acionar o que Sacks chama de “mecanismo de busca”⁵³ quando acontecem ambigüidades.

Dentro da Análise das Categorias de Pertença, Sacks nomeia de Membership Category Devices⁵⁴ (doravante MCD) os propósitos locais dos/as membros/as, intencionalmente utilizados e produzidos por falantes e ouvintes para formular e reformular os significados das atividades e das identidades (SACKS, 1992). Essa ação, eminentemente voltada para a situacionalidade da interação, e organizada seqüencialmente, é complementar, então, à análise da organização seqüencial da conversa: a Análise da Conversa (SILVERMAN, 1998; WATSON, 1997).

A MCA não se propõe a recorrer a categorias prontas ou produzidas pelo/a pesquisador/a para explicar aquilo que está acontecendo e nem tampouco apela para categorias do senso comum. Essa análise, tal qual a Análise da Conversa, olha para a ação dos/as atores/as sociais sempre num contexto seqüencial e mutuamente negociado. Por esse caráter de produção local e engajado é que não se justifica a crítica de Schegloff (apud SILVERMAN, 1998) de que a MCA seja “promíscua”, facilmente reduzida a observações do senso comum e dependente da autoridade do/a pesquisador/a.

Categorização de pertença é um processo continuamente produzido e mutuamente orientado pelas partes e não necessariamente um ato explícito de nomear ou descrever a si mesmo ou a outro com o nome de uma categoria que pertence a alguma coleção” (PSATHAS, 1999, p. 156).⁵⁵

Watson (1997) e Silverman (1998) sustentam que a MCA é coerente com o que Sacks propõe na Análise da Conversa, ou seja, seu interesse teórico com as atividades sociais como uma produção seqüencial e colaborativa. Psathas (1999), aliás, define a MCA com as palavras-chave “análise seqüencial”. Para Watson (1997), Sacks entende a ação de categorizar como uma atividade cultural e dinâmica e não como uma “grade cultural inerte” onde as categorias são inseridas. Ainda, para Sacks, as categorias adquirem significado em contextos

⁵³ Searching procedure.

⁵⁴ Membership Category Devices pode ser entendido como a ação orientada e específica dos/as membros de categorizar pessoas, eventos, coisas.

⁵⁵ “Membership categorization is shown to be a process ongoingly produced and oriented to by the parties and not necessarily an explicit naming or describing of oneself, or the other, with the name of a category from some collection”.

específicos, o que podemos comprovar através do exemplo trazido anteriormente, sobre o uso da categoria “bebê”.

Outras características do trabalho de Sacks o afastam do perigo da promiscuidade profetizada por Schegloff. Uma delas é, segundo Watson (1997), a centralidade do papel da maquinaria operando por trás da ação de categorizar, ou seja, os processos pelos quais as pessoas fazem uso de categorias. Assim como na Análise da Conversa, o interesse central recai na operacionalização da ação (a de categorizar) e não no conteúdo em si. Também não há a intenção de atribuir o uso das categorias a processos psicológicos, mas a recursos culturais, que são “públicos, compartilhados e transparentes” (WATSON, 1997).

Para exemplificar o uso de categorizações no evento da fala-em-interação, trago outro excerto do corpus desta pesquisa.

(4) [23/11/2006; 0-532]

418 ERNEST: =acho assim boa↓ XX (.) defe:ito:s (1) ah:: a mãe
 419 (só tem assim) algumas vez de: contrariá muito ou
 420 cobrá coisas se:m (.) vamo dizê assim (.) muito
 421 apressado sabe? (1) às vez não pensa be↑m não sei
 422 se é porque ela é mulher ou o que é que: XX (.)
 423 já[::: XXX]
 424 BINA: [por quê]?
 425 ERNEST: meu pa:i-
 426 BINA: o que que tem mulher? [@ @ @ @]
 427 ERNEST: [nã↑o eu] digo né que
 428 talvez @h porque a minha também às vezes (acaba)
 429 certas coisa apressada sempre que eu acho que
 430 poderia segurá mais↓ homem geralmente já pensa
 431 não↓ isso vai acontecê: ma:i:s: cedo ou mais
 432 ta:rde né↑ >não< a mulher já queria hoje né↑
 433 BINA: hu[m:]

Na linha 418, Ernest começa a descrever a mãe e na linha 421 utiliza o qualificador “não pensante” para a categoria mulher. Antes de concluir, Bina faz uma pergunta sobreposta “por quê” (linha 424). Ernest não se orienta para essa pergunta e continua sua fala, Bina insiste com uma pergunta mais elaborada “o que que tem mulher” (linha 426), solicitando um esclarecimento, ao pedir que Ernest justifique sua resposta. Nesse momento da interação ocorre uma sobreposição do riso de Bina (linha 426) e da fala de Ernest (linha 427). Ernest se

orienta para o riso de Bina como uma necessidade de prover uma nova justificativa⁵⁶ (linhas 427, 428, 429, 430, 431, 432) e não um convite ao riso.

É possível que Ernest tenha percebido que sua resposta foi recebida como problemática e tentado evitar a continuidade do tópico (linha 425). Os/As pacientes, no contexto terapêutico, se orientam para o fato de estarem sendo avaliados/as e querem projetar uma imagem positiva de si ao negociarem sua identidade moral (MONDADA, 1998). Essa noção pode adquirir proporções ainda mais importantes no contexto específico das interações aqui investigadas, em que os/as pacientes negociam algo que entendem como um benefício: a vasectomia ou a laqueadura.

A insistência da psicóloga pode ser um indicativo de que aquele tópico é relevante para ela, e que ela talvez não estivesse afiliada com o que Ernest provera como resposta, ou seja, com a qualificação usada por Ernest para descrever a categoria social “mulher”. Como o processo de negociação das identidades é dinâmico, as categorias de pertença podem ser confirmadas, validadas ou refutadas, o que parece ser o caso nessa interação.

Interessante observar que quem tem o direito de perguntar e retomar tópicos nessa interação é a psicóloga. Ernest se alinha ao que a psicóloga pede, ratificando a sua identidade profissional de psicóloga, e provê a resposta de forma mitigada (linhas 427 a 432). Percebe-se uma orientação mútua e co-construída dos papéis sociais que são desenvolvidos por ambos durante a interação, configurando o que Sacks (1992) chama de um par relacional de posições, com direitos e obrigações mútuas.

Ernest traz bastante carga morfológica para sua justificativa, ou seja, seu turno é mais extenso e explicativo, consolidando o tópico como problemático. Bina, por sua vez, dá uma resposta mínima à explicação de Ernest (linha 433), quando emite um “hum” e abandona o tópico, ação que lhe é permitida, ao contrário do que acontece com Ernest, que não pôde abandonar o tópico sobre a “mulher” e introduzir o tópico do “pai”, pois Bina solicitou o retorno ao tópico anterior.

2.4 Sociolinguística Interacional: pistas que significam a ordem social

⁵⁶ Account.

Os estudos que atentam para a construção das identidades de gênero nas interações face a face buscam olhar para os significados culturais que os/as atores/as sociais constroem, de forma situada e negociada. A Sociolinguística Interacional, nesse sentido, está interessada nas organizações sociais e culturais e busca entendê-las através da análise da seqüencialidade das conversas espontâneas, produzidas dentro de determinados contextos.

A Sociolinguística Interacional compartilha dos interesses da Análise da Conversa e da Análise das Categorias de Pertença, por se basear em evidências empíricas e não em categorizações sociais apriorísticas, ou seja, os grupos sociais não são isolados por critérios não lingüísticos, como residência, classe, profissão, etnia, para explicar comportamentos individuais. O processo de significação dos/as atores/as sociais torna-se, então, o eixo de análise da Sociolinguística Interacional. Uma análise a partir dessa perspectiva leva em conta as pistas lingüísticas e o contexto social onde os enunciados são produzidos pelos/as falantes.

As contribuições teórico-analíticas do lingüista e antropólogo John Gumperz (1982) mostram-se especialmente relevantes para esta pesquisa, pois o autor explora o que ele chama de “convenções de contextualização”, que seriam, grosso modo, as pistas de natureza sociolinguística que os/as participantes de uma ação utilizam para sinalizar suas intenções comunicacionais e fazer inferências sobre as intenções do/a interlocutor/a.

A inferência é um processo que acontece a todo instante no curso da interação face a face, se configura como um intento de significar o que está acontecendo no aqui e agora e é marcada por pressuposições (GUMPERZ, 1982). As pressuposições são construídas social e interacionalmente, reinterpretadas na conversa e sinalizadas entre os/as participantes na interação. Elas são construções hipotéticas sobre a intenção comunicativa, pois trata-se da interpretação do/a ouvinte sobre o que o/a falante deseja comunicar e a interpretação só poderá ser validada quando conjugada ao conhecimento pressuposto, nunca em termos absolutos. As interpretações são, portanto, ecologicamente condicionadas nas suas seqüências de turnos, organização e negociação de significado (GUMPERZ, 1982).

As pistas de contextualização são todos os traços lingüísticos que contribuem para a sinalização de pressupostos contextuais. Elas podem ser lingüísticas (alternância de código, de dialeto ou de estilo), paralingüísticas (pausas e hesitações) e/ou prosódicas (entonação, sotaque, tom da voz, volume da voz). Além dessas pistas, existem as pistas não vocais, como

o direcionamento do olhar, o distanciamento entre os/as interlocutores/as, os gestos, entre outras.

A natureza das palavras e dos enunciados, como já foi tratado anteriormente, não é transparente e fixa; ao contrário, a mesma palavra ou enunciado pode mudar totalmente de sentido, dependendo do contexto de uso⁵⁷. Um enunciado pode ser compreendido de várias maneiras e as pessoas o interpretam com base naquilo que julgam que está acontecendo no momento da interação. Goffman (1974) assume, então, que as pessoas definem a interação em termos de enquadre identificável e familiar. Entretanto, o tipo de atividade em que as pessoas se engajam, apesar de restringir as interpretações, não determina o significado, pois as atividades interacionais são dinâmicas e negociadas.

Para esclarecer as noções de enquadre, as pesquisadoras Tannen e Wallat (1998) analisaram a interação entre uma médica e a paciente, a mãe da paciente e uma equipe profissional que filmava a interação, para fins de produzir material didático. Os enquadres seriam, nessa situação, os eventos discursivos mais ou menos estáveis, quais sejam, a consulta médica, o exame médico e o relato profissional. Para cada enquadre a médica lança mão de diferentes tipos de registros, evidenciando que o tipo de enquadre modula o registro. Quando ela se reporta à equipe de profissionais, ela faz uso de um registro didático e explicativo, quando se dirige à criança, utiliza o registro chamado “maternalês”, por exemplo.

Outra noção que as autoras trazem é a noção de esquema, que é relacionada ao conhecimento de mundo dos/as interlocutores/as, acionados para eles/elas se adequarem aos diferentes tipos de enquadres. Esse conhecimento de mundo pode ser compartilhado ou não, o que determina, em larga escala, o sucesso ou a frustração interacional. Se, por exemplo, a expressão formulaica⁵⁸ “Como vai?”, como forma ritualizada de cumprimento que requer uma resposta também ritualizada, “tudo bem”, for respondida pelo/a interlocutor/a de forma explicativa sobre seu estado, pode haver uma alteração de contexto e um conseqüente

⁵⁷ Ver exemplo da ressignificação do uso da expressão *queer*, no capítulo 2.

⁵⁸ As falas formulaicas podem ser uma espécie de código, que requer uma resposta já esperada. Bucholtz (1999) mostra como esses códigos são utilizados por simpatizantes ao homossexualismo, como práticas de proteção à face e estratégias de reconhecimento e pertencimento. Estes códigos servem para que as pessoas se defendam contra a homofobia e o aparato social repressivo às manifestações identitárias consideradas desviantes, dúbias e não empacotáveis em um dos pólos do binarismo homem/mulher, transgredindo, assim, a “ordem das coisas” (BOURDIEU, 2003).

problema de comunicação⁵⁹. Gumperz (1982) apresenta diversas situações onde ocorrem essas incompatibilidades relacionadas aos esquemas, ou conhecimentos de mundo entre os/a interagentes. Ele lembra que esses “erros” são tomados como gafes sociais e representam uma quebra de convenções.

Nesse sentido, pode-se estabelecer a relação entre enquadre e esquema com a maquinaria proposta por Sacks, porém num contexto mais amplo. Ambas as noções lidam com uma espécie de conhecimento tácito sobre o que está acontecendo e que permite às pessoas se organizarem e recorrerem a protótipos já existentes e não criados a cada novo evento interacional. As pessoas, por exemplo, se orientam para a consulta terapêutica, pois elas têm um conhecimento de mundo acerca do que seja esse tipo de interação, mesmo que durante a consulta haja conflitos relacionados aos diferentes esquemas.

Para ilustrar a noção de pistas de contextualização, trago uma piada, que me foi enviada por e-mail. Além de servir a propósitos ilustrativos, serve também como reflexão para as questões de gênero social.

Era uma vez um casal que completaria 25 anos de casados e também completavam 60 anos de idade. Durante a celebração apareceu uma fada madrinha e disse-lhes que lhes concederia um desejo para cada um, como presente por terem sido um casal exemplar.

-Quero fazer uma viagem ao redor do mundo com meu marido - disse a mulher - e zaz...apareceram duas passagens em suas mãos.

Em seguida o marido pensou, está um clima tão romântico, mas uma chance dessas só se tem uma vez na vida. Então disse:

-Desculpe benzinho, mas meu desejo é ter uma mulher 30 anos mais jovem que eu!

A mulher fica chocada, mas pedido é pedido: a fada faz um círculo com a varinha e...zaz...o homem ficou com 90 anos!!!

No caso da piada acima, o homem faz seu pedido assumindo que todos/as os/as participantes estavam compartilhando dos mesmos processos interpretativos, que são normalmente tomados como pressupostos. A fada madrinha, porém, reage de forma inesperada à pista fornecida pelo marido, demonstrando não compartilhar do mesmo conhecimento de mundo. Essa divergência de interpretação causou a frustração mútua dos/as

⁵⁹ A pergunta “Como vai?”, como aponta Sacks (1992), pode acontecer duas vezes numa interação entre médico/a e paciente. Geralmente a primeira pergunta é parte do par adjacente cumprimento/resposta, no enquadre (GOFFMAN, 1974) da saudação, e a segunda pergunta acontece no enquadre da consulta e é quando o/a paciente é, de fato, convidado/a a falar sobre como está.

participantes. O marido não realizou seu desejo e ainda ficou 30 anos mais velho e a fada madrinha não conseguiu atender ao pedido do apadrinhado.

É possível perceber que o marido e a esposa compartilhavam do mesmo conhecimento de mundo. O marido, ao dizer “desculpa benzinho”, sinalizou que realizaria uma ação não esperada pela esposa e ela, por ficar chocada, demonstrou o entendimento daquela ação, que significaria a troca dela por alguém mais jovem e não o desejo do marido de ficar 30 anos mais velho.

Essa piada pode nos remeter a reflexões importantes sobre a supervalorização da juventude em determinadas sociedades. Essa convenção que atribui maior valor a determinadas características e não a outras não é, porém, universal, como nos mostra a piada. Aliás, as convenções são arbitrárias, como lembra Bourdieu (1998 e 2003), e as pessoas tentam se ajustar a elas para não sofrerem as conseqüências do banimento. Interessante notar, ainda, que em nossa sociedade é bem aceita a relação entre homens mais velhos e mulheres mais jovens (às vezes bem mais jovens), mas a relação entre mulheres mais velhas com homens mais jovens ainda é, em muitos casos, um tabu.

Outro trabalho que serve aos propósitos teórico-analíticos desta pesquisa, proposto por Goffman (1955/1999), é a noção de *face* e *trabalho de face*. Face, para o autor, é a imagem positiva que os/as interagentes reivindicam para si de forma reiterada durante as interações. Nesse sentido, as interações face a face precisam de um comprometimento com a nossa face e a face dos/as interlocutores/as. O prejuízo à face de algum dos/as envolvidos/as na interação poderá ocasionar rupturas interacionais, pois, como Goffman ressalta, a manutenção da face dos/as interagentes é condição da interação, e não seu objetivo.

Assumindo a importância intrínseca da manutenção da face dos/as interlocutores/as para a consolidação da interação, é preciso que a conduta local estabeleça estratégias para realizar esse trabalho. Goffman (1955/1999) aponta duas estratégias nesse sentido: a) a não realização de um ato potencialmente ameaçador à face do/a outro/a; b) o reparo da ameaça à face já realizada.

Uma resposta despreferida, como na seqüência pareada convite/resposta, apresentada na seção 1, pode ser potencialmente ameaçadora à face do/as envolvidos/as. Como nem

sempre é possível evitar a ação ameaçadora à face, os/as interlocutores/as valem-se de estratégias conversacionais que minimizam essa ameaça de ferimento e danos à imagem positiva de cada um/uma. Dentre essas estratégias de atenuação estão a maior carga morfológica trazida à fala, pausas, risos, justificativas, atrasos na produção da fala, entre outros.

Para situar melhor a noção de face e trabalho de face, trago um excerto em que a paciente negocia com a psicóloga a sua identidade moral e clama para si uma imagem positiva que, neste caso, é o alinhamento com aquilo que a paciente acredita ser a conduta correta.

Este excerto foi retirado da parte da consulta em que a psicóloga faz perguntas mais subjetivas e é quando muitos/as pacientes se emocionam por serem interpelados/as sobre sua infância e vivências familiares.

(5) [23/11/2006; 0-503]

359 NEREIDA: é muitas né↑
 360 BINA: xx x
 361 (14) ((paciente está chorando))
 362 BINA: tá nereida↓ escolhe u:ma: ((voz suave))(1) né
 363 deve tê coisas assim que deixa a gente
 364 emociona:da:
 365 (2) ((paciente chora muito))
 366 NEREIDA: a única que eu me sinto ruim assim que quando eu
 367 tinha dez ano um cara pegou eu xx
 368 (2) e só isso que eu tenho (1) [daí] o meu marido
 369 BINA: °[uhum]°
 370 NEREIDA: joga na minha cara que eu x- que ele qué faze
 371 coisa errada↑ mas eu nunca fi:z↑ (1) foi ele que
 372 me pegou↑
 373 (2)
 374 BINA: tu foi abusa:da↑
 375 NEREIDA: isso (1) só que ele não acredita né↑

Quando Nereida revela o abuso que sofreu (linha 367), Bina responde com um “uhum” (linha 369) e não providencia nenhuma reação. Essa resposta mínima do “uhum” autoriza Nereida a continuar trazendo elementos para a conversa. Na linha 374 (7 linhas após a revelação do abuso) é que Bina faz a formulação “tu foi abusada”. Essa seja talvez uma das diferenças entre a conversa comum e a consulta terapêutica. A não reação por parte de Bina, num contexto de interação entre dois/duas amigos/as, poderia ser problemática, pois, segundo as regras conversacionais, quando o/a interlocutor/a escuta uma novidade ela/ela precisa

prover a resposta adequada, que, neste caso, poderia ser de surpresa ou indignação. No enquadre da consulta terapêutica, porém, a reação mínima da psicóloga faz parte do esquema interacional do evento e não é interpretado como problemático.

Na linha 371, Nereida diz que o marido pensa que ela “fez coisa errada”, uma vez que ele não acredita na situação do abuso. Ela enfatiza que não fez nada errado (linha 371) e na linha 375 reitera que o marido não acredita nela. Parece que para Nereida é crucial a negociação da sua identidade moral, a de que ela não tem culpa daquilo que aconteceu. Ela busca repetidamente preservar sua face, projetando uma imagem positiva de si, quando enfatiza a ausência de culpa e faz o apelo retórico do “nunca” (linha 371).

Importante ainda destacar que Nereida traz mais o aspecto da não crença do marido na sua *inocência* do que a situação do abuso em si. O abuso sexual na infância é tratado, então, como algo que pode acontecer, mas o que *não* pode acontecer é a mulher ter relações sexuais com outro homem, porque o marido “joga na cara” esse comportamento *errado*, ao invés de, por exemplo, se solidarizar com a situação de violência vivenciada pela esposa.

A seção seguinte tratará da coleta e análise dos dados desta pesquisa. Os conceitos trazidos até aqui guiarão o processoêmico e ético de olhar para esses dados dentro de preceitos científicos.

3. DADOS NATURALÍSTICOS: MÉTODOS DE COLETA E ANÁLISE

A metodologia utilizada para analisar os dados naturalísticos desta pesquisa está circunscrita em três etapas, quais sejam, a coleta, a transcrição e a análise dos dados. Essas etapas, que são separadas para fins didáticos, servem ao propósito de fazer uma ciência social pautada em dados empíricos e acessáveis a qualquer interessado/a que queira fazer suas próprias análises. Essa checagem empírica é viável justamente por haver uma preocupação com o rigor na condução da pesquisa e, mesmo que a objetividade pura seja um mito, há meios que permitem ao/à pesquisador/a se proteger da sua subjetividade (MARSHALL e ROSSMANN, 1999). Esses meios estão estreitamente vinculados a uma proposta teórico-metodológica clara e embasada para realizar a pesquisa.

O propósito da ciência social é produzir descrições do mundo social e, através de métodos objetivos, buscar a confiabilidade e a validade da pesquisa (PERÄKYLA, 1998). A análise da fala-em-interação tem como objeto de estudos as interações naturalísticas, ou seja, ela busca as falas assim como elas ocorrem no mundo e não as falas criadas, laboratoriais ou idealizadas pelos/as pesquisadores/as para, muitas vezes, confirmar hipóteses pré-existentes.

A pesquisa se configura, então, como indutiva, pois à medida em que o/a pesquisador/a, inserido no campo de pesquisa, vai coletando os dados no mundo, é que ele/ela vai percebendo como os/as atores/as sociais constroem sua realidade, significam suas ações e se percebem no conjunto social. É fácil perceber, assim, que a centralidade da pesquisa está em perceber o processo e não os resultados (GOLDENBERG, 2001; MARSHALL e ROSSMANN, 1999). Aliás, em pesquisa qualitativa interessa menos a questão dos resultados, pois não se busca generalizações e nem tampouco se imagina que os resultados sejam aplicáveis a todos/as os/as integrantes de determinada comunidade.

3.1 Métodos de coleta de dados

Esta pesquisa, de cunho qualitativo (GOLDENBERG, 2001), etnográfico (FETTERMAN, 1998) e etnometodológico (COULON, 1995), faz uso de gravações em áudio de interações naturalísticas e anotações em diários de campo pela pesquisadora, para coletar os dados. A etnografia e a etnometodologia são complementares na pesquisa, uma vez que a perspectiva êmica (dos/as atores/as sociais) precisa do olhar externo, científico e ético do/a

pesquisador/a para efetivamente tornar possível o fazer ciência (FETTERMAN, 1998). Coulon (1995) lembra, porém, que é preciso levar em conta, em primeiro lugar, o ponto de vista dos/as participantes, pois é “através do sentido que eles [sic] atribuem aos objetos, às situações, aos símbolos que os cercam, que os atores [sic] constroem seu mundo social” (p.15).

Essa visão etnometodológica é particularmente importante para os/as analistas da conversa, pois eles/elas examinam como os/as interlocutores/as se orientam para as atividades em que estão engajados/as. Essa orientação é acessável através dos dados que, por estarem registrados, armazenados e transcritos dentro de normas convencionais, tornam-se passíveis de checagem por outros/as leitores/as analistas, não dependendo exclusivamente da categorização e interpretação do/a pesquisador/a.

O cuidado em não categorizar os/as participantes das interações é importante nesta pesquisa. Me afilio à idéia de Bucholtz e Hall (2005) de que identidade não é uma coleção de categorias sociais amplas, mas relações de identidades que surgem em contextos locais e que têm nuances diferentes dependendo de seu contexto discursivo. Sendo assim, as categorias ganham existência na situacionalidade da interação e não fora dela.

As negociações de entrada de campo se deram em diferentes etapas. A autorização para realizar a pesquisa foi solicitada em todas as instâncias hierárquicas da Instituição: a secretária municipal de saúde, a enfermeira responsável pelo Programa de Planejamento Familiar no município, a psicóloga que atende os/as pacientes e que emite a avaliação de (in)sanidade mental e, por fim, os/as pacientes interessados/as no procedimento cirúrgico da vasectomia ou da laqueadura.

Depois de feitas as negociações com os/as profissionais e obtida a permissão para realizar a pesquisa, comecei a fazer visitas regulares ao posto de saúde, para me familiarizar com a rotina do local. Com cada novo/a paciente eu negociava a permissão para gravar sua consulta em áudio e permanecer junto no consultório, durante toda a consulta, para fazer registros no meu diário de campo. Para formalizar a autorização, eu entregava e explicava a

cada participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁶⁰, para leitura e posterior assinatura, em caso de consentimento⁶¹.

O prédio do Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) havia sido demolido em função de suas precárias condições físicas. Enquanto as obras do prédio novo não eram concluídas, os/as pacientes eram atendidos/as no posto de saúde, contíguo ao hospital. O hospital, por sua vez, também estava em obras para se adequar à Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde (SUS)⁶² e parte das suas demandas de atendimentos também passaram ao posto de saúde. Dessa forma, os/as profissionais faziam escalas para a utilização das salas de atendimento e alguns espaços eram improvisados, o que foi o caso da sala ocupada por Bina, a psicóloga, durante todo o período de coleta de dados desta pesquisa, que foi de outubro de 2006 a fevereiro de 2007. A sala de atendimento era pequena e iluminada. O mobiliário constituía em uma mesa, três cadeiras (uma em função da minha presença) e um ventilador de teto.

Em função dos rearranjos espaciais restritivos para os/as pacientes da *saúde mental*, um dia da semana era dedicado para o atendimento de cerca de 3 a 4 pacientes. Bina os/as atendia ao final da tarde, quando o movimento geral do posto era menor. Os/As pacientes, para serem atendidos/as, precisavam ter um horário previamente agendado com a telefonista do posto. Outra exigência para consultar com a psicóloga era a participação dos/as pacientes em uma palestra explicativa sobre métodos de contracepção. Os próprios/as enfermeiros/as e estagiários/as do posto realizavam essas palestras mensalmente para os/as interessados/as em

⁶⁰Uma cópia do TCLE está na seção de apêndices. Os originais estão sob minha responsabilidade. Tanto o termo quanto o projeto foram encaminhados ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNISINOS, que os aprovou por estarem éticos e metodologicamente adequados conforme os preceitos do Conselho Nacional de Saúde, sob a Resolução 009/2007, do dia 16 de março de 2007.

⁶¹ Não obtive nenhuma recusa por parte dos/as pacientes em serem gravados/as e observados/as, durante todo o período da minha pesquisa.

⁶² Humanização, no campo da saúde, diz respeito “a uma proposta ética, estética e política. Ética, porque implica mudança de atitude dos usuários, dos gestores e dos trabalhadores de saúde, de forma a comprometê-los como co-responsáveis pela qualidade das ações e serviços gerados; estética, porque relativa ao processo de produção da saúde e das subjetividades autônomas e protagonistas; política, porque diz respeito à organização social e institucional das práticas de atenção e gestão, na rede do SUS” Na implementação da Política Nacional de Humanização (PNH), “o SUS tem quatro objetivos específicos: 1) reduzir as filas e o tempo de espera, ampliando o acesso a um atendimento acolhedor e resolutivo, baseado em critérios de risco; 2) informar a todos os usuários sobre quem são os profissionais que cuidam de sua saúde e quais são os serviços de saúde responsáveis por sua referência territorial; 3) garantir aos usuários, por meio das unidades de saúde, acesso a informações gerais sobre saúde, entre elas os direitos do código dos usuários do SUS e, ainda, que sejam acompanhados, durante seus tratamentos, por pessoas de suas redes sociais (de livre escolha); 4) garantir, nas unidades de saúde, educação permanente aos trabalhadores e gestão participativa incluindo trabalhadores e usuários.” (disponível em <http://www.saúde.gov.br>, acessado em 28/07/2007).

planejamento familiar. Durante a consulta psicológica, os/as pacientes eram convocados/as a relatar o que aprenderam na palestra.

A obrigatoriedade de assistir a palestra é um arranjo local para atender à prerrogativa legal da lei federal que prevê o direito à orientação e informação sobre métodos de controle da fecundidade dos/as usuário/as do sistema de saúde e a obrigação por parte do aparato estatal em prover esse benefício (BRASIL, 1996). Embora muitos/as pacientes venham já decididos/as pela vasectomia ou laqueadura, eles/elas são orientados/as sobre todos os métodos existentes e disponíveis dentro do Programa de Planejamento Familiar.

Durante meu trabalho de campo, assisti também a algumas palestras oferecidas à população. Elas ocorriam à noite, no saguão de entrada do próprio posto pesquisado. O espaço era reconfigurado e, de sala de espera coletiva, passava a auditório. A palestra era conduzida por uma enfermeira, “treinada” dentro do Programa de Planejamento Familiar. Ela demonstrava, através de material ilustrativo, os métodos existentes para evitar filhos/as não planejados/as.

O material didático da palestra incluía a reprodução dos órgãos genitais masculinos e femininos, em material emborrachado, cartazes que mostravam o processo de fecundação, além dos métodos para evitar a gravidez, como o dispositivo intra-uterino (DIU), o diafragma, o preservativo masculino e o feminino e o anticoncepcional via oral (AVO). Havia também cartazes explicativos sobre a cirurgia da laqueadura e da vasectomia.

No início da palestra, a platéia contribuía com poucas falas e o silêncio era mais proeminente. Até mesmo quando a enfermeira fazia perguntas do tipo “alguém sabe como funciona esse método?”, as respostas demoravam a surgir e quando surgiam eram emitidas em volume de voz baixo. À medida em que a palestra avançava, acontecia um engajamento maior dos/as envolvidos/as, pois mais perguntas e dúvidas eram trazidas para esclarecimento.

O passo seguinte para os/as interessados/as pelo procedimento cirúrgico é marcar a consulta psicológica, cujo objetivo é atestar (ou não) se o/a paciente está de plena posse das faculdades mentais e, portanto, apto/a a tomar uma decisão de cunho irreversível. A lei prevê

que as pessoas com problemas mentais⁶³ precisam ter autorização judicial para realizar a cirurgia, não sendo considerados/as aptos/as a tomar a decisão por si sós.

Antes de iniciar com as gravações propriamente ditas, assisti a 10 consultas sem fazer uso do equipamento digital de gravação. Fiz essa inserção prévia com o propósito de me familiarizar com a dinâmica da atividade em que os/as participantes se engajavam. Para fins de análise, gravei 25 consultas, que são o corpus desta pesquisa. As gravações iniciaram após semanas de idas a campo, conversas com os/as profissionais do posto, participação nas palestras e acompanhamento da rotina de atendimentos.

Durante as interações, eu permanecia no local e posicionava o gravador na mesa que ficava entre a psicóloga (Bina) e o/a paciente. Eu sentava frente a um canto da mesa, de forma a poder apoiar meu bloco de anotações, mas, ao mesmo tempo, procurava ficar fora do campo de visão dos/as envolvidos/as na ação, para interferir o mínimo possível. As consultas, que duravam cerca de 30 minutos (com duas exceções em que chegaram a quase 40 minutos) foram gravadas do início ao final. No diário de campo eu tomava nota daquilo que julgava importante para auxiliar na compreensão do que estava acontecendo, como, por exemplo, as expressões corporais dos/as pacientes e da psicóloga. Essa é uma medida importante para acessar dados complementares durante o processo de análise, sem precisar recorrer à memória.

A consulta seguia uma estrutura mais ou menos estável. Após as saudações iniciais, Bina perguntava aos/às pacientes alguns dados que não constavam na ficha que estes/estas traziam consigo e que eram fornecidas pelo serviço de recepção. Dentre as informações sempre requeridas estava a idade, a profissão, o endereço, o número de filhos/as e suas idades, a renda individual e a renda familiar. Enquanto os/ as pacientes respondiam, Bina tomava nota em uma ficha.

Após esse questionário, Bina perguntava sobre a participação na palestra e solicitava que os/as pacientes contassem tudo o que aprenderam na ocasião. Ela perguntava ainda sobre os métodos de contracepção que o/a paciente já havia utilizado ao longo da vida e como se

⁶³ Das 25 consultas que gravei e mais as 10 que não gravei, uma paciente foi chamada para uma reavaliação, pois, segundo a psicóloga, ela tinha dificuldades de "auto-percepção".

adaptou a cada um. Depois Bina introduzia o tópico sobre a decisão pelo “método” irreversível e se detinha por um tempo maior nesse assunto. Fazia perguntas hipotéticas com o intuito de fazer os/as pacientes refletirem sobre a decisão. Dentre as perguntas mais recorrentes estavam “você está consciente de que este método não tem volta?”, “e se você se separar do/da seu/sua esposo/a e se apaixonar por outra pessoa e desejar ter filhos/as nesse novo relacionamento?”, “e se algum de seus/suas filhos/as vier a falecer?”, “e se sua situação financeira melhorasse?”⁶⁴, “porque não experimentam outros métodos?”⁶⁵, entre outras, conforme o rumo da interação.

Na segunda parte da consulta⁶⁶, Bina fazia perguntas mais subjetivas aos/às pacientes: a) como você se vê; b) você consegue identificar (quatro) qualidades e (quatro) defeitos em você; c) que evento da infância o/a marcou; d) você consegue identificar quatro qualidades e defeitos em seu pai e sua mãe; e) o que você acha que herdou de seu pai e sua mãe. Para finalizar, Bina solicitava aos/às pacientes que estes/estas fizessem o desenho de uma pessoa em uma folha em branco que ela fornecia. Pacientes que já haviam passado por alguma testagem psicológica (o psicotécnico para tirar a carteira de motorista, por exemplo) iam mencionando, enquanto desenhavam, o que, segundo eles/elas, devia e o que não devia constar no desenho (a necessidade de desenhar o chão para a pessoa não flutuar, por exemplo). A maior parte dos/as pacientes, porém, demorava a se decidir pelo desenho e fazia perguntas do tipo “desenhar um homem ou uma mulher?”, “desenhar com roupa ou sem roupa?”, “ocupar todo o espaço da folha ou só um pedaço dela?”. A única exigência de Bina era de que o desenho não fosse “aquele de pauzinhos”. Ela respondia às perguntas feitas pelos/as pacientes, dizendo que não se preocuparem, pois “aquilo não era um concurso de desenho”.

Um elemento importante a ser abordado, ainda, é a especificidade da pesquisa com seres humanos. O/A pesquisador/a que faz esse tipo de pesquisa precisa orientar suas práticas sob preceitos éticos, de forma a respeitar os/as participantes e, em nenhum momento, sobrepor os interesses da pesquisa aos dos/as próprios/as pesquisados/as. Esse aspecto é

⁶⁴ Quase a totalidade dos/as pacientes mencionou a questão financeira como um dos fatores para não querer mais ter filhos/as.

⁶⁵ Das 25 pessoas gravadas, 18 mencionaram problemas com o contraceptivo oral, tais como, pressão alta e alterações de peso.

⁶⁶ Bina denominava essa parte como sendo a segunda.

particularmente importante por se tratar de um evento interacional onde as pessoas se expõem e falam de sua intimidade e sexualidade⁶⁷.

A pesquisa com seres humanos precisa, também, atentar para o que Labov (1972) chama de o “paradoxo do observador”. Os/As pesquisados/as podem eventualmente mudar seu comportamento lingüístico em função da presença do/a pesquisador/a e do equipamento. Essa situação é, contudo, realidade em qualquer pesquisa que envolva pessoas. O/A pesquisador/a quer saber como os/as pesquisados/as se comportam sem sua presença, mas estes/estas, por sua vez, têm consciência de que estão sendo observados/as. Torna-se importante, então, minimizar o efeito da presença do/a pesquisador/a, porém é impossível saber o que aconteceria se de fato ele/ela não estivesse presente.

3.2 Métodos de análise dos dados

A etapa posterior à coleta de dados é a transcrição das interações e a análise qualitativa do corpus da pesquisa. É importante lembrar, porém, que a transcrição é um processo seletivo, pois acaba refletindo aquilo que o/a pesquisador/a julga mais relevante para a sua pesquisa. Assim, para alguns/algumas pesquisadores/as pode ser crucial, por exemplo, marcar as sobreposições de falas, as pausas, as hesitações, as demoras em produzir a fala, enquanto que para outros/as esses aspectos podem ser tomados como secundários ou, até mesmo, irrelevantes e, por conseguinte, não marcados.

As diferentes perspectivas analíticas e suas respectivas convenções de transcrição mostram as diferentes possibilidades de olhar para um objeto de estudo. Esta pesquisa utiliza as convenções propostas por Gail Jefferson (1984), sistematizadas para a análise de dados a partir da Análise da Conversa e adaptadas por Schnack, Pisoni e Ostermann (2005).

A análise dos dados busca ver os padrões recorrentes nas interações, ou seja, busca ver o que acontece reiteradamente na forma como os/as envolvidos/as negociam suas identidades de gênero, por intermédio de marcas sociointeracionais. Essa análise é pautada pelos

⁶⁷ Não construo e nem tomo como dado que esses assuntos sejam delicados, mas percebi, ao longo das interações, o quão difícil é para as pessoas falarem sobre sua vivência sexual.

princípios teórico-metodológicos da Análise da Conversa, da Análise das Categorias de Pertença e da Sociolingüística Interacional, como já foi exposto no capítulo anterior.

4. A CONSTRUÇÃO DA MORALIDADE E DAS IDENTIDADES DE GÊNERO: UMA NEGOCIAÇÃO DINÂMICA E LOCAL

O viés central para a análise dos dados desta pesquisa é perceber como os/as interagentes negociam as identidades de gênero dentro do esquema moral local (SACKS, 1992) e que estratégias utilizam para se proteger de julgamentos negativos e construir uma imagem tida como moralmente aceitável. Hutchby e Wooffitt (1998) lembram que as pessoas estão atentas para o fato de poderem receber respostas hostis ou de não serem levadas a sério. Os autores sugerem dois pontos de investigação face a esse fenômeno: a) documentar os recursos discursivos usados pelos/as falantes para se assegurarem de que seus pontos de vista são razoáveis e b) examinar como as falas são produzidas para antecipar e minimizar possíveis inferências indesejadas ou negativas do/a interlocutor/a.

Um dos exemplos clássicos usados por Sacks (1992) para ilustrar a noção de esquema moral é a interação entre um combatente do Vietnam e um repórter. Na entrevista, o repórter pergunta ao soldado sobre como ele se sente ao saber que provavelmente suas bombas mataram alguém. O soldado está atento ao fato de que matar alguém não faz parte do esquema moral e, na sua resposta, faz uma série de escolhas que ajudam a projetar uma imagem positiva de si mesmo. Ele começa dizendo que não gosta da idéia de matar ninguém e que, como “militar”, precisou atirar bombas, assim como outros militares. Ele diz também que nesse “negócio” é preciso ser “impessoal”.

Sacks aponta que a escolha da categoria “militar” defende a atividade de “atirar bombas”, por que é isso que os militares fazem. O entrevistado faz alusão ainda a outros militares que, como ele, “atiram bombas”. Dessa forma, ele estabelece um par relacional que tem as obrigações mútuas de atirar bombas um no outro. Uma vez estabelecidas essas obrigações, como lembra Sacks, não há o que reprimir. A categoria “negócio” usada pelo soldado, ligada à ação de “ser impessoal”, justifica não só o comportamento a ser adotado num campo de batalha, mas em outros “negócios” também, como no Jornalismo, por exemplo. Sacks destaca essa escolha em função de ela ser justamente aplicável a vários outros terrenos profissionais. Se a conduta da impessoalidade fosse exclusiva do exército (mas não é), então o problema poderia ser com o exército. Essas escolhas mostram como a moralidade é interacionalmente e situadamente negociada entre os/as falantes.

Dentro desta perspectiva, é importante não esquecer que os/as falantes estão orientados/as para o evento da consulta e para as conseqüentes expectativas interacionais, pois, como ressalta Sacks (1992), as falas não acontecem num vácuo. As falas são selecionadas em função da orientação para o enquadre, ou seja, o/a falante escolhe uma possibilidade, dentre uma vasta gama, para descrever algo num ponto específico da interação (HUTCHBY e WOOFFITT, 1998). Potter (1996) esclarece que os/as falantes se orientam para a questão “por que isso agora”, o que faz com que eles/elas produzam sua fala atentos/as ao objetivo interacional. Além disso, os/as falantes também modulam suas falas de acordo com o/a interlocutor/a (SILVERMAN, 1998) que no caso do presente estudo é uma psicóloga.⁶⁸

A seção que segue busca mostrar como os/as pacientes e a psicóloga constroem as identidades de seus pais e de suas mães. Os tópicos escolhidos para análise apontam as recorrências encontradas no *corpus* desta pesquisa.

4.1 “Tudo é incerto neste mundo hediondo, mas não o amor de uma mãe” (James Joyce)

Na pauta das consultas terapêuticas desta pesquisa a psicóloga solicita aos/às pacientes que estes/estas apontem defeitos e qualidades do pai e da mãe. Em alguns momentos da consulta os/as pacientes também negociam suas próprias identidades como pais e mães. Pauta é a agenda, ou o roteiro que a psicóloga segue para atingir a finalidade de avaliar as condições de sanidade mental do/a paciente. Peräkylä (2003) chama essa pauta⁶⁹ que está por trás da interação de Estoques Profissionais de Conhecimento Interacional⁷⁰. Segundo o autor, a prática profissional depende dos SIK's, que têm elementos normativos e prescritivos, e sugere que estudos da AC podem contribuir largamente na compreensão da relação entre os SIK's e os objetivos interacionais, no sentido de otimizar os resultados.

As identidades de pai e mãe estão ligadas às identidades de homem e mulher, não somente pelas contingências biológicas, mas, sobretudo, pelas atribuições sociais, culturalmente estabelecidas, para o exercício da maternidade e da paternidade. É salutar

⁶⁸ Importante lembrar que, além da psicóloga, há também a presença da pesquisadora e do gravador digital, que podem também se constituir como audiência.

⁶⁹ Hidden agenda.

⁷⁰ Professional Stocks of Interactional Knowledge (SIK's).

relembrar que as atribuições em si não são *naturalmente* de homens ou de mulheres, mas são socialmente construídas e também socialmente valorizadas, ou não. A escala de valorização é baseada em convenções, que, como lembra Bourdieu (1998 e 2003), são arbitrárias e podem revelar relações de poder.

O excerto a seguir ilustra algumas concepções e construções de gênero que vêm, muitas vezes, coladas às identidades de ser pai e de ser mãe.

(6) [12/02/2007; 0-331]

221 BINA: .hhh ãh::: (.) me cita duas qualidades e dois
 222 defeitos do teu pai↓
 223 RICHARD: °en↑tão° meu pai é suici↑da (.)
 224 BINA: e-
 225 RICHARD: °xx° (fala incompreensível)
 226 BINA: como é que ele era↑ assim ã duas coisas boas e
 227 duas coisas ruins <[dele]>
 228 RICHARD: [tá↑] duas coisas ruins >que
 229 eu achava< é:: que ele:: ele bebia muito né↑
 230 BINA: °uhum°
 231 RICHARD: bebia muito, (.) fumava (.) é:: vício né↑ eu::
 232 não sou muito chegado no vício °eu não gosto xx°
 233 (2.0) qualidade (ele tinha era) um homem
 234 trabalhado:r (.) e atencioso também >com a< com a
 235 família °assim° (1.0) °x xxxx xx°
 236 (3.0)
 237 BINA: e a mãe?
 238 RICHARD: minha mã::e (.)°defeito (dela)° geralmente as mãe
 239 não tem defeito né? @ @ @ @ .hh a gente não
 240 enxerga muito os defeito das mã- da mãe↑ mas
 241 minha mãe↑ deixe me vê↑ (.) também de repente uma
 242 hora que:: (.) é::: ela achava que talvez (.)
 243 passava pela cabeça de um outro irmã::o, uma
 244 coisa assim talvez↑ (.) (de repente ela:::)↑
 245 porque mã::e↑ (1.0) minha mãe é uma pessoa↑ (1.0)
 246 defeito de minha mãe↑ deixe me vê↑ @ @ @ .hh(2.0)
 247 <talvez> é::: achá que::: >um outro irmão
 248 tenha feito um é: (tu tá) errado e ela achá que
 249 não né↑ no caso vamo dizê passá xx- a mão pela
 250 cabe[ça]<↑
 251 BINA: [uhum]
 252 RICHARD: isso seria é: um de[feito]?
 253 BINA: [uhu:m]
 254 RICHARD: outro <defe:ito> (6.0) talvez (3.0)
 255 BINA: °xx x x°
 256 (7.0)
 257 xx xx xx
 258 RICHARD: tá
 259 (2.0)
 260 RICHARD: xx xxxxx↑

261 BINA: uh[um]
 262 (2.0)
 263 BINA: e qualidade?
 264 RICHARD: é uma pessoa que:: atendia um monte de gente lá
 265 no xxxx, [e::] (.) sempre alegre também↑
 266 BINA: [uhum]
 267 RICHARD: uma pessoa alegre

O enquadre da consulta é um empreendimento colaborativo entre a psicóloga (Bina) e o paciente (Richard) e só pode existir se os/as envolvidos/as na interação se alinham para ele. Para que a interação seja tomada como uma consulta psicológica, as categorias de paciente e terapeuta precisam também de reconhecimento e de ratificação mútua (PSATHAS, 1999).

As interações institucionalizadas são normalmente tidas como assimétricas, principalmente em função dos procedimentos de tomada e distribuição dos turnos de fala, bem como a introdução e controle dos tópicos (SACKS, 1992; SILVERMAN, 1998; HUTCHBY e WOOFFITT, 1998). Mondada (1998) lembra, porém, que a assimetria interacional em eventos institucionais pode ser contestada quando as regras interacionais não são respeitadas e quando são cometidos “atos de insubordinação”. A ação de não ratificar as regras locais requer, porém, um conhecimento dessas regras, uma vez que não se pode subverter aquilo que não se conhece.

Os estudos de Peräkylä (2002) revelam, entretanto, que os/as pacientes, mesmo quando não concordam com o/a profissional, normalmente sinalizam isso de forma mitigada ou até em forma de silêncio e dificilmente promovem rupturas interacionais. Essa postura pode mostrar uma orientação por parte desses/dessas pacientes para a autoridade do/a profissional, que representa a voz autorizada do conhecimento científico, em contrapartida com o conhecimento laico, não avalizado pela medicina. Tomando como referência a noção de que tudo é negociado *na e pela* interação, Mondada (1998) afirma que todas as interações (institucionais e não institucionais) são assimétricas e que é preciso ver em cada ação quais são as estratégias utilizadas pelos/as interlocutores/as para construir e fazer emergir a assimetria.

Mondada (1998) nomeia o evento da consulta terapêutica como um *gênero* específico, tipificado, e para o qual o/a paciente está atento/a, o que faz com que ele/ela diferencie a consulta de uma conversa corriqueira, por exemplo. Sacks (1992) ressalta a questão dos

direitos e obrigações dos/as membros/a envolvidos/as numa ação, ou seja, é esperado um determinado comportamento do/a terapeuta e do/a paciente⁷¹. A consulta é, portanto, instanciada como tal, de forma situada, através das atividades ligadas às categorias de paciente e terapeuta. Peräkylä (2002) mostra, em seus estudos, que a proficiência dos/as profissionais é negociada localmente, ou seja, o/a profissional precisa mostrar para o/a paciente que ele/ela é “competente” e confiável, justificando, assim, o direito de fazer o que está fazendo.

A interação entre Bina e Richard (excerto 6) está organizada sequencialmente nos pares adjacentes pergunta/resposta e é estruturada no formato de entrevista. Bina faz as perguntas (linhas 221, 237, 263, por exemplo) e Richard se alinha a essa atividade da terapeuta ao prover as respostas (linhas 223, 229, 231, 238, 252, 254, 264, 267). Bina adota a postura de ouvinte silenciosa, produzindo respostas mínimas apenas, repassando, assim, o turno de fala de volta ao seu interlocutor. Essa postura possibilita que Richard faça formulações maiores e mais detalhadas (linhas 231 a 236, 238 a 250). O silêncio, como já foi mencionado, não é tomado como problemático na consulta terapêutica, pois os/as envolvidos/as sabem que esse é um elemento pertencente a esse gênero interacional (linhas 233, 236, 246, 254, 256, 259, 262). Atitudes de Bina como o silêncio, o uso de elementos lexicais que funcionam como continuadores (uhum) e a não interrupção durante a fala dos/as pacientes podem ser tomadas como atividades centradas no/a paciente, conforme os estudos de Ruusuvuori (2005)⁷².

Bina demonstra estar realizando “escuta ativa” (HUTCHBY, 2005) quando elabora, nos seus turnos, a expressão “uhum”. Essa expressão é, ao mesmo tempo, um sinal de que ela está ouvindo e também um convite para que Richard prossiga na sua fala. Na linha 221, Bina pede para Richard citar duas qualidades e dois defeitos do pai. Richard responde imediatamente que o pai é suicida. Na linha 226 e 227, Bina repete a pergunta e pede duas “coisas boas” e duas “coisas ruins” do pai. Richard parece ter bem presentes os defeitos do pai ao emitir, em fala sobreposta (linha 228), um “tá” (ascendente), que, nesse contexto sequencial, sinaliza resolução em falar.

⁷¹ Membership Categorization Devices.

⁷² Embora os estudos de Ruusuvuori sejam voltados às interações médicos/as e pacientes e essas consultas tenham um formato diferenciado do da consulta terapêutica, é interessante ver o que ela elenca como sendo atividades centradas no/a paciente e atividades centradas no/a médico/a.

O paciente decide iniciar pelas coisas ruins, não seguindo a ordem proposta por Bina, que era de citar primeiro duas coisas boas. Na linha 229 Richard menciona a bebida como uma coisa ruim e prossegue, na linha 231, reafirmando que o pai bebia muito e fumava também. Ele categoriza essas atividades como sendo um *vício* e na linha 232 se defende⁷³ (SACKS, 1992) da possibilidade de ser associado ao pai nos aspectos negativos ao dizer que “não é muito chegado no vício e que não gosta disso”. Richard está, aqui, negociando sua identidade moral (SACKS, 1992, SILVERMAN, 1998, HUTCHBY e WOUFFITT, 1998) de sobriedade. Richard precisa de três turnos para elaborar as qualidades do pai (linhas 233, 234 e 235) e mais três segundos (linha 236), o que sinaliza que o tópico é tomado por ele como problemático. Para apontar os defeitos do pai, Richard providencia falas imediatamente, não demandando de tempo para iniciar sua ação (linha 223, 228, 229, 231).

Quando Bina pergunta da mãe (linha 237), Richard precisa de 13 turnos de fala para elaborar um defeito dela. Na linha 252 ele sinaliza, contudo, que não tem certeza de que aquilo que apontara é realmente um defeito e solicita a confirmação de Bina. A psicóloga categoriza a ação de passar a mão na cabeça como defeito, ao responder a dúvida de Richard com um “uhum”. Richard ainda associa à categoria mãe a ação de não ter defeitos, ou se elas os têm, “a gente não enxerga” (linhas 239 e 240). Mesmo o defeito de “passar a mão na cabeça” envolve uma ação protetora, comumente associada às mães. Ao retomar sua busca por defeitos na mãe, Richard produz silêncios (linhas 254, 256), faz nova tentativa de nomear defeitos, na linha 258, ao providenciar um “tá” ao que seguem sons desarticulados, que não chegam a formar palavras, e mais silêncio, na linha 262.

Bina resolve mudar de tópico e pergunta das qualidades da mãe, ao que Richard responde imediatamente que ela é “alegre” e que “atendia um monte de gente” (linhas 264 e 265). Quando Bina lhe repassa o turno de fala, depois da expressão “uhum” (linha 266), ele formula, na linha 267, que a mãe era uma pessoa alegre, empacotando⁷⁴ a ação de descrever a mãe.

⁷³ A ação de prever um julgamento negativo e se defender dele é nomeada pela Psicologia Discursiva como inoculação (POTTER, 1996).

⁷⁴ “Empacotamento”, segundo Pomerantz e Fehr (1997), é o meio pelo qual o/a falante realiza suas ações. Importante ressaltar que diferentes empacotamentos provocam diferentes reações no/a interlocutor/a. Se eu disser, por exemplo, que estou com fome, meu interlocutor pode “empacotar” minha asserção como um pedido de comida, ou, dependendo do contexto, como um pedido de apressar alguma atividade para, então, comer e assim por diante.

É interessante notar a extensa investida interacional de Richard, marcada por silêncios, reparos, alongamentos, pausas e falas incompreensíveis, para elaborar os defeitos da mãe, que, ao fim e ao cabo, resultam na descrição de algo que Richard tem dificuldade em categorizar como defeito. Dito de outra forma, Richard não tem certeza se “passar a mão na cabeça” é, de fato, um defeito. Isso pode estar relacionado à assunção de que mães não têm defeito, trazida por Richard e que é, de certa forma, uma abstração do senso comum. A sacralização das mães é largamente explorada na literatura, que traz a figura materna como dessexualizada⁷⁵, abnegada (o que o próprio Richard traz quando fala que a mãe atendia um monte de gente) e protetora, quando “passa a mão na cabeça”. O mundo hediondo, mencionado por James Joyce, é sempre mais suportável quando se tem a certeza do amor da mãe, um ser que não julga, pois mesmo com o erro dos/as filhos/as, ela passa a mão na cabeça.

Há aqui também a alegoria da mãe que tudo sofre e tudo perdoa, como apregoa o jargão popular “Mãe é padecer no paraíso”. Essa assunção associa fortemente a realização da mulher à maternidade, mesmo que a tarefa de mãe seja penosa⁷⁶. Estudos revelam que a experiência diferenciada da maternidade por parte de mulheres pode invalidar essa vivência e fazer com que elas se sintam desajustadas, justamente por sua experiência não coincidir com aquilo que é idealizado e esperado que a mulher sinta enquanto mãe (MARTIN, 2003).

Martin (2003) fala dos *modelos* impostos para o exercício da maternidade e menciona a idealização do parto, por exemplo, como um momento de sublimação e controle da dor e de alegria suprema. Ela critica esses modelos como ferramentas que exercem controle sobre os corpos femininos, bem como as tecnologias da medicina (conhecimento, discursos e práticas), que acabam naturalizando e universalizando experiências e sentimentos. Isso, segundo a autora, é um processo de construção social de identidades de gênero que retira a agentividade das mulheres. Quando as mulheres não sentem aquilo que é esperado delas, há, muitas vezes,

⁷⁵ O ícone da mãe dos cristãos, Maria, concebeu sem ter relações carnis com um homem. A virtude, portanto, reside na negação dos apetites carnis.

⁷⁶ Badinter (1985) aborda a construção social do papel de mãe e desnatura a vocação da mulher para a maternidade. Em sua obra “Um amor conquistado”, a filósofa faz um estudo sócio-histórico da maternidade em diferentes épocas e contextos sociais. Para ela, a relação mãe e filho/a se desenvolve de acordo com as construções sociais e econômicas em que elas/eles vivem e, com isso, defende que o amor materno não é um sentimento inato nas mulheres.

um sentimento de inadequação e culpa por não estarem agindo dentro do “modelo normal de gênero” (Martin, 2003, p. 57).

O excerto 7 trata da construção dos defeitos da mãe pela filha. Ao passo que a paciente avalia a mãe, ela traz suas expectativas em relação a essa categoria. Ao longo da interação, Donna, a paciente, descreve vários defeitos do pai e da mãe e, ao ser indagada sobre o que havia herdado dele e dela, ela imediatamente responde que *nada*. Essa não afiliação com o pai e a mãe é constitutiva da negociação da própria posição identitária de mãe que a paciente está construindo e evocando para si.

(7) [12/02/07; 0-662]

562 BINA: então tá↓ e o que que a mãe tem de bo::m?
 563 (14.0)
 564 não acha nada?
 565 (4.0)
 566 nem quando era pequena °assim tu não lembra°?
 567 DONNA: não le↑mbro↑
 568 (6.0)
 569 não gosto de falá mal da mãe eu atendo ela,
 570 alcanço as coisa pra ela, sempre ajudo ela↑ (.)
 571 mas (erro) dela foi que o vô me ensinou assim↑
 572 (.) foi- xxx xx ela nunca:: (.) se morrer a gente
 573 enterra ela sempre diz↑ ela nunca:: (.) nunca
 574 chamô nenhum de nós de meu filho, minha filha,
 575 nun::ca >nunca nunca nunca nunca<
 576 BINA: °uhum°
 577 DONNA: que nem a gente e::u- lá em casa eu trato o dino
 578 diferente e a nana a gente brinca, a gente vai na
 579 pracinha, a gente (.) diz eu te amo, e boa noite
 580 meu filho, e beija, e: abraça:: e:: em casa não
 581 era assim↓ (.) não sei↑ também não sei se deu
 582 tempo↑ é que daí também↑ a minha irmã tinha
 583 câncer, eles corriam muito,=
 584 BINA: uhum
 585 DONNA: que também não era fácil né↑ a minha mãe acho que
 586 ficou ama::rga↑ é que eu não me lembro da minha
 587 mãe antes da celine ficá doente↓
 588 BINA: uh[um]
 589 DONNA: [só] me lembro depois↓ que eu era muito
 590 pequena↓
 591 BINA: uhu::m
 592 DONNA: entã::o depois ela talvez ela tenha sido depois
 593 que ela ficou muito amarga↓ (.) ela pensa porque
 594 eu fiquei doente que eu perdi uma na gestação↑
 595 imagina se eu tivesse ficado↑ [per]dido uma com
 596 seis anos eu
 597 BINA: [sei]

598 DONNA: acho que eu [tinha morrido]
 599 BINA: [provavelmente] é: a a: deve tê
 600 afetado
 601 DONNA: [é::]

Ao ser questionada sobre o que a mãe tem de bom (linha 562), Donna permanece em silêncio por 14 segundos. Quando Bina pergunta se ela não acha nada (linha 564), Donna continua em silêncio por quatro segundos. Bina insiste e elabora uma pergunta fechada “nem quando era pequena...tu não lembra?” (linha 566). A essa pergunta “tu não lembra”, Donna responde sem hesitar “não lembro” (linha 567). A pergunta fechada delimita as possibilidades de resposta (RUUSUVUORI, 2005), o que acontece com a pergunta “tu não lembra?”. A paciente se orienta para a pergunta delimitadora e responde com uma das possibilidades “não lembro”. Já as perguntas abertas oferecem um espaço maior aos/às pacientes para elaborarem suas respostas. Russuvuori (2005) elenca as perguntas abertas como uma das ações dos/as profissionais que têm sua prática voltada ao/à paciente, mas alerta que a pergunta em si não pode assegurar essa centralidade do/a paciente, mas sim aquilo que o/a profissional faz com a resposta do/a paciente. Por exemplo, se o/a profissional deixa espaço para o/a paciente elaborar suas respostas, mas não faz nenhuma formulação a partir daquilo que é trazido à interação, a ação não se caracteriza como centrada no/a paciente⁷⁷. Após a resposta de Donna, Bina permanece em silêncio, o que significa que o turno de fala continua com Donna. A paciente percebe o turno como seu e começa a providenciar uma resposta, depois de seis segundos de silêncio.

Na linha 569, Donna começa justificando que não gosta de falar mal da mãe. Falar mal da mãe é, assim, abordado como tabu, ou seja, algo sobre o que não se fala, algo que se reprime por gerar sentimentos conflitantes com a ordem moral local (SILVERMAN, 1998), que é a de falar bem da mãe. Donna está atenta a este tabu e inicia sua fala com uma proteção de face (GOFFMAN, 1955/1999) ao dizer que não gosta de falar mal da mãe. Antes de mencionar os defeitos, Donna ainda diz que “atende ela” (linha 569), que “alcança as coisas pra ela” e que “ajuda ela” (linha 570). Donna está, aqui, negociando sua identidade moral de filha, que não deixaria de atender a mãe, apesar de se tratar de uma mãe com muitos defeitos, ou seja, ela está se “inoculando”⁷⁸ de uma possível avaliação negativa por parte da psicóloga.

⁷⁷ Patientcentered.

⁷⁸ A psicologia Discursiva descreve a estratégia de se defender de inferências negativas como stake inoculation (e.g. POTTER, 2004).

A identidade de filha é tornada relevante na conversa, em relação ao seu par relacional, a mãe. As identidades negociadas surgem, então, como o *loci* de uma série de direitos e obrigações (SACKS, 1992).

Na linha 571, Donna começa a falar em “erro” da mãe e, novamente, antes de nomear os erros, ela diz que se a mãe morrer ela será enterrada, ou seja, não será tratada como uma pessoa que não tem família⁷⁹. Finalmente, depois de 10 turnos de fala, na linha 573, Donna começa com o uso do intensificador e generalizador⁸⁰ “nunca” para dizer que a mãe nunca chamou seus filhos de meu/minha filho/a e repete, por cinco vezes, a palavra “nunca” (linha 575). Bina demonstra escuta ativa ao expressar um “uhum” (linha 576), que tem, na seqüência interacional, a função de devolver o turno de fala à Donna. Nesse momento da interação, Donna começa a negociar a sua própria identidade de mãe (linha 577) o que, para ela, envolve “tratar diferente, brincar, ir na pracinha, dizer eu te amo, dizer boa noite meu filho, beijar e abraçar”, ou seja, tudo o que ela *nunca* teve como filha (linhas 580 e 581). Esses usos sociolinguísticos de Donna são, como afirmam Eckert e McConnell-Ginet (1992), marcas de afirmação de pertencimento a um grupo ou revelam a vontade de pertencer ao grupo legitimado, nesse caso, o das mães que têm determinados comportamentos com os/as filhos/as, ou seja, os comportamentos que Donna julga como apropriados.

Depois de apontar a carência que sentia em relação à mãe, Donna começa uma longa elaboração para justificar o comportamento ausente da mãe. Donna aponta a falta de tempo do pai e da mãe porque eles “corriam muito” com a irmã que tinha câncer (linhas 582 e 583). Depois do “uhum” de Bina (linha 584), Donna continua elaborando a justificativa da “amargura” da mãe (linha 586) e diz que não lembra de como ela era antes de a irmã adoecer, porque ela era muito pequena (linha 590). Aqui é possível inferir que talvez a mãe de Donna fosse diferente antes de a filha adoecer, pois Donna não lembra. Nas linhas 592 e 593, ela reafirma que talvez tenha sido essa a causa da amargura da mãe e compara o sofrimento da mãe que perdeu uma filha com seis anos de idade com o seu próprio sofrimento ao perder uma filha durante a gestação. Ela conclui que se tivesse passado pela situação da mãe, teria morrido. Bina se afilia à justificativa de Donna (linhas 599 e 600), dizendo que

⁷⁹ Essa afirmação de Donna parece remeter a um dos maiores tabus da humanidade: a morte. A morte social (MENEZES, 2004), muito mais que a morte individual (singular), representa a privação dos direitos e relações sociais, que na nossa cultura, são tidas como um mecanismo essencial para a “boa morte”.

⁸⁰ O uso de generalizadores é, normalmente, um apelo mais retórico do que, de fato, a representação quantificada da realidade (SILVERMAN, 1998).

provavelmente a perda da filha “deve ter afetado” a mãe de Donna. Donna concorda e diz “é” (linha 601).

É interessante notar que a justificativa da amargura da mãe de Donna é colaborativamente construída entre psicóloga e paciente. Esse desvio do comportamento generificado de ser mãe é desculpado, o que, de certa forma, promove a restauração do comportamento normal de mãe (MARTIN, 2003) e não quebra as tecnologias de gênero internalizadas ou, “ao menos, elas são rapidamente restauradas” (MARTIN, 2003, p. 67).

A mãe de Donna é absolvida pelo seu comportamento desviante, talvez porque ela tenha cumprido um papel ainda mais arquetípico das mães: o sacrifício. A mãe de Donna passava o tempo inteiro correndo com a filha com câncer. Sacrificou, portanto, seu tempo para tentar salvar uma filha. O que em nenhum momento é construído na interação é a possibilidade de a categoria mãe não desempenhar as atividades esperadas, elencadas por Donna. Bina, na linha 566, também parece não tomar como dado que as mães não tenham nada de bom, nem que seja quando suas crianças são pequenas. Dito de outra forma, a categoria mãe está ligada a certas atividades que, quando não desempenhadas, precisam de uma justificativa maior para que a identidade moral de mãe não fique comprometida. É interessante notar que a mãe de Donna foi, de alguma forma, reinserida nos moldes da mãe idealizada. Parece não ocorrer, nem para a paciente e nem para a psicóloga, que a mãe de Donna talvez estivesse contestando as relações e atribuições de gênero, pois, como lembram Eckert e McConell-Ginet (1992), são os /as agentes humanos/as que criam, sustentam e às vezes mudam a sociedade e suas instituições, inclusive gênero e linguagem.

Dentre as recorrências, o próximo excerto mostra como o filho (Marcelo) negocia as identidades do pai e da mãe.

(8) [21/02/07; 0- 322]

260 BINA: e que você aprendeu com eles?
 261 MARCELO: eu apren[di:-]
 262 BINA: [por] exemplo↑ >você diz que você é
 263 brincalhão, é alegre, é estressa:do< .h é:::
 264 xinga muito, mente de vez em qua::ndo, (.) isso
 265 tu aprendeu isso de quem?
 266 (1.0)
 267 MARCELO: não↑ mas não foi ele- não foi deles↑ (1.0) °não foi

268 eles°
 269 BINA: °@°
 270 MARCELO: xx- qué dizê::↑ às vez meu pai aplica uma
 271 mentirinha mas xx- também é só pra::
 272 BINA: vi:[:u]?
 273 MARCELO: [é:]↑ mas não é assim de:-
 274 (3.0)
 275 BINA: então tu aprendeu isso do teu pai? (.) aplicá
 276 mentira?
 277 MARCELO: °é°
 278 (2.0)
 279 BINA: e da mãe?
 280 MARCELO: °da mãe é difícil° (8.0) minha mãe nunca fe::z
 281 (.) nunca fez mal pra ninguém (nunca)↑

Ao ser questionado sobre defeitos do pai e da mãe, Marcelo disse que ele e ela não têm defeitos. Apesar de Bina dizer que todos/as têm defeitos e que, portanto, o pai e a mãe de Marcelo também teriam de ter algum, ele não lembra. Em alguns turnos anteriores, ele menciona que a mãe é um exemplo para ele por ser uma “dona de casa perfeita” e que “faz tudo para todo mundo”. O pai também é descrito como não tendo defeitos, embora Marcelo não tenha lembrado das qualidades dele.

Bina resolve mudar a pergunta, pois Marcelo não consegue elaborar os defeitos do pai e da mãe. Quando perguntado sobre o que havia herdado do pai e da mãe, Marcelo se confronta com um “defeito” do pai, ao negociar sua própria identidade.

Na linha 260, Bina pergunta sobre o que Marcelo aprendeu com eles (o pai e a mãe). Ele começa a formular a resposta, na linha 261, e Bina produz uma fala sobreposta (linha 262) para dar exemplos do que ele poderia ter aprendido. Ao fazer isso, Bina recupera elementos trazidos por Marcelo no início da interação, quando ele é solicitado a falar de si mesmo e de como se percebe como pessoa. Bina resgata os qualificadores “brincalhão, alegre, estressado, xinga muito, mente de vez em quando” e pergunta com quem ele aprendeu isso, fazendo, assim, um *chancelamento*⁸¹ das atividades interacionais.

Bina pode estar ainda engajada na ação de elaborar, com Marcelo, os defeitos do pai e da mãe do paciente, o que até aqui não havia sido alcançado interacionalmente. Marcelo está

⁸¹ Uma das atividades dos/as terapeutas é o *gatekeeping* (ERICKSON e SHULTZ, 1982), que pode ser definido como a ação de chancelar, ou dar os contornos da atividade interacional na qual paciente e terapeuta estão engajados/as.

atento a essa investida de Bina e responde, na linha 267, que “não foi deles” a herança dos qualificadores lembrados por Bina e, após um segundo de silêncio, repete, num volume de voz mais baixo, “não foi eles”. Bina responde com uma risada, sinalizando, possivelmente, incredulidade. Marcelo se orienta para essa incredulidade e provê, na linha 270, uma resposta com a expressão alongada “qué dizê”, usada como prefácio de uma (re)formulação de algo que foi dito antes. Interessante notar que Marcelo está orientado para a risada (avaliadora?) de Bina, e volta ao tópico numa possível investida de ser levado a sério (SACKS, 1992; SILVERMAN, 1998; HUTCHBY e WOOFFITT, 1998). Após o prefácio da linha 270, Marcelo elabora um defeito do pai “às vezes meu pai aplica uma mentirinha” (linhas 270 e 271) e usa a conjunção adversativa “mas”⁸², que denota compensação ou contraste, uma expressão atenuante “também é só pra” (linha 271).

Bina interrompe a fala atenuante de Marcelo e, na linha 272, produz a expressão “viu”, num volume de voz mais alto e de forma alongada. Bina estava na investida interacional de fazer Marcelo elaborar os defeitos do pai e da mãe, o que ela conseguiu ao pescar⁸³ elementos que ele já havia trazido para a interação. A expressão “viu” é também sinalizadora da relação hierárquica entre Bina e Marcelo, pois Bina está, nessa interação, avaliando o paciente e, está, portanto, na posição de emitir argumentos de autoridade. É interessante notar que o uso do “viu” é também comum a pessoas que desempenham outros papéis sociais como professores/as, pais/mães, médicos/as. O uso está, assim, relacionado à posição hierárquica do/a falante.

Marcelo está atento para o fato de que a construção da identidade moral do pai está acontecendo e, na linha 273, ele procura justificar com “mas é assim de” e não termina de elaborar a fala, seguindo um silêncio de três segundos (linha 274). Nas linhas 275 e 276, Bina faz a formulação “então tu aprendeu isso do teu pai? aplicá mentira?”. Marcelo responde, na linha 277, com a expressão “é”, ao que segue um silêncio de dois segundos, que Bina interrompe com a pergunta “e da mãe?” (linha 279). Marcelo responde imediatamente que “da mãe é difícil” (linha 280). Após essa afirmação, Marcelo fica em silêncio por oito segundos e continua a negociação da identidade moral da mãe com a expressão “minha mãe nunca fez

⁸² O uso da conjunção adversativa “mas” poderia querer dizer que “o pai mente, *mas* não faz isso sempre”, ou, ainda, que “ele tem tantas qualidades que a mentira ocasional não chega a ser um defeito”.

⁸³ *Fishing device* (POMERANTZ, 1980) é a ação de ‘pescar’ informações do/a paciente para que o/a terapeuta possa se munir para fazer formulações e inferências posteriores.

mal pra ninguém” (linhas 280 e 281), o que enfatiza reafirmando o intensificador “nunca” em tom ascendente.

Durante quase a totalidade da interação, Marcelo tem dificuldade em nomear os defeitos do pai. Quando, após uma longa investida interacional, Marcelo atribui o defeito da mentira ao pai, ele imediatamente nega que a mãe também tenha esse defeito. Marcelo se orienta, ainda, para a mentira como algo “que faz mal” (linha 281) ao dizer que a mãe *nunca* fez *mal* a ninguém. Ou seja, as atividades *mentir* e *fazer mal* não estão, para Marcelo, vinculadas à categoria *mãe*, mas ele reconhece essas atividades na categoria *pai*.

4.2 “A gente tá sendo direita”: O corpo feminino como *modus operandi*⁸⁴ da construção social e negociação local da virtude

A presente seção aponta outra recorrência nos dados da pesquisa, que perpassa a negociação das identidades de gênero. Essa negociação localmente instanciada deflagra como os/as atores/as sociais se orientam para o *ser/fazer* homem e mulher. A fala-em-interação é instância privilegiada para a negociação identitária, que acontece por intermédio do/a outro/a, que ratifica, nega ou problematiza aspectos identitários que emergem nessa construção. Na interação são negociadas, ainda, as atividades ligadas às categorias sociais homem/mulher, orientadas para o código moral local (SACKS, 1992) e reveladoras de pistas que contextualizam o meio social no qual os/as pacientes estão inseridos/as (GUMPERZ, 1982).

No excerto abaixo, a paciente é convidada pela psicóloga a refletir sobre como ela se percebe, o que inclui mencionar, entre outros aspectos, defeitos, qualidades, percepções de mundo e expectativas.

(9) [21/02/07; 0 - 699]

272 CHARLENE: ah: porque é assim e:u:: (.) um pouco eu tenho
 273 vergonha de chegá assi:m e:: (.) resolvê: (.)
 274 saí: assi:m resolvê e fazê as coisa né↑
 275 BINA: mas [vergonha de] quê?
 276 CHARLENE: °[muito parada]°
 277 BINA: vergonha [de quê]

⁸⁴ Tomo o termo *modus operandi* emprestado de Bourdieu (1998), quando do desenvolvimento de sua teoria do *habitus*.

278 CHARLENE: [ah::: eu] tenho vergonha do que os
 279 outros falam né essa ali recém se separou, já tá
 280 fazendo i::sso, fazendo aqui:lo, (.) sai toda
 281 ho::ra, xxx que lá:: (.) os outro pra cuidá da
 282 vida dos outro tem bastante né? (.) aí eu fico
 283 assim um pouco: (.) meia QUIETA dentro de ca:sa↑
 284 (2.0) °é isso aí xxx°
 285 BINA: tá↑ e por que tu tem que te preocupá com o que os
 286 outros vão pensá?
 287 (3.0)
 288 CHARLENE: ah:: porque às vezes eles falam né↑ a gente (tá-
 289 a gente tá sendo direita), (a gente ca:sa) e
 290 tu:do e:: (.) eles ficam falando né- bah:: aquela
 291 ali se separou, xxx uns quatro fi:[:lhos xx-]
 292 BINA: [mas por que]
 293 que você (tem que) dá importância pra o que eles
 294 falam?
 295 CHARLENE: ah:: eu dou né:↑ porque eu não gosto de sê falada
 296 [sa:be]↑
 297 BINA: [@ @]
 298 CHARLENE a gente- NINGUÉM gosta né:: de se- acusada assi:m
 299 (.) (sem mentí) (1.0) °né° (1.0) °é isso aí °
 300 (5.0)
 301 BINA: ãh::: (4.0) des:cu:lpe mas a:- essa coisa de você
 302 não gostá do x- né: esse me::do dos outros↑ do
 303 que os outros falam isso:tu aprendeu aonde? (1.0)
 304 [foi x-]
 305 CHARLENE: [com a] vida↑

Charlene vem negociando a sua identidade de mulher recém-separada ao longo da interação. Durante a consulta ela menciona que procura não “arrumar encrenca com ninguém” e que “ouve as coisas e fica quieta”. Nas linhas 272, 273 e 274, Charlene diz sentir vergonha de “chegar e resolver as coisas”, “resolver as coisas” e “fazer as coisas”. Bina, na linha 275, pergunta o motivo da vergonha, ao que Charlene responde, na linha 276, que ela é “muito parada”.

Charlene parece estar familiarizada com uma distribuição de papéis sociais entre homens e mulheres, que implica a divisão binária (BOURDIEU, 2003) entre o mundo externo (a rua) e o mundo interno (a casa). Os contratos sociais, nessa divisão, são feitos pelos homens, que transitam pelas esferas públicas. Às mulheres cabe a preservação dos costumes, na esfera doméstica (SCHIEBINGER, 1987; ROHDEN, 2003; BOURDIEU, 2003). Vale lembrar que essa divisão encontrou amplo respaldo na medicina, que “cientificamente” comprovou, através das diferenças biológicas, os “lugares” sociais que cabiam aos homens e às mulheres (SCHIEBINGER, 1987).

Bina insiste em saber o motivo da vergonha (linha 277) mostrando que, para ela, o tópico é relevante. Charlene inicia a sua resposta numa sobreposição de falas (linha 278) e providencia bastante carga morfológica, faz pausas, reparos, silêncios e falas alongadas, o que indica que ela se orienta para o tópico como problemático. A paciente tem vergonha de ser falada pelos/as outros/as por estar recém-separada e “já estar fazendo isso, fazendo aquilo, saindo a toda hora”. A avaliação alheia (*ou o temor dela*) leva Charlene a ficar “quieta” e “dentro de casa” (linha 283)⁸⁵. Os/As outros/as, mencionados/as por Charlene, são aqueles/as com os quais cada integrante de uma comunidade de prática (ou várias) negocia sua própria identidade. A construção identitária, vale lembrar, é um fenômeno relacional e sociocultural que emerge e é significado na interação (BUCHOLTZ e HALL, 2005). Essa negociação inclui manter a própria face (GOFFMAN, 1955) e a identidade moral localmente estabelecida. Bucholtz e Hall (2005) instanciam a realidade como sendo intersubjetivamente construída através de “eus” e “outros” em cada encontro localizado.

A preocupação de Charlene com a sua identidade de mulher recém separada, que ela indexicaliza como “essa ali”⁸⁶ (linha 279), aciona práticas que cumulativamente produzem identidades de gênero, não apenas em nível individual, mas como um sistema socialmente significado. Charlene parece estar orientada para a idéia de que a categoria *mulheres separadas* é alvo de julgamentos do/a outro/a, reificando, possivelmente, essa prática local⁸⁷. É importante lembrar que as práticas locais só se instituem como tais através dos corpos que as reproduzem e atualizam, o que deflagra a natureza bidimensional e dialética do processo: a “interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade” (BOURDIEU, 1998, p. XLI). Esse processo, contudo, não é hermético e abre espaço para a agentividade (BUTLER, 1990, 1993) dos/as atores/as sociais, que podem resignificar, aceitar, refutar ou subverter as práticas. O conceito de agentividade contempla a visão pós-modernista de identidade, que não se apresenta como acabada e estanque, mas fraturada, descontínua e parcial (BUCHOLTZ e HALL, 2005).

⁸⁵ Ficar quieta e dentro de casa remete à idéia da mulher pensada pela ciência dos séculos XYIII e XIX, já que ela era “comprovadamente” inapta para fazer os contratos sociais e responsável pelo lar (SCHIEBINGER, 1987).

⁸⁶ A expressão “essa ali” é comumente usada como prefácio de um julgamento negativo, para o que Charlene está orientada, pois manifesta seu temor pelo julgamento alheio.

⁸⁷ A Medicina reforçou, nos séculos XVIII e XIX, a idéia da inferioridade biológica da mulher, argumentando em favor da necessidade da sua permanente tutela. Essa tutela (masculina) não desvirtuaria a mulher, que, segundo as “investigações científicas”, seria mais fraca, indecisa, propensa ao erro e “naturalmente” inclinada à lascívia (SCHIEBINGER, 1987). O pensamento aristotélico contempla essa idéia ao apregoar que existe a natureza da alma “comandada” e da alma “comandante”. A “natureza” da mulher, da criança e do/a escravo/a é, “naturalmente” a de ser comandada.

Na linha 285 Bina pergunta porque Charlene se preocupa com o que os/as outros/as pensam. Após um silêncio de três segundos, Charlene mostra sua preocupação com a identidade moral de mulher “que é direita e casa” (linha 289) e de “mãe que se separou com quatro filhos” (linha 291). A paciente usa o qualificador “direita” para a categoria “mulheres casadas”, ou seja, um status de que ela não goza mais por estar separada, o que pode ser uma potencial ameaça à sua face. Emerge, na interação, também a preocupação com a identidade de mãe (de quatro filhos), que não pode “sair a toda hora”. A expressão “a gente”, significando a coleção (SACKS, 1992) de mulheres que apresentam a qualidade de “serem direitas”, pode ter diferentes implicações: a) ao se posicionar dessa forma, Charlene se orienta para um conhecimento adquirido do senso comum, de que mulheres casadas são direitas; b) ao fazer uso da expressão “a gente”, Charlene se refere às mulheres em geral, o que a coloca como uma pessoa que age dentro de parâmetros esperados e comuns a todas; c) ao dizer que “a gente tá sendo direita”, Charlene faz uma proteção de face, ou seja, ela estava no caminho da “retidão” e não no caminho que leva as mulheres a se desviar dele (não casando); se algo não deu certo, não é porque ela não tenha tentado⁸⁸.

Bina, novamente, pergunta o motivo da preocupação com o que os/as outros/as falam. Sem hesitar, Charlene diz que dá importância porque “não gosta de ser falada” (linha 295). Ela ainda usa o “sabe” em tom ascendente (linha 296), buscando a afiliação ou o posicionamento de Bina, ao que a psicóloga dá uma risada (linha 297). A risada de Bina não é tomada por Charlene como um convite ao riso, pelo contrário, parece que, aqui, o riso deflagra a assimetria entre as falantes (HAAKANA, 2002). Essa assimetria interacional se manifesta por intermédio dos direitos diferenciados de realizar determinadas atividades. Bina ri enquanto Charlene está engajada na elaboração do motivo de não gostar de ser falada, o que não é tomado por Charlene como algo engraçado, pois ela continua a sua elaboração, porém agora mais atenta ao fato de estar sendo avaliada.

Essa atenção redobrada de Charlene, depois da risada de Bina, é sinalizada através de uma formulação extrema⁸⁹, com o uso do “ninguém”, em tom de voz alto. O uso das formulações extremas (HUTCHBY e WOUFFITT, 1998) é acionado pelas pessoas quando

⁸⁸ Em turnos anteriores, Charlene explica à psicóloga o motivo de sua separação: ela apanhava do marido. Quando questionada sobre sua reação, ela respondeu que foi deixando porque amava e “quando a gente ama, perdoa”.

⁸⁹ Extreme case formulation.

elas querem convencer o/a outro/a da validade de sua opinião, ou para se defender contra possíveis acusações. No caso específico de Charlene, o uso pode servir para: a) legitimar a preocupação de Charlene; b) intensificar a busca de ser levada a sério, ao prover uma justificativa razoável e c) evitar a discordância da interlocutora, pois o “ninguém” é, aqui, inclusivo (OSTERMANN, 1998), incluindo, assim, a própria Bina. O turno de fala de Charlene é marcado por alongamentos, pausas, volume de voz baixo e silêncio de cinco segundos (linha 300), indicando que o tópico é tomado por ela como problemático.

Quando Bina pergunta à Charlene onde ela aprendeu a ter esse medo do que os/as outros/as falam (linha 301 a 304), ela responde, antes de Bina terminar a sua fala, que aprendeu “com a vida” (linha 305). A pergunta de Bina, formulada com alongamentos, silêncio, o uso do “desculpe”, equivalendo, nesse contexto, a uma expressão do tipo “eu ainda não entendi”, confirma que o tópico é, de fato, relevante para a psicóloga. A resposta imediata, sobreposta e em tom ascendente de Charlene (linha 305), indica que a paciente empacota a ação, ou seja, ela resume a origem do seu aprendizado como uma possível tentativa de mudar de tópico, o que, de fato, acontece. Conforme Pomerantz e Fehr (1997) os diferentes empacotamentos geram diferentes reações no/a interlocutor/a e Charlene parece querer terminar o assunto com a sua escolha lingüística. Bina se orienta para a possível intencionalidade desse empacotamento e não insiste mais na pergunta. O aprendizado com a vida, mencionado por Charlene, pode estar trazendo pistas contextuais das comunidades de prática onde ela está ou esteve inserida ao longo de sua vida. Ela demonstra medo de romper com aquilo que é esperado de uma “mulher direita, com quatro filhos” e demonstra, ao longo da interação, a preocupação com a reificação do/a outro/a para a construção dessa identidade e, assim, manter intacta a ordem das coisas (BOURDIEU, 2003), ou, nas palavras de Martin (2003), restaurar as tecnologias de gênero internalizadas.

A próxima fala acontece durante os primeiros minutos da consulta psicológica, que é quando Bina investiga sobre as informações que os/as pacientes têm sobre os métodos de contracepção e o que eles/elas já utilizaram.

(10) [04/12/06; 0-323]

83 ALFRED: o único que a gente usou até hoje foi comprimido
 84 anticoncepcional↓
 85 BINA: tá↓ (2.0) então é a esposa que usa (faz tempo)↑

86 ALFRED: sim
 87 (1.0)
 88 BINA: mas nunca usou preservativo?
 89 ALFRED: não
 90 BINA: e por quê? @@@
 91 ALFRED: porquE↑ (.) preservativo (.) a::: a princípio pra
 92 evitá filho ela tomava anticoncepcional
 93 e eu pra evitá doença com a minha esposa eu
 94 acredito PIAMENTE que eu não preciso usá↑
 95 BINA: uhum
 96 ALFRED: eu acho até que ela também deve acreditá porque
 97 (.) também nunca exigiu que eu usasse↓
 98 (1.0)

Bina realiza a sua habitual agenda de checagem dos conhecimentos que os/as pacientes têm sobre os métodos de anticoncepção. Quando Alfred informa, na linha 83, que o único método que o casal usa é o anticoncepcional⁹⁰, Bina se orienta para o fato de que, então, é a esposa que usa (linha 85). Ela ainda pergunta se faz tempo que ela usa anticoncepcional, ao que Alfred responde que sim (linha 86). Instala-se, na seqüência interacional, um silêncio (linha 87), quando Bina pergunta se Alfred nunca usara preservativo (linha 88). Alfred responde “não” (linha 89). Bina insiste na questão e pergunta “por quê” (linha 90). Ao final de sua pergunta, ela dá uma risada, que não é tomada por Alfred como um convite para o riso, mas como uma interpelação para se justificar, pois ele providencia sua justificativa sem rir (linhas 91 a 94). Dependendo do contexto interacional, o riso é um convite à proximidade, intimidade, afiliação ou alinhamento, e assume a função social de diminuir as assimetrias interacionais (HAAKANA, 2002). Alfred, contudo, está orientado para o fato de que ele pode estar sendo julgado por não usar preservativo e entra com um trabalho de face com sua justificativa.

A justificativa de Alfred abarca as duas questões principais relacionadas ao uso do preservativo: evitar a gravidez e evitar doenças. Ele diz que “pra evitar filho” (linha 92) a esposa toma anticoncepcional e “para evitar doença” (linha 93) ele acredita “piamente” que não precisa usar⁹¹. Bina responde com um “uhum”, devolvendo a Alfred o turno de fala. Ele

⁹⁰ Anticoncepcional, quer dizer, aqui, anticoncepcional via oral, pois os outros métodos também são denominados de anticoncepcionais.

⁹¹ No caso da AIDS, Knauth, VÍctora e Leal (1998) observam o fenômeno da doença e a relação subjetiva que as pessoas estabelecem com ela. Elas apontam que a AIDS é sempre a doença do/a outro/a, que é realocado/a espacialmente de modo a ficar o mais longe possível. O paradoxal, no estudo das pesquisadoras, é que a proximidade da doença não promove uma conscientização e cuidado maior no sentido de evitá-la. Elas apontam,

toma o turno de fala e continua a sua justificativa, se orientando para o tópico como “delicado” para a construção da sua identidade moral de homem que se previne de doenças.

Alfred, ao dizer que acredita “piamente” que não precisa usar preservativo para evitar doenças, constrói a identidade moral da esposa como alguém que não tem relações sexuais com outro homem e, conseqüentemente, constrói a sua própria identidade como a de um homem que tem uma esposa “fiel”⁹². A expressão “piamente” é um indexicalizador para a construção identitária emergente na interação. Pode-se dizer que o uso de estruturas lingüísticas como essa está ideologicamente associado a um grupo específico de pessoas, nesse caso, o de mulheres fiéis, nas quais se pode acreditar piamente. Há também a questão do valor de verdade, ou seja, ele acredita totalmente nisso, não abrindo possibilidade nenhuma para a dúvida. A expressão marcada de Alfred “para evitar filho com *minha esposa*” pode sinalizar, ainda, que, além da esposa, há outras parceiras.

Na continuidade de sua justificativa para não usar preservativo, Alfred diz que ele “acha até” que a esposa “também deve” acreditar (linha 96), porque ela “nunca exigiu” que ele usasse (linha 97). É interessante observar os indexicalizadores que Alfred utiliza para se posicionar. Quando fala da “fidelidade” da mulher, ele se coloca de maneira totalmente assertiva (e.g. “piamente”). Contudo, para falar da sua própria “fidelidade” ele usa expressões que transmitem um grau menor de certeza (e.g. “eu acho”). Nessa construção ele aloca a esposa como alguém que *provavelmente* confia nele, porque ela não exige que ele faça uso do preservativo. Ao passo que Alfred constrói seu enunciado sem reivindicar para si a totalidade da certeza da esposa, ele se constrói de forma ambígua, ou seja, talvez não se possa acreditar nele piamente. Ainda, na ordem moral local, a fidelidade feminina pode ser alvo de maior cuidado para se ter certeza dela, já a masculina pode ser algo sobre o que não se tem tanta assertividade e nem se precisa de tanto trabalho para asseverá-la. Alfred não se constrói como um homem “fiel” com a mesma ênfase com que constrói a “fidelidade” da esposa, e a desobrigação de prover certeza pode ser um indício de que isso não seja tomado por ele como uma potencial ameaça a sua face.

ainda, que acontece uma relativização da doença e uma certa resignação, pois ela passa a ser naturalizada: algo que “pode acontecer com qualquer um”.

⁹² Utilizo o adjetivo “fiel” para descrever homens e mulheres que não têm relações sexuais extra-conjugais por ser um termo de uso corrente, não por me afiliar a ele, particularmente.

4.3 “A pessoa fica um pouco preocupada, né”: a (re)construção discursiva do homogêneo masculino

Gênero, como já foi dito, é uma construção social direcionada aos corpos biológicos, que acontece através da linguagem e precisa ser (re)validada e reificada a todo instante, de forma situada. Por não existirem identidades homogêneas, estáveis e pré-discursivas, elas precisam ser (re)construídas *na* e *pela* interação com o/a outro/a, que as ratifica, ou não. Entendendo a construção das identidades como um empreendimento situado e colaborativo, ao invés de individual e apriorístico, pode-se dizer, então, que as interações são constitutivas desse empreendimento e não um produto dele. Assumindo essa volatibilidade, pode-se dizer que as palavras ou outros símbolos paralingüísticos constroem aspectos identitários e são acionados para determinados fins “dependendo do momento interacional” (BUCHOLTZ e HALL, 2003, p. 376).

É importante ter em mente que, tanto homens quanto mulheres, se constroem e são socializados/as dentro de perspectivas de gênero, ou seja, eles/elas vão aprendendo aquilo que é esperado deles/as dentro das comunidades de prática em que estão inseridos/as (ECKERT e McCONNELL-GINET, 1992). O olhar não essencialista sobre o corpo generificado busca entender os processos através dos quais homens e mulheres se constroem nesses contextos e como negociam sua agentividade no mundo. A dinamicidade da negociação identitária se dá, assim, na esteira de dois fatores primordiais nos estudos sobre gênero e linguagem: a) a linguagem não é um veículo do pensamento ou um espelho que reflete a realidade, mas é ação e b) as identidades de gênero não existem fora do discurso (linguagem).

Tendo o exposto acima como pano de fundo, essa seção vai olhar para como a categoria social homem constrói aspectos identitários relacionados a gênero no momento da negociação da esterilização. É preciso estar atento/a ainda se gênero é, de fato, relevante sempre que os/as interagentes utilizam a categoria homem, pois, como lembra Kitzinger (2007), é preciso olhar para como os/as membros/as se orientam para essa categoria e, sobretudo, se a invocação dessa categoria e seus atributos associados é realmente central para o foco da análise, ou se não estaria obscurecendo outras ações nas quais os/as participantes estão engajados/as.

O excerto abaixo, utilizado também para ilustrar o sistema de tomada de turnos, no capítulo 3, seção 3.2, olha para como Jacob se constrói como homem em um momento em que ele manifesta preocupações relacionadas à esterilização.

(11) [29/11/2006; 0-384]

148 BINA: preocupação com o quê seu jacob?
 149 JACOB: preocupação quanto a::: quanto a o: o: o: a
 150 cirurgi::a,=
 151 BINA: =°uh[um]°
 152 JACOB: né↑ se ela se (2.0) se ela não (.) não pode causá
 153 algum proble::ma=
 154 BINA: =uh[u:m]
 155 JACOB: [né]↑ (1.0) (devido) o órgão sê:: o órgão
 156 principal né >no caso< (2.0) do homem né↑ (.)°da
 157 reprodução° (.) que a pessoa fica um pouco
 158 preocupada né↑ mas
 159 (2.0)
 160 BINA: o senhor disse que é o órgão da reprodução >tá
 161 mas< a vasectomi↑a é pra não se reproduzir mais=
 162 JACOB: =sim [xx]
 163 BINA: preocupação então não seria com a reprodução↑
 164 (1.0)
 165 JACOB: tá é [que xx xxx]
 166 BINA: tem me[do de-]
 167 JACOB: [talvez] eu tenha falado mal não me
 168 expressei bem né↑ (.) preocupação é:: todo homem-
 169 é o órgão que:: é:: no caso da da relação↓
 170 BINA: uh[um]
 171 JACOB: [x a] relação é uma coisa importante pro ser
 172 humano né↑
 173 BINA: uh[um]
 174 JACOB: [a] relação sexual↓
 175 BINA: uhum
 176 JACOB: então o medo é de talvez ocasioná algum
 177 proble::ma né↑
 178 (3.0)
 179 BINA: de brochã? medo de brochã?
 180 JACOB: é:

Bina e Jacob estão engajados/as na ação de esclarecer a preocupação de Jacob. O paciente se constrói como hesitante para falar de sua preocupação, ao emitir falas alongadas (linha 149), auto-reparos (linha 167), silêncios (linha 152). Essas características da fala de Jacob mostram que ele se orienta para o tópico como problemático ou delicado. Jacob traz justificativas com bastante carga morfológica, pois ele está na posição de ter de esclarecer sua preocupação. Ao mesmo tempo em que Jacob precisa demonstrar segurança sobre o desejo de fazer a vasectomia, ele também quer elucidar seu temor, o que pode gerar uma certa tensão.

Possivelmente por lidar com a necessidade de provar segurança acerca da decisão e, ao mesmo tempo, esclarecer sua preocupação, Jacob faz uso de categorias inclusivas: “do homem” (linha 156), “todo homem” (linha 168) e categorias não generificadas (KITZINGER, 2007), “a pessoa” (linha 157), “ser humano” (linhas 171 e 172). Esse uso constrói a preocupação como sendo um sentimento de todos os homens, pessoas ou seres humanos, o que, ao mesmo tempo, inclui Jacob, mas não o torna o único preocupado com esse assunto: o de ter prejuízos na vida sexual. O uso desses generalizadores serve, assim, como uma proteção de face para Jacob.

Jacob começa justificando sua preocupação com a cirurgia, por envolver “o órgão da reprodução” (linhas 155, 156 e 157). Ele termina sua explicação dizendo que “a pessoa” fica um *pouco* preocupada. O uso do *pouco* como um valor de verdade, parece minimizar um sentimento que Jacob precisa administrar na interação, sem comprometer a autorização do seu atestado de sanidade mental para a obtenção do direito à vasectomia e sem, contudo, ficar com a dúvida sobre possíveis problemas decorrentes da cirurgia. Ainda, ao final da elaboração de Jacob, ele faz uso do “né” em tom ascendente, buscando algum posicionamento ou ratificação de Bina. Depois de dois segundos de silêncio, Bina retoma a fala de Jacob e a problematiza ao iniciar o reparo “mas vasectomia é pra não reproduzir mais” (linha 161). Jacob se orienta para essa não validação do motivo de sua preocupação por Bina e produz uma fala colada assertiva: “sim” (linha 162), validando, assim, a expertise de Bina em detectar o real medo. Após essa concordância de Jacob, Bina resume a investida interacional de Jacob até aqui com a formulação “a preocupação então não seria com a reprodução” (linha 163), ao que Jacob novamente concorda (linha 165).

A “preocupação” de Jacob é renomeada por Bina como “medo” (linha 166). Jacob está atento a essa negociação moral ao produzir uma fala sobreposta à de Bina e reinstanciar seu sentimento como sendo “preocupação” e não “medo” (linha 168). A justificativa de Jacob mostra que ele está atento para o fato de que sua identidade de homem está em negociação. Ele diz que talvez tenha se expressado mal e desloca seu foco de preocupação do “órgão da reprodução” (linha 155 a 157) para o “órgão da relação” (linha 169) e leva a cabo o reparo iniciado por Bina, na linha 161. Bina, ao emitir um continuador “uhum”, devolve o turno de fala a Jacob, que empacota sua ação com a afirmação de que “a relação é uma coisa importante para o ser humano” (linhas 171 e 172). Novamente Bina aloca Jacob como o próximo falante, quando ele resume a sua afirmação anterior e especifica, pela primeira vez, o

tipo de relação de que está falando “a relação sexual” (linha 174). Interessante observar que, ao longo da interação, embora o assunto esteja relacionado a sexo, Jacob utiliza termos correlatos não tão explícitos: “reprodução”, “órgão”, “relação” e somente uma vez menciona a palavra “sexual”. Após mais um “uhum” de Bina, Jacob troca a palavra preocupação por medo (linha 176), mas não formula textualmente o motivo do medo.

Após um silêncio de três segundos e após várias tentativas prévias de Bina para que Jacob formulasse seu medo, fazendo escuta ativa, provendo continuadores para que ele desse seguimento à elaboração do seu medo, fazendo reparos e não interrompendo suas falas, Bina faz a formulação final do tópico em questão: “medo de brochar?” (linha 179). Jacob afirma que sim, ao providenciar um turno: “é” (linha 180).

O tabu da impotência sexual parece estar bem presente nas ações de Jacob. Ele não o nomeia⁹³ e se orienta para o assunto como sendo delicado, pelas falas indiretas e pela demora em mencioná-lo. Na verdade, ele não o faz, pois é Bina quem dá nome àquilo que amedronta Jacob: a possibilidade de “brochar”. Quando Bina finalmente nomeia o medo do paciente, ele apenas se alinha a ele, confirmando-o, mas não repetindo-o.

Uma das características socialmente atribuídas à categoria homem é a atividade de ser sexualmente ativo. Inúmeros discursos autorizados, especialmente a medicina, constroem o homem dessa forma: como portador do hormônio da testosterona⁹⁴, ele tem a incumbência de distribuir o sêmen para garantir a continuidade da espécie. Essa construção social do homem acaba por autorizá-lo a uma maior liberdade sexual e, conseqüentemente, o coloca na quase obrigatoriedade de ser “sexualmente potente”.

Essas construções acabam por funcionar como “normas de gênero”, a exemplo das construções acerca das mulheres (MARTIN, 2003). Jacob está orientado para essa norma e

⁹³ É sabido que muitas pessoas não nomeiam aquilo que temem, pois atribuem ao ato de nomear uma força de invocação. Assim, por exemplo, as doenças (câncer), o diabo, a morte, são, muitas vezes, apagadas das falas ou então rebatizadas. Quando, no entanto, o indizível tem de ser dito, há uma série de rituais para se proteger, como bater na madeira, benzer-se, entre outros.

⁹⁴ Pesquisas sobre hormônios (MARTIN, 1996; MACHADO, 2005; FAUSTO-STERLING, 2000) procuram, por exemplo, “explicar” comportamentos histéricos das mulheres (vide a panacéia em torno da TPM) e comportamentos viris nos homens, que, por conta da testosterona, são mais propensos a ter mais parceiras sexuais. Esses exemplos ilustrativos mostram como o discurso hormonal está a serviço da naturalização de concepções de gênero. O discurso é tão mais poderoso na medida em que é “vivido” por homens e mulheres, que passam a experienciar seus hormônios de forma culturalmente estabelecida.

tem dificuldade em admitir o medo da impotência. O próprio medo é, na socialização dos meninos, um sentimento não validado como “típico de homem”⁹⁵. Demonstrar medo é, muitas vezes, associado à fragilidade e fraqueza. O medo é, ainda, a deflagração da identidade não homogênea, ou seja, sentir medo é conflitante com o que normalmente é esperado do homem: o destemor. A potência sexual é, por sua vez, também discursivamente construída e não dada a priori, haja vista o medo de brochar, que aparece de forma recorrente nas falas dos homens, nesta pesquisa. Os construtos identitários homogêneos precisam da constante reificação interacional, o que é prova cabal de que não são homogêneos, mas construídos como tais.

O próximo excerto também traz a questão do medo de perder a ereção, vinculado à vasectomia.

(12) [12/02/07; 0-539]

162 BINA: te explicaram como é que é [que] funciona?
 163 JAISON: [sim]
 164 BINA: e::: tu tem alguma dúvida?
 165 JAISON: é:: uma duvidazinha será que mais tarde assim
 166 futuramente (.) não vai dá um tchick ((faz um
 167 barulho imitando o de um corte de tesoura))
 168 BINA: um o quê?
 169 JAISON: tipo cortá o: o restante que sobrá? @ @
 170 BINA: como assim o restante?
 171 JAISON: não corta assim a::: (.) a vontade [assim]
 172 BINA: [o tesão]?
 173 JAISON: é↓ isso↓
 174 BINA: esse- essa [a tua] pergunta?
 175 JAISON: [é é:]
 176 BINA: ou é- o::u é por ca- ãh:: a vontade de tê mais
 177 filhos depois?
 178 JAISON: não↓ não é a vontade
 179 BINA: tá↓ então [é ãh::: (.) o que] que tu pensa
 180 JAISON: [que já tenho ma-]
 181 BINA: sobre isso ja:- seu jaison?(.) de essa- esse medo
 182 de perdê o tesão?
 183 JAISON: nã↑o assim porque::: no caso o esperma sai xx↑
 184 não vai [tê mais]
 185 BINA: [@ @] @ (1.0) [tá mas e daí] vai sê
 186 JAISON: [e daí vai]
 187 BINA: interrompido o caminho dele [ali]
 188 JAISON: [sim] mas e::: foi
 189 interrompido o caminho=

⁹⁵ Enunciados do tipo: “Você já é um homenzinho, não pode ter medo” são bastante comuns na socialização dos meninos em categorias de gênero. Desde cedo eles vão aprendendo quais as atividades relacionadas às categorias sociais homem e mulher.

190 BINA: =tá=
 191 JAISON: =mais tarde não vai- será que vai tê::: (2.0)
 192 [como::: uma::: >como é que] eu vou te dizê<
 193 BINA: [@ @ @ @ @ .hh]
 194 vai tê o quê seu jaison?
 195 (8.0)
 196 tá↓ essa tua dúvida alguém te comentou alguma
 197 co::isa,
 198 JAISON: nã↑o assim
 199 BINA: ou:: é::
 200 JAISON: daí eu vi (comentando [às vez])
 201 BINA: [mas e::] você chegou a
 202 conversá isso com o mé:dico?
 203 JAISON: é:↑ ele me explicou né e co:isa↑
 204 BINA: e mesmo assim você ficou em dúvida
 205 JAISON: nã:o não é uma (.) DÚVIDA [assim xxx xx]
 206 BINA: [sim↑ mas tem] um
 207 receio[zinho]
 208 JAISON: [é:::] um receiozinho porque agora a
 209 gente:: nós somos jovens né↑
 210 BINA: uhum e tá pensando assim que depois que tivé com
 211 mais idade:↑
 212 JAISON: isso↓ [xx]
 213 BINA: [bro]chá↓ (.) é [is]so?
 214 JAISON: °sim°

Bina e Jaison estão no momento interacional em que a agenda da psicóloga prevê uma checagem sobre o grau de informação e certeza dos/as pacientes acerca do procedimento cirúrgico da laqueadura e da vasectomia. Bina sempre pergunta se os/as pacientes receberam orientação nas palestras sobre planejamento familiar ou por algum/alguma médico/a. Quando ela pergunta a Jaison se “explicaram como é que é” (linha 162), ele responde que sim, antes de Bina terminar a sua fala (linha 163). Bina continua perguntando se ele tem alguma dúvida (linha 164), ao que Jaison diz ter uma “duvidazinha” (linha 165) sobre se mais tarde não terá um *corte* (linhas 165, 166 e 167). Ele usa uma expressão onomatopéica ao invés de dizer a palavra corte e Bina não valida essa expressão como resposta⁹⁶, pedindo detalhamento (linha 168). Perante essa solicitação, Jaison se orienta para a sua categoria de paciente e sua atividade de prover respostas, ratificando, ao mesmo tempo, a categoria profissional de Bina e sua atividade correlata, que é a de fazer perguntas. Jaison, em seu turno, faz um reparo iniciado por Bina, e diz “tipo cortar o restante que sobrar?” (linha 169).

⁹⁶ Em sua prática terapêutica, Bina faz um trabalho interacional que leva os/as pacientes a nomearem aquilo sobre o que têm dificuldade de falar. Segundo ela, esse é um momento em que os/as pacientes precisam olhar para si, seus medos, angústias, preconceitos, tabus, pois “é pela palavra que vamos nos (re)criando”. (Nota do Diário de Campo)

Novamente Bina não valida a resposta de Jaison e solicita outro reparo “como assim o restante” (linha 170). Jaison, atento a essa solicitação de reparo, dá nome ao que seria esse restante: a vontade. Bina faz um questionamento, que assume a função de uma formulação “o tesão?” (linha 172), ao que Jaison responde em tom descendente “é isso” (linha 173).

Depois desse trabalho interacional colaborativo para elucidar a “duvidazinha” de Jaison, Bina pergunta se era essa a pergunta dele (linha 174), dando mais espaço, com isso, para Jaison trazer novas dúvidas. Ele, no entanto, responde que “sim” (linha 175). Bina, mesmo assim, continua perguntando se é só isso ou se está ali implicada a “vontade de ter mais filhos depois” (linhas 176 e 177). Jaison parece estar atento ao fato de que para conseguir a autorização para a vasectomia, um dos pré-requisitos é não manifestar desejo de ter mais filhos e ele responde imediatamente que “não” (linha 178).

Após essa negativa de Jaison sobre “vontade de ter filhos”, Bina retoma o tópico “medo de perder o tesão” (linhas 181 e 182). Ao retomar o tópico, Bina se orienta para ele como sendo importante. Jaison começa a falar sobre o esperma que não vai ter mais (linha 184). Bina ri (linha 185) e pergunta “tá, mas é daí?”. Jaison toma o riso de Bina como a necessidade de prover mais justificativas para o seu “receiozinho” e não como um convite ao riso e nem tampouco por se tratar de um tópico engraçado. É sempre importante lembrar que os/as pacientes querem se construir como pessoas que podem ser levadas a sério pelo/a profissional e, para isso, lançam mão de diversas estratégias interacionais, sendo que uma delas é justamente reconhecer quando o momento é de dar risada e quando não é.

Jaison traz um novo elemento à negociação da sua dúvida: o esperma. Bina explica que com a cirurgia vai ser interrompido o caminho do esperma (linha 187), ao que Jaison responde afirmativamente, mas faz o uso do “mas”, indicando alguma reminiscência de oposição. Ele constrói o seu turno com alongamentos e repete o que Bina falou “foi interrompido o caminho” (linha 189). Bina emite um “tá” (linha 190), que nesse contexto interacional, tem papel de continuador. Jaison se orienta para o fato de que o turno lhe foi devolvido e continua provendo, em fala colada, material para esclarecer sua dúvida. Seu turno é novamente marcado por falas alongadas, reparos, silêncios e a não elaboração da sua dúvida (linhas 191 e 192). Bina novamente ri (linha 193) e pergunta “vai ter o que seu Jaison?” (linha 194). Instala-se um silêncio de oito segundos e Bina toma o turno perguntando se alguém fez algum comentário que justificasse a dúvida de Jaison (linhas 196 e 197). Ele confirma

dizendo que “as vez”. Bina, então, pergunta se Jaison conversou com o médico (linha 202), ratificando, assim, a categoria *médico* como aquele que desempenha a atividade de esclarecer as dúvidas, ou seja, aquele que tem o argumento da verdade. Com a resposta afirmativa de Jaison, ela pergunta se mesmo assim ele ficou com dúvida (linha 204). Jaison faz um reparo, num volume de voz mais alto, dizendo que “não é uma dúvida assim”. Bina reformula, na linha 206 e 207, que se trata, então, de um ‘receiozinho’, que Jaison aceita (linha 208).

Negociada a dúvida de Jaison como “receiozinho” (linha 208), ele agora manifesta o receio em relação ao futuro, ao dizer que “agora... somos jovens né”. O uso do “né” ascendente é uma busca de Jaison por um posicionamento de Bina. O objetivo interacional de Jaison é alcançado, pois Bina emite um “uhum” e depois fala sobre a idade, sem, contudo, concluir a fala, pois Jaison a interrompe com um “isso” confirmativo. Bina, então, termina a sua fala e nomeia o “receiozinho” de Jaison: “brochar” (linha 213) e ainda pergunta “é isso?”. Jaison providencia uma resposta mínima em um tom de voz baixo: “sim” (linha 214).

Essa longa trajetória interacional mostra como o tópico “receio de brochar” é delicado para Jaison. Ele entra com muita carga morfológica para elaborar sua dúvida, construindo-a, assim, como problemática. Jaison parece estar minimizando seu receio ao usar diminutivos “duvidazinha” (linha 165) e se alinha com o uso do “receiozinho” de Bina (linha 208), mas ele, no entanto, se constrói como hesitante e sem muita certeza sobre a possibilidade ou não de a vasectomia ocasionar o corte do “resto que sobrar” (linha 169): a “vontade” (linha 171), que Bina nomeia como “tesão” (linha 172).

Jaison fora orientado pelo médico, que lhe explicou sobre o esperma e o que a cirurgia modifica no caminho dele. Parece que a explicação científica do médico não deixou Jaison totalmente livre de dúvidas, talvez por que os espermatozóides e a capacidade de fecundação sejam fortemente associados à virilidade, inclusive no discurso médico⁹⁷.

⁹⁷ Textos científicos constroem esteriótipos de gênero ao descrever eventos ‘naturais’ como o processo de fecundação, por exemplo. Não raro os órgãos sexuais femininos são reportados como passivos, de validade vencida, mais suscetíveis à degeneração, ou seja, se comportam de um modo ‘feminino’. Em contrapartida, aos órgãos masculinos são atribuídos qualificadores como força, ação, velocidade e produção quase vitalícia, ou seja, um comportamento ‘masculino’. Esse comportamento em nível celular é uma representação, muitas vezes, das relações em contextos macro, naturalizados pelo discurso dito objetivo da ciência (MARTIN, 1996; MACHADO, 2005 e FAUSTO-STERLING, 2000).

O paciente ainda traz outra preocupação para a interação: o fator idade e tesão. Essa preocupação pode estar refletindo o tabu que existe sobre sexo e velhice, pois uma das construções sociais mais fortes em torno da masculinidade é a potência sexual ilimitada. Reforçando essa construção social do homem eternamente erétil, a indústria farmacêutica têm disponibilizado medicamentos para corrigir disfunções eréteis, como o Viagra, por exemplo⁹⁸.

A identidade masculina, socialmente construída como homogênea, precisa “se provar” a todo momento e não pode dar mostras de dúvidas, incertezas ou ambigüidades, como se pode ver nos excertos. Quando essa homogeneidade está por alguma razão ameaçada (com a iminência da vasectomia, por exemplo), torna-se bastante laborioso trazer os medos para a interação, admiti-los e nomeá-los. Diversas estratégias interacionais são acionadas para redimensionar esse medo de modo a diminuí-lo e realocá-lo para “fora de si” e no “outro”. A manutenção da identidade homogênea como uma expectativa relacionada ao gênero masculino requer um intenso trabalho discursivo, pois funciona também como uma tecnologia de gênero (MARTIN, 2003), a exemplo do que já foi explorado anteriormente, em relação às mulheres. Nessa perspectiva das tecnologias de gênero, é importante refletir sobre a construção social das categorias tidas como “dominantes”. Elas precisam sustentar essa posição, às custas, muitas vezes, da supressão de temores e ainda lidar com a constante pressão para não serem “diminuídas”.

⁹⁸ O Brasil é o terceiro maior consumidor de Viagra no mundo, ficando atrás apenas para os Estados Unidos e Inglaterra (www.terra.com.br/istoe/1895/1895_semana_numeros.htm-uk, acessado em 20/10/2007). Mamo e Fishman (2001) relacionam o Viagra como mais uma tecnologia do corpo generificado, uma vez que o consumo está ligado à construção do homem sempre potente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa investigou como os/as pacientes de consultas terapêuticas negociam suas identidades de gênero, enquanto negociam também um atestado de sanidade mental. West e Zimmerman (1983) afirmam que uma das coisas mais universais que os/as humanos/as fazem é gênero. Simples ações como dividir crianças em filas de meninos e meninas, por exemplo, são praticadas com tanta naturalidade que “são vistas, mas não percebidas”.⁹⁹ Dessa forma, as práticas generificadas se tornam universais e, ao mesmo tempo, escondidas (WEST e ZIMMERMAN, 1983), o que faz Weatherall (2002) defender a idéia de que gênero é “omnirelevante”¹⁰⁰ na interação, mesmo que implicitamente.

A análise mostra que dentro da comunidade de prática heterossexual¹⁰¹ em que a pesquisa foi realizada há uma tolerância maior para a “infidelidade” masculina e uma vigilância em relação à “virtude” feminina. Esses comportamentos generificados são interacionalmente negociados e os/as atores/as se orientam para eles em suas falas. Enquanto a mulher busca “casar e ser direita”, o homem se constrói de forma ambígua em relação à fidelidade, desde que assegurada, discursivamente, a fidelidade da parceira. Há também outros comportamentos generificados que surgem bem marcados nas falas dos/as pacientes. A maternidade como um exercício de abnegação, doação e quase santidade é reforçada tanto por homens quanto por mulheres. Quando surge uma ameaça de rompimento desse padrão, há um esforço compartilhado entre a psicóloga e os/as pacientes para reestabelecer a homogeneidade da performance da identidade materna, sendo que não é admitida uma versão diversa daquela imaginada pelo senso comum. Mães que não brincam com os/as filhos/as, que não dizem “eu te amo” e que não dizem “meu/minha filho/a” precisam ser “reformadas” através do discurso, pois elas contradizem o protótipo de “mãe”. Assim, enquanto alguns aspectos identitários sofrem deslocamentos e sua homogeneidade é desmontada, outros tendem a ser mantidos. Esse movimento de desestabilização é, na verdade o balanço entre as macro-estruturas e a agentividade de cada um/uma, de que Bucholtz (1999) e Butler (2003) falam. A idéia de

⁹⁹ Seen but unnoticed.

¹⁰⁰ Omnirelevant.

¹⁰¹ Eckert (1994) nomina a heterossexualidade de “mercado heterossexual” e aponta a necessidade de homens e mulheres provarem sua competência nesse mercado para conseguirem a aprovação dos pares, o que é conseguido, prioritariamente, através da performance linguística.

performatividade¹⁰², cunhada por Austin (1962) e reelaborada por Butler (2003) nos estudos sobre gênero e linguagem, assume que gênero é uma (re)ação e (re)experimentação de uma série de significados sociais de gênero já estabelecidos. Dessa forma, qualquer identidade prototípica pode ser performada de uma forma diferente, como, por exemplo, a maternidade exercida pela mãe de Donna. A performatividade não coloca homens e mulheres como passíveis receptáculos da cultura e nem como seres determinados biologicamente. Eles/elas são agentes que “estilizam” ativamente a sua identidade, ao invés de simplesmente reproduzirem identidades de gênero previamente assimiladas.

Há também a questão da variabilidade na apresentação identitária de si mesmo/a, de acordo com a especificidade do evento interacional. Atentos/a ao tipo de interação e às possíveis expectativas interacionais, diferentes “masculinidades” e “feminilidades” podem ser projetadas. O mesmo homem pode, por exemplo, negociar uma masculinidade homofóbica quando está entre o seu grupo de amigos e pode construir para si uma identidade de homem mais sensível em relação às mulheres e tolerante em relação aos/às homossexuais quando está em contextos em que ele imagina que isso seja esperado, como em uma consulta terapêutica. Esses repertórios de performances generificadas podem variar dentro de uma mesma comunidade de prática e de pessoa para pessoa. Nos exemplos desta pesquisa, os homens desconstroem, mesmo que de forma mitigada e com o ativo engajamento da psicóloga, a hegemonia do homem sempre erétil, viril e potente, o que talvez não ocorresse em contextos onde essa identidade precisa ser mantida discursivamente como, por exemplo, em reuniões com seus pares.

Dentro de preceitos normativos de gênero, o fato de a pessoa “ser vista, mas não percebida” significa que ela está tendo “sucesso” na sua performance de gênero, ou seja, ela está agindo de acordo com aquilo que é tido como adequado para homens e mulheres dentro de comunidades de prática específicas. Charlene, ao trazer a sua preocupação com o julgamento alheio, está orientada, na verdade, para aquilo que é esperado das mulheres no

¹⁰² Bucholtz (1999) aplica os argumentos filosóficos da performatividade num estudo que realiza com estudantes secundárias que se auto-identificam como “nerds”, quando o padrão de comportamento para as meninas era bem outro: perseguir a popularidade e ser “desencanada”. As “nerds” se diferenciam de outros grupos pela sua opção por uma feminilidade diferente e a chave para a construção dessa identidade é a linguagem: formal e sem gírias. O comportamento “nerd” caracteriza, assim, uma identidade “queer”, ou seja, uma identidade que desafia o sistema prescritor da heteronormatividade que naturaliza um tipo particular de gênero: monogâmico, reprodutivo, heterossexual, baseado na idéia de opostos que se complementam.

contexto social em que está inserida e por não poder mais corresponder a essas expectativas e ter de “sair de casa a toda hora”, ao invés de ficar em casa e cuidar dos quatro filhos, por exemplo. É justamente quando as práticas de homens e mulheres desafiam os padrões de gênero estabelecidos é que eles/elas são percebidos/as. As rupturas com os padrões de gênero, não obstante, têm o seu preço, que pode variar desde a necessidade de prover explicações ou desculpas pela não correspondência às expectativas, como, por exemplo, no caso da mãe de Donna, que foi desculpada pelo seu “desajuste ao exercício da maternidade” por ter sido “afetada” pela doença de uma das filhas, ao banimento social. Isso se dá quando a homogeneidade identitária não é alcançada na interação, dando lugar à dúvida. A dúvida, por si só, é uma ameaça a toda identidade construída como monolítica ou localizada em um dos pólos binários: homem e mulher. Para eliminar a dúvida há, muitas vezes, grandes investidas interacionais, além de um vasto aparato institucional (FOUCAULT, 1997, 1980 e 2002), sobretudo médico, que “ajusta” as identidades desviantes, para, assim, realocá-las em categorias sociais aceitas, ou então as “explica” como anomalias biológicas¹⁰³.

O que se pode ver nos dados desta pesquisa é que as fronteiras identitárias são porosas, pois a negociação identitária passa a todo instante pela ratificação (ou não) do/a outro/a, num processo eminentemente dialógico (BAKHTIN, 1992). Nesse sentido, a psicóloga problematiza algumas diretrizes comportamentais e, muitas vezes, se posiciona de modo a desconstruir determinadas crenças sobre gênero e confrontar os/as pacientes com as práticas e valores que trazem de suas comunidades de prática. Ao fazer isso, diferentemente do que já foi descrito sobre interações em contextos institucionais estadunidenses e europeus (DREW e HERITAGE, 1992), a psicóloga não se constrói como uma profissional neutra (OSTERMANN, 2000) e nem deixa de trazer uma agenda política para pensar as questões de gênero, questionando, por exemplo, a preocupação de Charlene com a sua identidade moral de “mulher direita” e, principalmente, o seu receio de ser julgada negativamente pelos/os

¹⁰³ Fausto-Sterling (2000) aponta, em seu estudo, a necessidade de eliminar as dúvidas em crianças intersexuadas, que nascem com genitália ambígua. A definição pelo sexo masculino ou feminino se dá por um procedimento cirúrgico, que nem sempre coincide com a sexualidade da pessoa operada. O autor atenta para o fato de que existem pelo menos cinco categorias sexuais em termos biológicos: homem, mulher, hermafrodita (pessoas que têm um ovário e um testículo), homens pseudo hermafroditas (presença de testículos, sem ovários, mas alguns elementos da genitália feminina) e mulheres pseudo hermafroditas (presença de ovários, sem testículos, mas alguns elementos da genitália masculina). Nesses três casos de intersexualidade, os/as médicos/as não conseguem categorizar se o/a bebê é homem ou mulher e o inserem, assim, cirurgicamente em uma das categorias binárias “naturais”, ao invés de admitir categorias que transcendam esse modelo. O problema é, assim, transferido às pessoas que não se enquadram na “normalidade”, ao invés de ser tomado como um problema epistemológico da própria ciência, como alerta Foucault (2002) no seu estudo sobre a loucura e a “normalidade”.

outros/as em função de seu estado civil de “separada”. Essa construção de profissional não neutra também é percebida quando ela questiona asserções sobre a categoria “mulher não pensante”, “mulher piamente confiável” e “mulher que se preocupa com o fato de o marido não acreditar que foi vítima de abuso sexual”, por exemplo.

As consultas analisadas¹⁰⁴ propiciam aos/às pacientes momentos de reflexão sobre sua corporeidade, sexualidade e outros aspectos identitários. A psicóloga teria condições técnicas de “avaliar” a (in)sanidade mental dos/as pacientes em aproximadamente 10 minutos¹⁰⁵, mas ela opta por estender a interação para 30 a 40 minutos. As perguntas que são elaboradas pela terapeuta permitem ao/à paciente um olhar sobre si mesmo/a, pois remetem à sua vida e não a questões abstratas. A terapeuta parece se orientar para os medos dos/as pacientes e lhes dá a oportunidade de elaborar suas questões através de uma série de estratégias interacionais, como podemos ver nos excertos. Quando Jacob e Jaison demonstram dificuldades em nomear o medo da impotência, por exemplo, Bina lhes permite a elaboração discursiva desse sentimento, concedendo turnos de fala e realizando uma escuta ativa.

As práticas interacionais da psicóloga ajudam também a desconstruir preconceitos e falas cristalizadas acerca da suposta má qualidade dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde. O que pude perceber ao longo de toda a incursão etnográfica e nas consultas analisadas é uma preocupação com o bem estar do/a paciente, além de uma prática que cumpre as exigências legais que arrematam o Planejamento Familiar no Brasil. Bina se certifica de que os/a pacientes participaram da palestra explicativa sobre os métodos contraceptivos. Ela pede que os/a pacientes falem sobre seu aprendizado na palestra, para se certificar de que a opção está sendo feita não por haver desinformação acerca dos outros “métodos” existentes, além da vasectomia e da laqueadura. Essa constatação advoga, mais uma vez, a favor da necessidade de se olhar para as práticas de forma situada, pois asserções generalizantes não conseguem contemplar a diversidade e podem, assim, contribuir para a perpetuação de preconceitos e noções distorcidas da realidade.

¹⁰⁴ A psicóloga diz acreditar que a consulta terapêutica precisa ser um momento de reflexão, pois muitos/as pacientes não farão outras consultas psicológicas e talvez não serão desafiados a pensar sobre suas crenças e enfrentar seus medos relacionados a corpo, sexualidade e gênero (Diário de Campo, novembro de 2006).

¹⁰⁵ Dez minutos, segundo a psicóloga, seriam necessários para seguir um protocolo tradicional de checagem das funções do ego.

A unidade na diversidade: o colapso das grandes narrativas

A realidade intrínseca das categorias naturais carece de sustentação epistemológica e o ceticismo acerca das grandes narrativas abre crateras nas identidades lisas, monolíticas e estáveis. São as grandes narrativas, tais como textos médicos, livros de auto-ajuda, falas que “explicam” o ser homem e o ser mulher, que providenciam explicações universais sobre as “diferenças” entre os gêneros. Nos dados desta pesquisa, as grandes narrativas são invocadas quando, por exemplo, Nereida diz que “os homens são todos machistas”, quando Richard afirma que “mãe não tem defeito” ou quando Charlene toma como dada a idéia de que mulher casada é “mulher direita”. Contudo, essas narrativas não conseguem se manter quando colocadas na interação, pois a psicóloga não as ratifica. Essas narrativas universalizantes não dão conta da complexidade das relações sociais e da diversidade de identidades que cada pessoa performa a cada nova interação ao longo da sua vida. Diversidade é, aliás, o grande mote da abordagem teórica pós-estruturalista, que não divide mais homens e mulheres em duas categorias uniformes, mas contempla as múltiplas possibilidades coexistentes intra e intergêneros.

Mesmo com uma realidade empírica de pesquisa reconfigurada com as alterações no contexto social e nas relações de gênero, é preciso atentar para mecanismos não tão explícitos de manutenção e reprodução de desigualdades entre homens e mulheres e, ainda assim, sempre de forma contextualizada. Essa mudança paradigmática requer, como já foi dito, uma mudança no modo de fazer ciência, colocando em xeque, inclusive, a própria ciência e seus métodos. Se tomarmos como referência os primeiros debates sobre a esterilização no Brasil (ver capítulo 1), podemos ver que as relações assimétricas e as desigualdades entre homens e mulheres eram muito mais explícitas. A mulher, naquela época, não tinha sequer o direito de participar das discussões sobre o seu próprio corpo, menos ainda sobre a sua sexualidade.¹⁰⁶ Contudo, há ainda outros debates que estão, atualmente, tomando os fóruns de discussão e se tornaram bandeiras para as feministas no contexto nacional.¹⁰⁷ A legalização do aborto é uma

¹⁰⁶ Pelo fato de a mulher ter alcançado o direito de deliberar sobre sua fecundidade não que dizer que o discurso médico não tenha arregimentado o corpo feminino através de outras práticas, como, por exemplo, a medicalização ou a naturalização de discursos sobre os hormônios, por exemplo, que além de mapear o físico, pretendem também mapear a mente.

¹⁰⁷ É interessante observar quem está deliberando sobre a legalização do aborto, ou, então, quais diretrizes institucionais (Igreja, por exemplo) têm peso nas decisões. É a voz da mulher ou serão “representações” que sabem o que é melhor para a mulher?

das reivindicações pela continuação da implementação de políticas que assegurem a autonomia da mulher sobre o seu corpo. Assim como no debate inicial sobre a esterilização, o debate sobre o aborto, em nosso país, é atravessado por diversas polêmicas, sendo que a principal é de ordem religiosa.

Gênero, por estar atravessado por elementos como etnia, raça, situação sócio-econômica, escolaridade, nacionalidade, profissão, entre outros, inviabiliza a grande narrativa e assume, na visão pós-estruturalista, sua vocação para contar múltiplas e complexas narrativas. O que acontece, no entanto, é que se verifica uma preferência do grande público por grandes narrativas. Livros que abordam as questões de gênero e que estouram no mercado editorial continuam explorando a idéia já abandonada pelas feministas pós-estruturalistas da diferença apriorística entre os gêneros, baseando-se em explicações de ordem biológica, ao invés de buscar respostas no construcionismo social. Os exemplos de livros, já citados no capítulo 1, são, assim, uma revisitação às explicações biológicas e se concentram na área que Cameron (2005) chama de “nova ciência darwinista da psicologia evolucionista pop” (p.500). Essa situação remete os/as lingüistas que estudam a relação gênero e linguagem ao desafio de desenvolver estratégias para tornar atrativas as múltiplas narrativas para a grande platéia. O que se verifica, na verdade, é uma distância abissal entre a percepção de gênero dos/as pesquisadores/as e as pessoas que operam com as noções do senso comum.

A fala-em-interação, aspecto mais mundano da atividade humana e instância fundadora da realidade social¹⁰⁸, se presta, por excelência, à interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e à multiplicidade de narrativas. A interface dos estudos da fala-em-interação com a saúde pode contribuir significativamente para a otimização das práticas terapêuticas/médicas, pois a linguagem é a principal ferramenta para alcançar a efetiva humanização da saúde (OSTERMANN, 2005). Estudos de gênero e linguagem podem também contribuir para a construção de políticas de visibilidade e reconhecimento às diferentes formas de expressão da sexualidade humana, legitimando a existência de categorias intermediárias e indeterminadas de gênero e de sexo.

¹⁰⁸ “E o verbo se fez carne”, frase do livro do evangelho, segundo João: 1,1.14, remete á essa idéia de que a palavra é que dá materialidade e existência às coisas. As coisas só existem a partir do momento em que elas são nomeadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, John L. *How to Do Things with Words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1962.

ATKINSON, Paul. *Medical Talk and Medical Work*. London: Sage Publications, 1995.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEMFAM. *Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde*. Rio de Janeiro, p. 48-69, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Lei nº 3/84, de 24 de março de 1984. In: Diário da República - I Série - A. *Educação sexual e planejamento familiar*.

BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. In: SENADO FEDERAL: Subsecretaria de Informações. *Planejamento Familiar*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9263.htm>. Acesso em: 16 fev. 2007.

BUCHOLTZ, Mary; LIANG, Anita C.; SUTTON, Laurel A. (Eds) *Reinventing Identities: The Gendered Self in Discourse*. New York: Oxford University Press, 1999.

_____; HALL, Kira. Language and Identity. In: DURANTI, Alessandro (ed). *A companion to Linguistic Anthropology*. Oxford: Basil Blackwell, 2003. p. 368-394.

_____; HALL, Kira. Identity and interaction: a sociocultural linguistic approach. *Discourse Studies*, London, v. 7, n. 4-5, p. 585-614, 2005.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: On the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge, 1993.

CAMERON, Deborah. Language, Gender, and Sexuality: Current Issues and New Directions. *Applied Linguistics*, Oxford, v. 26/4, p. 482-502, 2005.

CAPPS, Lisa. Constructing the Irrational Woman: Narrative Interaction and Agoraphobic Identity. In: BUCHOLTZ, Mary; LIANG, A. C. and SUTTON, Laurel A. (Eds) *Reinventing Identities: The Gendered Self in Discourse*. New York: Oxford University Press, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CONRAD, Peter. Medicalization and Social Control. *Annual Reviews*, Massachusetts, v. 18, p. 209-232, 1992.

COULON, Alain. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.

DREW, Paul; HERITAGE, John (Orgs). *Talk at Work: Interaction in Institutional Settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

ECKERT, Penelope. Entering the Heterosexual Market-place: Identities of Subordination as a Developmental Imperative. *Working Papers on Learning and Identity*, n 2. Palo Alto, 1984.

_____; McCONNELL-GINET, Sally. Think Practically and Look Locally: Language and Gender as Community-Based Practice. *Annual Review of Anthropology*, New York, v. 21, p. 461-490, 1992.

ERICKSON, Frederick; SCHULTZ, Jeffrey. *The Counselor as Gatekeeper: Social Interaction in Interviews*. New York: Academic Press, 1982.

FALUDI, Susan. Backlash: The underscoring war against American women. In: BUCHOLTZ, Mary; LIANG, A. C. and SUTTON, Laurel A. (Eds) *Reinventing Identities: The Gendered Self in Discourse*. New York: Oxford University Press, 1999.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Sexing the Body: Gender Politics and the Construction of Sexuality*. New York: Basic Books, 2000.

FETTERMAN, David M. *Ethnography step by step*. London: Sage, 1998.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

_____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *The archaeology of knowledge and the discourse on language*. New York: Pantheon, 1972.

GALLAGNER, Catherine; LAQUEUR, Thomas. *The Making of the Modern Body*. Londres: University of California Press, 1987.

GOFFMAN, Erving. On Face-Work: an Analysis of Ritual Elements in Social Interaction. In: JAWORSKI, Adam; COUPLAND, Nikolas. *The Discourse Reader*. London: Routledge, 1999.

_____. *The presentation of the Self in Everyday Life*. New York: Anchor Books, 1959.

_____. *Frame Analysis: an Essay on the Organization of Experience*. New York: Harper and Row, 1974.

GOLDENBERG, Miriam. *A arte de pesquisar*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

GOODWIN, Marjorie H. *He-Said-She-Said: Talk as Social Organization among Black Children*. Bloomington: Indiana University Press, 1990.

GRAY, John. *Homens são de Marte e Mulheres são de Vênus*. Rocco, 1997.

GUMPERZ, John. Convenções de Contextualização. In: RIBEIRO, Branca T.; GARCEZ, Pedro M (Org). *Sociolingüística Interacional*. Porto Alegre: AGE, 1998.

_____. *Discourse strategies*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University, 1992.

HAAKANA, Markku. Laughter in medical interaction: From quantification to analysis, and back. *Journal of Sociolinguistics*. v. 6, n. 2, p. 207-235, 2002.

HEGEL, Georg.W. F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 2002.

HERITAGE, John C.; WATSON, D. R. Aspects of the properties of formulations in natural conversations: Some instances analysed. *Semiotica*. v. 30, p. 245-262, 1980.

HUGHES, C. Etnopsiquiatria. In: SARGENT, C.; JOHNSON, T. (org). *Medical Anthropology: Contemporary Theory and Method*. London: Westport Connecticut, 1996.

HUTCHBY, Ian; WOUFFITT, Robin. *Conversation Analysis*. Cambridge: Polity Press, 1998.

_____. Active listening: Formulations and the elicitation of feelings-talk in child counselling. *Research on Language and Social Interaction*. v. 38, n. 3, p. 303-329, 2005.

JASPERS, Karl. *Psicopatologia Geral*. São Paulo: Atheneu, 2000.

KITZINGER, Celia. Is 'woman' always relevantly gendered? *Gender and Language*. v. 1, p. 39-49, 2007.

KNAUTH, Daniela; VICTORA, Ceres; LEAL, Ondina F. A Banalização da AIDS. *Revista Horizontes Antropológicos: Corpo, Doença e Saúde*. n. 9, out. 1998.

LABOV, William. *Language in the Inner City: Studies in Black English Vernacular*. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. *Situated Learning: Legitimate Peripheral Participation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MACHADO, Paula S. *O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural*. Campinas: Cadernos Pagu, n. 24, 2005.

MAMO, Laura; FISHMAN, Jenifer. R. Potency in all the right places. Viagra as a technology of the gendered body. *Body and Society*. London, v. 7, p. 13-35, 2001.

MARSHALL, Catherine; ROSSMAN, Gretchen. *Designing Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage, 1999.

MARTIN, Emily. *The egg and the sperm: How science has constructed a Romance Based on stereotypical Male-Female Roles*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

MARTIN, Karin. A. Giving Birth Like a Girl. *Gender and Society*. Michigan, v. 1, p. 54-72, fev. 2003.

MENEZES, Rachel A. *Em busca da boa morte. Antropologia dos cuidados paliativos*. Rio de Janeiro: Garamound, 2004.

MINELLA, Luzinete S. *Gênero e Contracepção: uma perspectiva sociológica*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

MONDADA, Lorenza. Therapy Interactions: Specific Genre Or “Blow Up” Version Of Ordinary Conversational Practices? *Pragmatics*. v. 8, n. 2, p. 1555-1565, 1998.

OSTERMANN, Ana Cristina. *Gênero, violência e sexualidade: uma investigação sociolinguística interacional dos atendimentos à saúde da mulher*. Projeto de pesquisa CNPq, São Leopoldo: Unisinos, 2005.

_____. *Reifying and Defying Sisterhood: Communities of Practice at Work at an All-Female Police Station and a Feminist Crisis Intervention Center in Brazil*. (Monografia de doutorado) - University of Michigan, Michigan, 2000.

_____. Communities of Practice at Work: Gender, Facework and the Power of Habitus at an All-Female Police Station and a Feminist Crisis Intervention Center in Brazil. *Discourse & Society*. v. 14, n. 4, p. 473-505, 2003.

_____. Comunidades de prática: Gênero, trabalho e face. In: HEBERLE, Viviane M.; OSTERMANN, Ana C.; FIGUEIREDO, Débora de C. (Org.). *Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 15-47, 2006.

PEASE, Allan; PEASE, Bárbara. *Por que os homens fazem sexo e as mulheres fazem amor: Sextante*, 2000.

_____; _____. Por que os homens mentem e as mulheres choram? *Sextante*, 2003.

PERÄKYLÄ, Anssi. Agency and Authority: Extended Responses to Diagnostic Statements in Primary Care Encounters. *Research and Social Interaction*. v. 35, n. 2, p. 219-247, 2002.

_____; VEHVILÄINEN, Sanna. Conversation analysis and the professional stocks of interactional knowledge. *Discourse & Society*. London, v. 14, n. 6, p. 727-750, 2003.

_____. Authority and Accountability: The Delivery of Diagnosis in Primary Health Care. *Social Psychology Quarterly*. v. 61, n. 4, p. 301-320, 1998.

POMERANTZ, Anita; FEHR, B. J. Conversation Analysis: An Approach to the Study of Social Action as Sense Making Practices. In: T.A. van Dijk (ed). *Discourse as social interaction: Discourse Studies 2 - A multidisciplinary introduction*. London: Sage, p. 64-91, 1997.

_____. Agreeing and disagreeing with assessments: preferred/dispreferred turn shapes. In: ATKINSON, John M; HERITAGE, John (eds). *Structures of social action: studies in conversation analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 57-101, 1984.

POTTER, Jonathan. *Representing Reality: Discourse, Rhetoric and Social Construction*. London: Sage, 1996.

_____. Discourse analysis as a way of analysing naturally occurring data. In: SILVERMAN, David (ed). *Qualitative Research: theory, method and practice*. 2. ed. London: SAGE, p. 200-221, 2004.

PSATHAS, George. Studying the Organization in Action: Membership Categorization and Interaction Analysis. *Human Studies*. Boston, v. 22, p.139-162, 1999.

ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

_____. *A construção da diferença sexual na medicina*, Cadernos de Saúde Pública, v. 19(2), p. 201-212, 2003.

RUUSUVUORI, Johanna. Comparing Homeopathic and General Practice Consultations: The Case of Problem Representation. *Communication & Medicine* 2, Special issue 'Professional theories and institutional interaction', p. 123-36, 2005.

_____. Looking means listening: coordinating displays of engagement in doctor-patient interaction. *Social Science & Medicine*. Pergamon, v. 52, p. 1093-1108, 2001.

SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel; JEFFERSON, Gail. A Simplest Systematics for the Organization of Turn-Taking for Conversation. *Language*. v. 50, n. 4, p. 696-735, 1974.

_____. *Lectures on Conversation*. Oxford: Blackwell Publishers, 1992.

SCAVONE, Lucila. *Dar a vida e cuidar da vida: Feminismo e Ciências Sociais*. São Paulo: UNESP, 2004.

SCHEGLOFF, Emanuel A. Whose Text? Whose Context?. *Discourse and society*. v. 8, p. 165-187, 1997.

SCHIEBINGER, L. Skeletons in the closet: The illustrations of the female skeleton in Eighteenth-Century anatomy, In: GALLANGER, C.; LAQUEUR, T. *The Making of the Modern Body*. London: University of California Press, 1987.

SCHNACK, Cristiane; PISONI Thaís D.; OSTERMANN, Ana C. *Transcrição de fala: do evento real à representação escrita*. Entrelinhas, v. 2, n.2, 2005.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. Nervoso: medicine, sickness, and human needs. In: _____. *Death Without Weeping: The violence of everyday life in Brazil*. Berkeley, University of California Press, 1992.

SILVERMAN, David. *Social Science and Conversation Analysis*. New York: Oxford University Press, 1998.

_____. *Interpreting qualitative data: methods for analyzing talk, text and interaction*. 2. ed. London: Sage, 2001.

SPEER, Susan. A. *Gender Talk: Feminism, Discourse and Conversation Analysis*. New York: Rotledge, 2005.

STOKOE, Elizabeth H.; WEATHERALL, Ann. Gender, language, conversation analysis and feminism. *Discourse and Society*. London. v. 13, n. 6, p. 707-713, 2002.

TANNEN, Deborah; WALLAT, Cynthia. Enquadres Interativos e Esquemas de Consulta de Conhecimento em Interação: Exemplos de um exame/consulta médica. In: RIBEIRO, Branca T.; GARCEZ, Pedro M (Org). *Sociolingüística Interacional*. Porto Alegre: AGE, 1998.

_____. *You Just Don't Understand! Women and Men in Conversation*. London: Virago, 1990.

WATSON, Rod. Some General Reflections on 'Categorization' and 'Sequence' in the Analysis of Conversation. In: HESTER, Stephen; EGLIN, Peter (Org). *Culture in Action: Studies in Membership Categorization Analysis*. Maryland: University of America, p. 49-75, 1997.

WEATHERALL, Ann. Towards understanding gender and talk-in-interaction. London: *Discourse and Society*. v. 13, n. 6, p. 767-781, 2002.

WENGER, Etienne. *Communities of Practice: Learning, Meaning and Identity*. New York: Cambridge University Press, 1998.

WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don. H. Small Insults: A study of interruptions in cross-sex conversations between unacquainted persons. *Language, Gender and Society*. Massachusetts. v. 30, p. 102-1115, 1983.

WOOFFITT, Robin. *Conversation Analysis and Discourse Analysis: a Comparative and Critical Introduction*. London: Sage Publications, 2005.

APÊNDICE 1

CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO

[texto]	Falas sobrepostas
=	Fala colada
(1.8)	Pausa
(.)	Micropausa
,	Entonação contínua
.	Entonação ponto final
?	Entonação de pergunta
-	Interrupção abrupta da fala
:	Alongamento de som
>texto<	Fala mais rápida
<texto>	Fala mais lenta
°texto°	Fala com volume mais baixo
TEXTO	Fala com volume mais alto
<u>Texto</u>	Sílaba, palavra ou som acentuado
(texto)	Dúvidas
XXXX	Texto inaudível
((texto))	Comentários da transcritora
@ @ @	Risada
↓	Entonação descendente
↑	Entonação ascendente
hhh	Expiração audível
.hhh	Inspiração audível

APÊNDICE 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Projeto de Pesquisa: “Identidades de gênero emergentes na fala-em-interação na negociação da esterilização”

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO¹⁰⁹

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa que analisará as interações entre os/as aspirantes a esterilização, através do Programa de Planejamento Familiar, e a psicóloga responsável pela avaliação dos/as que optam por esse tipo de controle de natalidade.

A pesquisa será conduzida pela aluna Mariléia Sell, do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS e orientada pela Prof^a Dr^a Ana Cristina Ostermann, da mesma Instituição.

As interações precisam ser gravadas em áudio, através de um gravador, para que possam ser posteriormente transcritas e analisadas com maior precisão. A pesquisadora estará presente durante a gravação das interações; a orientadora, não.

A participação na pesquisa não acarretará em nenhum tipo de risco ou gasto financeiro. O anonimato de todas as pessoas que participarão da pesquisa será preservado, assim como outros nomes que forem mencionados nas interações. Os nomes dos/as participantes e do local serão trocados e os dados serão confidenciais. A participação nesta pesquisa é voluntária, tendo o/a participante o pleno direito de se recusar a participar ou de se retirar da pesquisa a qualquer momento do processo, sem que isso acarrete qualquer risco ou penalidade. Além disso, o/a participante pode optar por excluir total ou parcialmente alguma gravação, se assim o desejar.

Em caso de dúvidas relacionadas à pesquisa, o/a participante poderá contatar a pesquisadora pelos telefones (51)3593-4894 ou (51) 92884250, ou ainda através do e-mail morgasell@yahoo.com.

Você recebeu uma cópia deste documento de consentimento que ficará em seu poder. Desde já agradecemos por sua colaboração na realização deste projeto, ressaltando que os resultados nos ajudarão a compreender melhor esse processo de avaliação e poderão contribuir para melhoras nos serviços prestados.

Atenciosamente,

Mariléia Sell

Mestranda em Linguística Aplicada-UNISINOS

Prof^a Responsável: Ana Cristina Ostermann

CONCORDÂNCIA EM PARTICIPAR

Eu, _____, concordo em participar do projeto descrito.

Assinatura do/a paciente: _____

Data: _____

¹⁰⁹ O mesmo termo foi dado à profissional, com a especificação “Assinatura da psicóloga”.